

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Michele Nunes D`Ávila

MULHERES DA PAZ: HISTÓRIAS DE VIDA, INTERSECCIONALIDADES E
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional
sob orientação do Prof, Dr. Henrique Caetano Nardi e co-
orientação de Prof^ª. Dra Raquel da Silva Silveira

Porto Alegre

2016

Michele Nunes D`Ávila

MULHERES DA PAZ: HISTÓRIAS DE VIDA, INTERSECCIONALIDADES E
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social e Institucional
sob orientação do Prof, Dr. Henrique Caetano Nardi e co-
orientação de Prof^{ra}. Dra Raquel da Silva Silveira

Porto Alegre

2016

Michele Nunes D`Ávila

MULHERES DA PAZ: HISTÓRIAS DE VIDA, INTERSECCIONALIDADES E
PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Local e data de defesa e aprovação: Porto Alegre, 2 de junho de 2016

Comissão Examinadora:

Prof^ª. Dra. Marlene Neves Strey – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dra. Stela Nazareth Meneghel – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^ª Dra. Paula Sandrine Machado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

AGRADECIMENTOS

As trilhas percorridas no mestrado, foram difíceis, trabalhosas e sofridas. Muitas das pessoas, e talvez as mais importantes para mim, não conhecem, nem nunca estiveram em um espaço de pós-graduação. Embora, com muita sabedoria torceram por mim, estiveram comigo e souberam entender o meu olhar, que de certo modo expressou que essa etapa era algo importante.

Agradeço à minha mãe e ao meu pai que me proporcionaram (desde os tempos mais “difíceis”) a possibilidade de estudar e a inspiração para trabalhar naquilo que eu amo. Agradeço ao restante da minha grande família, meu irmão, primos(as) e tias(os) que enchem a minha casa e minha vida de alegria, orgulho, união e companheirismo.

Às Mulheres da Paz que me movem todos os dias a lutar pelos direitos humanos, a ser uma profissional ética e verdadeira, a ser uma mulher mais forte, mais determinada e corajosa.

Não posso deixar de agradecer minhas e meus colegas de trabalho, que me fazem acreditar na potência de uma equipe interdisciplinar, que também formam minha outra família, onde seguramos as pontas de um jeito tão especial que quase não “parece trabalho” diante das durezas que vimos por aí. Pessoas de coração grande que eu pude contar sempre.

Fabi, Dede e Lili minhas irmãs de coração que contaram os dias para a entrega desta dissertação. Mulheres que me fortalecem, que alimentam sonhos e os realizam junto comigo.

Rodrigo, meu namorado que incansavelmente me apoiou, me acolheu e acreditou neste meu percurso, por vezes mais do que eu.

Aos meus amigos e amigas, em especial ao grupo “Tiri Tesse” que nas minhas andanças partilhou dos momentos mais incríveis. Vocês são presentes valiosos que a poeira desse mundo me deu.

Agradeço à Raquel Silveira, minha co-orientadora, que tive a sorte de reencontrar por esses caminhos. Uma profissional ao qual me espelho, de um talento e uma humanidade que consegue fazer proezas, transitando em diferentes espaços, sem perder o encanto.

À meu orientador Henrique Nardi pelas contribuições e atenção disponibilizada em todo o processo desta pesquisa, bem como ao grupo do NUPSEX e do CRDH que partilharam de momentos e discussões que contribuíram neste andar da pesquisa, em especial a professora Paula Sandrine, a Fernanda Macedo e a Gisele Scobernatti.

À CAPES pelos recursos disponibilizados para o desenvolvimento deste estudo.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, espaços onde pude dialogar e refletir sobre este campo do saber que é tão desafiador. Ao Israel Aquino, pela sua acolhida, orientação e resolutividade.

Este foi um caminho que me provocou inúmeros questionamentos e estranhamentos. Espaços por vezes estrangeiros à quem vem de outros cantos e precisa se dividir entre demandas do universo acadêmico e demandas do trabalho de base em um projeto social na periferia de Canoas. Demandas tão diversas, que o trajeto de Canoas a Porto Alegre pareceu ser muito maior do que realmente é.

Por isso agradeço à todas e todos que pude encontrar nesse trânsito e que me oportunizaram momentos de diálogo e reflexão, que escutaram minhas angústias e comemoraram minhas alegrias.

À Laís Pinheiro, uma mulher da paz que nos deixou há poucos dias e que marcou a história do Projeto Mulheres da Paz com alegria, coragem e luta.

O que é certo: ninguém tem ombro para suportar sozinho o peso de existir. Afinal, a vida se confirma à força de rasgão: ela dilacera logo no ato de nascer, separando mais que a própria morte.

Mia Couto – As lágrimas de Diamantina

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo discutir de que forma a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração/idade atravessam a relação das mulheres com o Projeto Mulheres da Paz, transcorrendo pelos percursos que as levaram até este projeto social, como definem e entendem o sentido de “ser uma mulher da paz” e a relação deste projeto nos processos de subjetivação. Por meio dos relatos das trajetórias de vida de 10 mulheres da paz, a interseccionalidade destes marcadores sociais e seus atravessamentos na relação das participantes da pesquisa com o Projeto Mulheres da Paz foi descrita e analisada. Conceitos do campo das relações de gênero e sua articulação às questões interseccionais foram fios condutores deste estudo. A partir desta pesquisa foi possível elencar e compreender a magnitude das marcas concebidas pela interseccionalidade do gênero, da classe, da raça e da geração/idade na história de vida dessas mulheres, incidindo na maneira com que produzem sentido à suas participações neste projeto social. Além disso, por intermédio desse engajamento no programa, relevantes elementos imbricaram transformações nos processos de subjetivação, tais como o fortalecimento das relações comunitárias e o empoderamento. Fatores que possibilitaram às entrevistadas mudanças nas suas relações familiares, aprendizados sobre relações de gênero e acesso aos direitos e a participação nos espaços públicos de maneira a serem reconhecidas e valorizadas. Outra questão apontada com veemência foi o desafio posto às práticas de trabalho/pesquisa que se pautam no olhar interseccional, em que a operacionalidade deste conceito nos interroga diante de sua complexidade, ao mesmo tempo em que nos convoca a uma perspectiva afinada e valiosa de análise das relações sociais de poder. Por fim, foi percebido que o campo das políticas públicas para as mulheres (e não só) precisa estreitar laços com a discussão teórica e prática das interseccionalidades, como forma de romper com riscos que reproduzam violação de direitos, apostando em estratégias que acionem mudanças nos jogos de poder vigentes na nossa sociedade.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Processos de subjetivação. Políticas Públicas. Mulheres.

ABSTRACT

This paper aims to discuss how the intersectionality of social markers, such as gender, race, class and generation/age go through the relationship of women in the Projeto Mulheres da Paz - Women of Peace Project, in free translation - moving along the paths that led them to this social project, how do they define and understand the meaning of "being a woman of peace" and the relation of this social project in subjective processes. Through the narrative of life trajectories given by 10 women of peace, the intersectionality of these social markers and their crossings in relation to the study participants in the Women of Peace Project had been described and analyzed. Concepts from the field of gender relations and their articulation to intersectional issues were conductive wires for this study. From this research, it was possible to list and understand the magnitude of the marks designed by gender intersectionality, class, race and generation/age in the history of life of these women, focusing on the way they produce meaning in their participations in this social project. Moreover, through the engagement in the program, other relevant elements intertwined transformations in subjectivity processes, such as the strengthening in community relations and empowerment; factors that had enabled changes in the interviewees' family relationships, learnings about gender relations and access to rights and participation in public spaces, in order to be recognized and valued. Another issue strongly pointed was the challenge put to the working practices/research which were based on intersectional look, in which the operationalization of the concept questions us on its complexity, at the same time that calls us to a more finely tuned and valuable perspective analysis of the social relations of power. Finally, it was realized that the field of public policies for women (and not only) have closer ties with the theoretical discussion and practice of intersectionality as a way to break away from risks that reproduce violation. Betting strategies that trigger changes in the power games existing in our society

Key-words: Intersectionality. Subjective Processes. Public Policies. Women.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 PERCURSOS DA PESQUISADORA.....	11
1.2 HISTÓRIAS DE VIDA.....	17
2 MAPEANDO O CAMPO DE PESQUISA: Movimentos que marcam a história do Projeto Mulheres da Paz.	20
2.1 O PRONASCI E AS MULHERES DA PAZ.....	20
2.2 MULHERES DA PAZ: O ponto de “ <i>partida</i> ”	23
2.3 PROJETO MULHERES DA PAZ EM CANOAS.....	28
2.4 O PROJETO MULHERES DA PAZ ACABOU?	34
2.5 ENTREVISTAS.....	39
3. O PROJETO MULHERES DA PAZ E A RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO.....	53
3.1 “HOJE EU DECIDO, HOJE EU ME <i>EMPODERO</i> , HOJE EU TOMO MINHAS DECISÕES”.	59
3.2 - SER MULHER DA PAZ: Desbravando reconhecimento e multiplicando aprendizado na ocupação dos espaços públicos.	65
4. O QUE NOS DIFERE: O conceito de interseccionalidade e os cruzamentos que produzem desencontros.	70
5. TRAJETÓRIAS DE VIDA: Os fios do gênero enovelando marcas de ser mulher.....	77
5.1 SEXISMO, VIOLÊNCIA E VERGONHA.....	78
5.1.1 “EU CRESCI NO MEIO DA VIOLÊNCIA”	78
5.1.2 A GRAVIDEZ <i>ANTES/FORA</i> DO CASAMENTO: “foi um auê na história, foi um dos piores momentos”	82

5.1.3 “FUI CRIADA NUM MUNDO MACHISTA”	84
5.2 O ENCONTRO COM O PROJETO MULHERES DA PAZ.....	87
5.2.1 “EU QUERIA ME MUNIR”	88
5.2.2 “CHEGUEI COM O CORAÇÃO PARTIDO”	89
5.2.3 – UMA PORTA DE ENTRADA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	93
6 “CADA DIA TU LEMBRA DA TUA COR”: Mulheres e relações raciais.....	95
7 TRABALHO, ESTUDO E RENDA: A classe e suas interseccionalidades	108
8 “VÁRIAS MULHERES, VÁRIAS IDADES”: Juventude e envelhecimento no cotidiano das mulheres da paz	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	134

INTRODUÇÃO

1. PERCURSOS DA PESQUISADORA

Início este estudo pontuando alguns percursos vivenciados por mim até o momento. Com isso, procuro elucidar, conforme propõe Donna Haraway (1995) em “Saberes localizados”, por onde andei e ando, com a intenção de marcar a parcialidade dos saberes construídos, fazendo romper a divisão entre sujeito e objeto. Nestes caminhos, os olhares se tornaram possíveis a partir de modos específicos de ver e viver. Foi com base nessas andanças, que cito a seguir, que os objetivos desta pesquisa se construíram teóricamente e politicamente.

A aproximação com o mestrado e um pouco antes, o encontro com o Projeto Mulheres da Paz em Canoas, mapearam alguns lugares fronteiriços, onde o diálogo entre minhas questões de mulher, de psicóloga, de trabalhadora e de pesquisadora começaram a marcar este percurso de pesquisa. As trilhas percorridas nesses caminhos foram pautadas pelo campo da psicologia social que, por meio da ferramenta da análise de implicação, auxiliou a me situar nesses processos de trabalho, estudo e análise interseccional.

Faço destaque à minha trajetória pregressa, permeada pelo trabalho com mulheres, que me levou às discussões teórico-práticas acerca das relações de gênero, instituições, violências, segurança pública, extensão universitária e grupos. Com base nessas trajetórias fui construindo alguns questionamentos acerca dos processos de subjetivação a partir das relações saber-poder ali presentes.

Passei por alguns pontos de referência até minha chegada ao Projeto Mulheres da Paz e ao Mestrado em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Um deles foi a Penitenciária Feminina Madre Pelletier, na prática de extensão universitária com grupos de mulheres presas, outro na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher de Porto Alegre, também por meio da prática extensionista com mulheres em situações de violência, no Serviço de Assistência Judiciária Gratuita do Centro Universitário Ritter dos Reis (SAJUIR), no trabalho interdisciplinar com o Direito na conciliação e mediação de conflitos em demandas do Direito de Família, com um grupo de mulheres catadoras de uma cooperativa de reciclagem, com grupos de idosas/os e seus familiares em uma instituição de longa permanência e até uma breve aproximação com o

trabalho com educadores/as, crianças e adolescentes da rede pública e privada de educação tanto em Canoas/RS, quanto em Beira/Moçambique.¹

Após a inserção nesses espaços, cheguei ao Projeto Social Mulheres da Paz, junto a grupos de mulheres lideranças comunitárias de cinco bairros do município de Canoas/RS. Um projeto vinculado à Secretaria Municipal de Segurança Pública com Cidadania, ao Ministério da Justiça e à Fundação La Salle, que tinha como objetivo geral capacitar mulheres dos ditos *Territórios de Paz* a partir de algumas temáticas centrais como: direitos humanos, gênero e enfrentamento às violências, para que elas se instrumentalizassem com vistas à promoção e multiplicação dessas discussões e práticas em suas comunidades.

Minha inserção como psicóloga neste projeto social teve início no mês de abril de 2013, compondo junto a uma assistente social, uma agente de ação social e uma coordenadora, a equipe de referência do Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste de Canoas. Em janeiro de 2015, algumas mudanças na equipe aconteceram, entre elas, a saída da coordenadora. Naquele momento fui convidada a assumir a função de coordenação do projeto, função esta que exerci até fevereiro de 2016. Passando depois a coordenar o Projeto Social Casa da Cidadania (o qual contextualizarei adiante).

Ao situar o Projeto Mulheres da Paz, é preciso fazer referência ao *Território de Paz* ao qual este programa fez parte. O quadrante nordeste corresponde a cinco bairros de Canoas, formando um dos dois *Territórios de Paz*² existentes no município. Os *Territórios de Paz* foram focos prioritários dos programas, projetos e ações que compuseram o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), enquanto foco territorial, as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentassem altos índices de homicídios e de crimes violentos (BRASIL, 2007).

Esses dois Territórios de Paz do município, são bairros que eu conheço bem e transito diariamente desde que nasci, são meus principais espaços de convivência (moradia, trabalho, amigos e família). A proximidade com esses espaços provoca-me diariamente

¹Este trabalho em Beira/Moçambique aconteceu por intermédio de uma missão interdisciplinar de voluntariado pelo Centro Universitário La Salle. Naquele momento eu era pesquisadora voluntária externa da instituição, participando de uma pesquisa intitulada “Memória social e sensibilidades em práticas de saúde através da arte e correlatos: cidadania e inclusão social”. Após uma seleção, compus uma equipe de 12 profissionais que durante 20 dias coordenaram oficinas para educadores/as e monitores de algumas escolas de Beira. Realizamos também oficinas comunitárias e atividades recreativas para as crianças e jovens das escolas e de um centro assistencial. Ainda hoje este grupo de profissionais desenvolve ações sociais pontuais de formação em diversas temáticas. Neste ano o trabalho será desenvolvido em Presidente Médici no Estado do Maranhão no mês de julho.

²Em Canoas o primeiro Território de Paz implementado foi no bairro Guajuviras em 2009 e o segundo foi no bairro Mathias Velho em 2011.

questionamentos sobre essa paz que carrega os índices mais altos de homicídios de Canoas, “terras” pavimentadas por estigmas, reconhecidas como periferias, comunidades, vilas, identificadas como “invasões”, em razão de serem os dois bairros em que a ocupação de moradias se deu em meados dos anos 80. Imagens e significados que dizem de experiências que transcendem o campo teórico. Uma ideia de paz que transita pelos números de 70, 80 e até 90 homicídios de jovens para cada 100 mil habitantes por ano (IBGE 2007, 2012). Dados onde o gênero, a raça, a classe e a idade traçam um perfil dessas mortes violentas. Informações que no cotidiano se naturalizam, ou que não são compiladas, como é o caso das informações sobre as violências contra as mulheres no município (que começarão a ser notificadas e integradas em um sistema informatizado apenas este ano de 2016).

As mulheres da paz do quadrante nordeste do município de Canoas formaram um grupo atuante até fevereiro de 2016 de aproximadamente cinquenta mulheres. Durante o período de execução deste programa que durou 6 anos, 151 mulheres concluíram a capacitação prevista por ele. Desses grupos emergiram densos relatos que descreveram histórias de vida marcadas por raças, gerações, classes econômicas, escolaridades, lugares, profissões, religiões, modos de viver e de estar no mundo. Um campo de vivacidades que me interrogou e me levou na direção de um percurso enquanto pesquisadora das interseccionalidades dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e idade/geração nas histórias de vida dessas mulheres e da relação delas com as políticas públicas.

No cotidiano deste trabalho, percebi muitos elementos que se relacionavam com a participação (ou não) dessas participantes neste projeto social. Neste espaço a cada dia se elucidava maneiras diferentes de envolvimento com as atividades por parte das mulheres, que também desafiava a equipe a olhar, questionar e compreender essas “diferenças”. Lembro do momento em que nos foi salientado que o trabalho, a partir de 2013, seria ampliado para outros bairros e que provavelmente as participantes do Projeto Mulheres da Paz teriam perfis socioeconômicos (este ponto foi ressaltado com mais veemência) bastante destoantes e que, inclusive, receberiam um valor de bolsa de participação diferente das outras mulheres da paz. Essas informações haviam nos despertado muitas questões, principalmente quanto aos “braços”, “pernas” e “olhares” que conseguiríamos ter para percorrer este campo de muitas vias, sem que nos cegassem diante das complexidades que a interseccionalidade dos marcadores sociais da diferença abarcam.

Com o tempo começou-se a notar, por exemplo, que as mulheres que se mantinham neste projeto social tinham mais de 50 anos; aquelas que mais percorriam e conheciam as políticas públicas eram na sua maioria de classes populares; aquelas que afirmavam que a cor

da pele não importava eram brancas, algumas mulheres de classe média compreendiam o trabalho na comunidade pelo enfoque assistencialista. Em alguns casos, as participantes só conseguiam frequentar o projeto social por terem mais de 60 anos e não pagarem a passagem do ônibus. Outras chegavam de carro ou taxi, provocando comentários e dúvidas nas demais participantes sobre o motivo pelo qual esta mulher estava frequentando o Projeto Mulheres da Paz. Alguns relatos delas, indicavam que estavam ocupando o tempo ocioso indo até a sede do Projeto Mulheres da Paz, outras diziam faltar tempo para dar conta de todas as demandas de outras mulheres que chegavam até ela. Algumas ainda comentavam que em virtude do estado de saúde física e mental não conseguiam participar das atividades. Outras salientavam que exercer a função de mulher da paz era uma condição para estarem bem e “livres da depressão”.

Foi por meio das falas e dos muitos silêncios, das histórias de vidas tão diferentes e ao mesmo tempo tão parecidas, das possibilidades e condições específicas de perceber o mundo e sua relação com ele, que me vi desafiada a embarcar nestes movimentos de pensar, planejar, executar e significar este estudo. Estes movimentos que nem de longe foram lineares, estáveis e ritmados, próprios do dia a dia do trabalho de base, me guiaram por um fio condutor que incidiu (e incide) repensar as nossas práticas, as relações de poder e os efeitos destas nas vidas das pessoas.

Sinalizo também como parte desta trajetória, o encontro com uma das linhas de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, que volta o olhar para o estudo da produção de subjetividade na interface com as políticas públicas, tendo como perspectiva interdisciplinar e intersetorial temas como educação, relações de gênero, sexualidade e trabalho. Temáticas que dialogaram diretamente com o objetivo geral deste estudo que foi **discutir de que forma a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração/idade atravessam a relação das mulheres com o Projeto Mulheres da Paz**. A partir deste objetivo geral os objetivos específicos foram definidos como:

Indagar e compreender problematizando:

- a) o que levou essas mulheres à inserção no Projeto Mulheres da Paz;
- b) como definem e entendem o sentido de ser uma Mulher da Paz;
- c) como emerge nos relatos de suas trajetórias de vida a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração/idade
- d) qual a relação deste projeto nos processos de subjetivação.

Andar por este terreno pesquisando, visando sua análise, foi (e segue) desafiador, como também foi provocativo, na medida em que despertou curiosidades, que de acordo com Michel Foucault (1986), desassossegam nossos modos de pensar, incidindo no exercício quase que artesão de pesquisar. Refiro-me à prática artesã, por identificar que durante o percurso (sempre à deriva de reconstruções) como psicóloga e coordenadora de um projeto social com mulheres, fui convocada a me aproximar de costuras teóricas do movimento feminista, criando formas particulares de esculpir algumas ações voltadas às políticas públicas com e para as mulheres, lidando diariamente com aviamentos insuficientes diante da multiplicidade e complexidade das histórias de vida.

Claudia Mayorga (2014) ao referir-se à intervenção social feminista salienta a indispensável busca pela desnaturalização das desigualdades. Para a autora esse exercício se faz por meio da historicização da realidade, de um olhar cauteloso dela para as relações de poder, voltando à atenção, principalmente, aos seus efeitos, tais como: silenciamentos, estigmatização, deslegitimação, inferiorização e prescrição de formas de vida, pensamento, sociedade.

A teoria feminista para João Manuel de Oliveira (2010) habita os espaços de interstícios, onde os saberes são híbridos e, dessa forma, compreendem e leem um mundo onde se perdeu a ilusão da estabilidade identitária e onde a diversidade passa a exigir lentes mais afinadas para ser percebida. Um olhar que demanda cautela, que se recusa assumir posições estanques de saberes, estando sempre vigilante aos riscos iminentes de “pontos cegos” e suas decorrências citadas acima por Claudia Mayorga (2014).

Foi amparada nesta busca por “lentes mais afinadas” que lancei mão, enquanto recurso metodológico, do uso dos relatos das histórias de vida de 10 participantes do Projeto Mulheres da Paz para compor o conteúdo de análise. A bagagem teórica teve como base o campo da Psicologia Social, a partir da noção de produção de subjetividade proposta por Michel Foucault, que compreende as relações sociais como relações de saber-poder. Além disso, o conceito de interseccionalidade foi central para pensar sobre as imbricações dos marcadores sociais da diferença no âmbito das políticas públicas.

A centralidade deste conceito nesta pesquisa beirou à convocação, pois estando imersa em cruzamentos que dizem de diferenças que produzem diferenças nos processos de subjetivação, tive o compromisso de, enquanto mulher, branca, de classe média, de 27 anos, psicóloga, coordenadora de um projeto social público e pesquisadora, investigar, repensar, e fazer perguntas acerca das relações sociais estabelecidas dessas mulheres com o Projeto Mulheres da Paz, a fim de compreender os processos de subjetivação dessas participantes a

partir de uma análise interseccional. Buscando, assim, propor outras perguntas que abarquem um campo de visão mais complexo e atento às desigualdades que constituem as experiências singulares de cada mulher (SILVEIRA; NARDI, 2013).

Se toda perspectiva de intervenção deve propor uma análise ou interpretação sobre as desigualdades que pretende problematizar e sobre a realidade que pretende intervir, consideramos aqui que essas análises devem se complexificar, atentando para os efeitos dos diversos sistemas de poder que marcam as sociedades contemporâneas e, principalmente, as diversas vozes e sujeitos que têm interpelado o espaço público. As vozes são muitas e já não correspondem a um único e universal lugar de fala – se a classe social ou o gênero foram, historicamente, dimensões importantes para problematizar e politizar as relações sociais, faz parte também dessa mesma história a denúncia sobre os efeitos que visões únicas e totais da sociedade podem nos levar. (MAYORGA, 2014 p233).

Neste sentido, o recorte interseccional que propus neste estudo, buscou potencializar as discussões sobre as políticas públicas, principalmente as políticas destinadas ao “empoderamento” de mulheres. Tendo em vista que os lugares de fala são muitos e atravessados por relações de poder, a trajetória de análise das interseccionalidades não percorreu uma direção linear, pois isso implicaria negar os cruzamentos, nem tampouco surda, pois desse modo escapariam os silêncios. A potencialidade da análise interseccional foi, justamente, tensionar os riscos que visões unilaterais e homogeneizantes podem reiterar, como as relações de poder e as formas de discriminação.

Vale destacar, uma vez mais, que esse exercício de pesquisa exigiu uma posição de contínua reflexão, pois não trabalhamos em termos epistemológicos e políticos com a noção de neutralidade. A interseccionalidade é um exercício analítico que estabelece a necessidade de revelar quem o faz, de quais lugares e diante de quais problemas. Sendo assim, no objetivo deste estudo, busquei junto com as mulheres da pesquisa, qualificar as práticas de trabalho, repensando as ferramentas para a formulação e execução de políticas públicas que visem efetivamente às transformações nas relações sociais.

Adiante trago apontamentos acerca do método das histórias de vida, em seguida, no Capítulo 2, mapeio o campo desta pesquisa, transcorrendo sobre o Projeto Mulheres da Paz desde sua criação até seu atual momento em Canoas/RS. Após essa contextualização, trago apontamentos sobre as entrevistas e apresento as 10 participantes.

A partir dessa apresentação das entrevistadas, já no Capítulo 3, abordo a relação do Projeto Mulheres da Paz nos processos de subjetivação, dando atenção aos sentidos que “ser uma mulher da paz” pode carregar. No Capítulo 4, pauto o conceito de interseccionalidade, passando para o Capítulo 5 onde os relatos das trajetórias de vida ganham destaque. O conceito de gênero neste capítulo possui centralidade, percorrendo por questões como a

violência de gênero contra as mulheres. Aqui também são elencados os fatores que levaram as participantes a se inserirem no projeto social.

No que se refere aos Capítulos 6, 7 e 8 a interseccionalidade os marcadores de raça, classe e geração é discutida, trazendo relevantes elementos a partir das histórias de vida das mulheres da paz. Além disso estes marcadores são também pautados em suas relações com o Projeto Mulheres da Paz, levantando questões pertinentes aos campos das políticas públicas.

1.2 HISTÓRIAS DE VIDA

Ao traçar o roteiro desse estudo encontrei no método das histórias de vida um meio de alcançar os objetivos desta pesquisa. Muitos/as autores/as (BERTAUX, 1981; GLAT, 1989, BRIOSCHI E TRIGO, 1987, BOSI, 2003) destacam que as vidas individuais carregam um legado coletivo, com elementos que compõem a memória social de um grupo ou de uma comunidade. Neste sentido ao contar-se a história de uma vida, está a contar-se também a história de um povo. Histórias de vidas, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais, das formas como o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele/a faz parte.

De acordo com Lucila Reis Brioschi e Maria Helena Bueno Trigo (1987), no relato de vida, o material de análise são as relações nas quais as pessoas estão imersas. O/a narrador/a conta a sua vida, valorizando, desvalorizando, hierarquizando determinados aspectos, dando à narrativa sua visão. Para Martin Kohli (1981) uma narrativa possui uma função descritiva e avaliadora, na medida em que ao relatar um fato, estamos também refletindo sobre aquele momento.

Sofia Neves (2012) em seu estudo sobre investigação feminista qualitativa e histórias de vida, salienta que a adoção de métodos narrativos e biográficos na investigação científica diz de uma necessidade de adaptação dos processos científicos à estrutura e configuração das experiências vividas. Para a autora, as histórias de vida possibilitam uma compreensão acerca de como se dão as relações das pessoas nos contextos sociais e institucionais onde estão inseridas. Na investigação feminista, as histórias de vida são, neste sentido, um modo de entender e fazer emergir as vivências das mulheres em culturas tradicionalmente sujeitas à interpretação masculina.

Ao partilhar experiências por meio das narrativas de vida, os sujeitos indicam os significados dos seus percursos, refazendo-os discursivamente. Quando a entrevista convida

ao revisitar de trajetórias pessoais, as (re)construções narrativas são potencializadas, tornando as histórias individuais e coletivas uma poderosa fonte de análise social (NEVES, 2012). Essa autora ainda destaca que se a reivindicação feminista consiste na exigência da transformação do pessoal em político, o reconhecimento e a divulgação das histórias de vida das mulheres acentuam essa possibilidade, essa é de toda a pertinência da apropriação do método das histórias de vida, em particular pela investigação feminista. A narração das histórias de vida pode ser uma estratégia de resistência, na medida em que torna público o que foi mantido privado. Ao externalizar as experiências de pessoas ou grupos, muitas vezes silenciados, se traz para o espaço político (que é também o espaço da ciência) a reivindicação de direitos.

Stela Meneghel (2007) salienta que a história de vida devolve a palavra aos silenciados/as e as/aos esquecido/as da história, projetando uma luz particular ao social. A partir destas histórias é possível tirar a palavra dos lugares de silêncio e rechaçar um ponto de vista limitado em sistemas de pensamento exclusivos, redutores e totalitários. De acordo com a autora, as histórias particulares, de gênero, de classe, de nacionalidade articulam-se não a uma verdade universal, mas a um conhecimento atravessado pelas experiências. Para Meneghel (2007), a subjetividade não guarda nada de individual e transcendente, sendo fundamentalmente coletiva. Neste sentido, apreender os processos de produção de subjetividade implica em visibilizar a emergência das figuras que ela desenha. Trata-se da composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo. Universos estes sempre sujeitos a novos arranjos, dependendo da força dos condicionamentos sociais. (MENEGHEL, 2014).

A partir, então, dos relatos das histórias de vida, se tornou possível a travessia do relato individual, nomeado e singularizado, para a engenhosa construção do coletivo (FERREIRA; GROSSI, 2004). Com isso se analisou a relação das mulheres participantes do Projeto Mulheres da Paz com este, bem como consigo mesmas, com a pesquisadora-coordenadora e com os discursos que sustentam as relações de poder que atravessam os marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração/idade. Ressalto que o entendimento dos processos de subjetivação dessas mulheres não se deu mergulhado somente nas suas histórias individuais, como se ali estivesse o sentido último para as suas falas, mas na articulação dessas trajetórias com o contexto histórico.

As mulheres da paz ao narrar suas histórias de vida, refletindo sobre a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração/idade, bem como pensando e relatando sobre seus engajamentos nas políticas públicas, dando destaque ao Projeto Mulheres da Paz, estiveram implicadas no processo de relação entre história pessoal e

social, onde o sujeito é socialmente produzido como também constitui o social. Stela Meneghel (2014) nos diz que olhar para trás, recordar, lembrar, em uma relação na qual fazem parte inúmeros sujeitos: a narradora, a pessoa que ela foi e não é mais, a pessoa que ela é agora, a ouvinte que ouve, a ouvinte que rememora, estamos nos mudamos ao andar da narrativa. Contando e ouvindo histórias descobrimos que as histórias podem se constituir em uma ferramenta no enfrentamento coletivo de problemas e para pensar relações sociais mais igualitárias e equânimes. As narrativas, enquanto ferramenta de intervenção, ajudam a enfrentar mecanismos de dominação/exploração como os relacionados a gênero, à raça e à classe social.

Por meio de entrevistas narrativas, busquei descrever e analisar trajetórias de vida a partir da forma como são relatadas e interpretadas pelas entrevistadas. Solicitei que as participantes discorressem por um fio condutor que contemplasse os objetivos do estudo. Mais adiante trago de forma descritiva os momentos das entrevistas, as implicações diante das narrativas e apresento as mulheres da paz que participaram da composição desta pesquisa.

Destaco que entre os conceitos utilizados nesta pesquisa esteve o de análise de implicação, a partir da Análise Institucional. Este conceito, a partir de Renè Lourau (1993) refere-se à implicação no campo, considerando que “implicado sempre se está”, e que não há neutralidade neste processo de pesquisa e análise, já que são estabelecidas diferentes relações com as diferentes instituições que nos constituem e atravessam.

Neste caso, foi preciso colocar em análise os lugares que ocupo nas práticas de saber-poder que produzem verdades em mim, seus efeitos, agenciamentos e os funcionamentos postos a partir dessas produções. Lourau (1993) diz que a análise de implicações traz para o campo de análise sentimentos, percepções, ações e acontecimentos que podem servir às desnaturalizações de lugares confortáveis e acriticamente ocupados. A análise de implicação, a partir de Cecília Coimbra e Maria Lívia Nascimento, (2014 s/p) “nos retira dos portos seguros, dos caminhos lineares e conhecidos, da paz das certezas, nos jogando em alto mar, no turbilhão das dúvidas, da diversidade e dos contornos indefinidos”.

Este foi um exercício/conceito que lancei mão a partir do reconhecimento do fato de eu estar inteira nesses processos de investigar, trabalhar, coordenar, entrevistar, sendo mulher, branca, jovem e de classe média. Atentando-me ao que isso pôde significar e aos movimentos que atravessaram os diferentes espaços acadêmicos, científicos, das políticas públicas, das mulheres da paz e de outros/as que constituíram este meu percurso.

Ao que se refere a análise das narrativas, utilizei o conceito de interseccionalidade como fio condutor. Deste modo busquei compreender como os marcadores sociais atravessam as vidas destas mulheres e suas inserções no Projeto Mulheres da Paz.

2 MAPEANDO O CAMPO DE PESQUISA: Movimentos que marcam a história do Projeto Mulheres da Paz.

Neste primeiro capítulo busco contextualizar alguns caminhos pelos quais o Projeto Mulheres da Paz percorreu. Vou apontar elementos de sua criação enquanto ação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania em 2007, seus objetivos, sua implementação e desenvolvimento no município de Canoas/RS e por fim, suas últimas transformações em 2016 que lançam novas questões e outros olhares para este mapa que muda a direção.

2.1 O PRONASCI E AS MULHERES DA PAZ

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), instituído pela Lei nº 11.530 em 2007, é um programa do Ministério da Justiça que se destina a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. Propondo-se articular políticas de segurança por meio de ações sociais, priorizando a prevenção e as ações diretas nas causas que levam à violência. (BRASIL, 2007).

Dentre as diretrizes do PRONASCI cabe destacar: a promoção dos direitos humanos, intensificando uma cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural; criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias; participação de jovens e adolescentes, de egressos do sistema prisional, de famílias expostas à violência urbana e de mulheres em situação de violência; participação e inclusão em programas capazes de responder, de modo consistente e permanente, às demandas das vítimas da criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social; promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, étnicas, raciais, geracionais e de orientação sexual e garantia da participação da sociedade civil. (BRASIL, 2008).

O PRONASCI foi resultado de um amplo debate do governo com especialistas e com a sociedade civil, que integrou 94 ações ou subprojetos. Essas ações possuíram foco etário, foco social e territorial direcionado às populações e áreas metropolitanas afetadas por altos índices de homicídios e demais crimes violentos, além de terem também um foco repressivo, que foi o combate ao crime organizado. (BRASIL, 2008)

De acordo com Francisco Paiva Forte (2008), a partir do diagnóstico do ciclo da violência, a União, destacou a relevância de seu enfrentamento de maneira mais qualificada e humanista, com base nos focos citados acima. Neste sentido é que o PRONASCI buscou articular ações de segurança pública e políticas sociais mediante a cooperação dos três entes federativos.

Com a implantação do PRONASCI, Luiz Eduardo Soares (2007) relata que houve esperança de uma nova cultura institucional a partir de mecanismos de avaliação local das políticas de segurança pública. De acordo com o autor e ex Secretário Nacional de Segurança Pública em 2003, o mérito do PRONASCI esteve na superação de velhas e falsas dicotomias, tais como investimento social *versus* repressão; direitos humanos *versus* ação eficiente da polícia. Neste sentido, o PRONASCI apoiou e enfatizou valores que garantissem a complementaridade dos direitos humanos e eficiência policial; prevenção e repressão qualificada; valorização do papel dos municípios e segurança pública acima das disputas partidárias.

As ações pensadas e consolidadas pelo PRONASCI foram divididas em dois eixos: as “ações estruturais” e os “projetos locais”. O Projeto Mulheres da Paz esteve vinculado aos “projetos locais”, aos quais estiveram vinculados à criação dos chamados Territórios de Paz³, nos bairros com alto índice de violência.

Os Territórios de Paz, atrelados aos “projetos locais”, foram as localidades que receberam um conjunto de projetos que abarcaram ações que se orientaram para outros dois eixos de intervenções: o de *Integração do Jovem e da Família* e o de *Segurança e Convivência*. Ações que foram pensadas como estratégias para facilitar o exercício da cidadania das pessoas das comunidades pobres. (PINHEIRO, 2013).

³Nestes Territórios de Paz, a paz institucionalmente está relacionada à busca por uma cultura de paz que engloba valores, atitudes, comportamentos, estilos de vida baseados no respeito à vida, aos direitos humanos, à igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, no fim das violências e na promoção e prática da não-violência, aderindo aos princípios de liberdade, justiça, democracia, tolerância, solidariedade, cooperação, pluralismo, diversidade cultural, diálogo e entendimento em todos os níveis da sociedade (ONU, 2004).

O Projeto Mulheres da Paz foi a ação de número 61 do conjunto de noventa e quatro ações do PRONASCI, compondo o eixo *Integração do Jovem e da Família*. Este projeto social teve como proposta capacitar grupos de mulheres com perfil de liderança para construir redes comunitárias e sociais para a prevenção e enfrentamento às violências nas regiões atendidas pelo programa. Sua principal e inicial finalidade foi promover a aproximação das mulheres que o integrassem com os/as jovens de suas comunidades para encaminhá-los/as aos projetos sociais, prioritariamente ao PROTEJO⁴, e acompanhá-los em seu percurso social e formativo.

Essas capacitações foram realizadas no período de doze meses, e previam mensalmente uma bolsa de R\$190,00 para cada participante frequentar os encontros. Essas atividades foram estruturadas de acordo com seguinte tripé de atuação: prevenção da violência doméstica e de gênero, mobilização comunitária e articulação com a rede local de atendimento e prevenção da violência juvenil. E foi com base nesse tripé que os conteúdos discutidos na capacitação foram elencados e propostos pelo Ministério da Justiça. (BRASIL, 2012).

Os eixos temáticos da capacitação contemplaram os seguintes conteúdos: sexualidade e diversidades, mobilização comunitária, democratização do acesso à justiça, formas de resolução não violenta de conflitos e educação para uma cultura de paz, política nacional de segurança pública, violências e modos de enfrentamento à violência, Lei Maria da Penha e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, enfrentamento ao tráfico de pessoas, noções básicas de direitos e informática básica.

Foi por meio de oficinas que os temas foram trabalhados. As equipes locais planejavam e executavam estas oficinas, construindo o cronograma de atividades. Foram também convidadas(os) profissionais que contribuíssem para as discussões bem como integrassem à rede de serviços das localidades do programa. A maioria dos encontros aconteceu na sede local do Projeto Mulheres da Paz que variou de município para município.

Os critérios de seleção das mulheres selecionadas previam que elas fossem moradoras do(s) bairro(s) correspondente(s) ao Território de Paz, fossem alfabetizadas e possuísem idade mínima de 16 anos. Outros requisitos também foram avaliados tais como: capacidade de

⁴O PROTEJO consistiu no Projeto de Jovens em Território Vulnerável e se destina a formação e inclusão de jovens expostos à violência doméstica, urbana ou em situações de rua, nas áreas abrangidas pelo Pronasci. O trabalho desenvolvido pelo PROTEJO teve como foco a formação cidadã dos jovens a partir de práticas esportivas, culturais, educacionais e sociojurídica, realizadas por meio de cursos de capacitação com foco em direitos humanos, o combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, bem como em atividades de emancipação e socialização. (BRASIL, 2008)

escuta das outras participantes do grupo, compreensão das diversidades e dos processos históricos que nos constroem enquanto sujeitos, disponibilidade para repensar crenças e preconceitos, vivência em atividades comunitárias e possuir experiência pregressa em atividades de organização e mobilização comunitárias. A capacitação teve uma carga horária de formação teórica inicial de 48 horas e a etapa seguinte que inclui formações também práticas que correspondem a 176 horas (média de 16 horas por mês).

2.3 MULHERES DA PAZ: O ponto de “*partida*”

Instituído pela Lei nº11.530/07 o Projeto Mulheres da Paz foi nomeado no primeiro momento como “Mães da Paz”, com este nome, o projeto foi uma proposta inicial de autoria da Central Única das Favelas (CUFA) que, devido às ações que realizava nas periferias brasileiras junto com diversas associações nelas criadas, ressaltou a relevância do ativismo das mulheres nas comunidades, na mobilização em prol da justiça e da paz. A ideia se construiu com base na importância, atribuída pela CUFA, ao vínculo moral e afetivo que era estabelecido entre as mulheres e os jovens de suas comunidades, possibilitando, portanto, uma abordagem preventiva ao envolvimento criminal desses jovens, por meio do aconselhamento e orientação (PINHEIRO, 2013).

O percurso metodológico de formulação do projeto até então nomeado Mães da Paz se deu por meio de reuniões que foram promovidas em diferentes comunidades brasileiras, com as mulheres que lá residiam e que foram contatadas pela CUFA, seguidas de encontros sistematizados dos quais participaram movimentos da sociedade civil organizada. A partir destes encontros foram organizados grupos de trabalho, com o objetivo de delinear a proposta de criação do projeto.

Algumas tensões se destacaram neste processo de construção do projeto até então chamado “Mães da Paz”. Tensões que foram explicitadas pelos conflitos e divergências entre as feministas e os outros movimentos de mulheres que, orientadas por referenciais e objetivos distintos, defenderam posicionamentos igualmente díspares acerca de muitos temas, dentre os quais se salientou o “nome do projeto” (PINHEIRO, 2013).

Segundo a ex-coordenadora do projeto Lélia Almeida, a escolha do nome “Mães da Paz” foi uma homenagem às Mães da Praça de Maio, às Mães da Bolívia. Lélia Almeida afirmou que, mesmo considerando o fenômeno da maternidade como um fator motivador de ação, o projeto em si não era para ter adquirido o tom tutelar que recebeu e, tampouco teve o

objetivo de falar de um lugar privado da mulher, reduzindo a dimensão de sua função como mãe, de acordo com Ana Pinheiro (2013).

Ana Pinheiro (2013) também afirma que esse foi um entendimento institucional, e as críticas direcionadas a este aspecto foram contundentes, especialmente, por parte do movimento feminista “Articulação de Mulheres Brasileiras” (AMB), que compreendeu que o nome limitava-se a uma concepção naturalizada e essencialista sobre a mulher, reforçando as construções tradicionais de gênero presentes na sociedade, por meio das quais se acredita que a maternidade faz parte da natureza da mulher, onde sua função social se resume ao cuidado da família e dos/as filhos/as. De maneira enfática, a AMB questionou a proposta, se posicionando contrariamente a ela, afirmando que “as feministas não podiam silenciar, mesmo diante de sua nomenclatura, conservadora e essencialista, situando a mulher-mãe como a cuidadora, responsável uma por cuidar e educar” (TEIXEIRA, 2009 p.22).

Além disso, tal proposta também excluiu os homens da responsabilidade de também “promover a paz”, desconsiderando o engajamento de muitos homens em ações e projetos como este. A partir disso foi que a Secretaria de Políticas para as Mulheres sugeriu o nome “Lideranças da Paz”, que possibilitava a inclusão dos homens na proposta, enfraquecendo a associação entre o feminino e o cuidado. (PINHEIRO, 2013).

Ao fim de todo o debate, conseguiu-se um consenso em torno do nome “Mulheres da Paz”, considerando o fato de que suas principais beneficiárias eram mulheres e prevalecendo a noção de que a maioria dos movimentos em favor da paz são liderados por mulheres. As produções de todo esse processo deram origem a um relatório utilizado pela equipe responsável pela elaboração do projeto, com o objetivo de definir a concepção e a formulação final do Projeto Mulheres da Paz.

Neste contexto, Ana Pinheiro (2013 p. 56) destaca as tensões do próprio movimento entre “as mulheres que não se identificavam com o movimento feminista” e as feministas. Como destaca a autora, estes entraves não são tensões recentes e envolvem as transformações históricas do movimento feminista brasileiro, marcado por clivagens de origem racial, de classe, geográficas, etc, que se constituíram no movimento e que se manifestam nos espaços onde o que está em jogo é a visibilidade política. Nos grupos de discussão acerca da proposta do projeto, as mulheres não identificadas com o feminismo relataram que se sentiram “sufocadas” pelas feministas, e não gostariam de trabalhar com elas.

Para Ana Alice Alcantara Costa (2005), falas como esta, ressaltam os conflitos que emergiram naquele espaço, demonstrando a persistência das cisões existentes entre alguns movimentos de mulheres e o movimento feminista. Cisões surgidas pelo modo diverso como

ambos compreendem o mundo e o papel da mulher nesse mundo, se inserindo, por consequência, em lutas também diversas (COSTA, 2005).

O nome do projeto foi apenas um dos pontos onde essas disputas apareceram de modo incisivo. Mas que corresponde também aos marcadores sociais que atravessam a realidade das histórias das mulheres e os modos pelos quais as políticas públicas, neste caso o Projeto Mulheres da Paz, se construiu, e os caminhos particulares que este programa foi desbravando na prática em cada experiência.

Em 2008, o PRONASCI como um todo foi reformulado, recebendo, inclusive, nova redação que foi logo convertida na Lei Federal 11.707, em 19 de junho de 2008. Essa nova lei também reformulou as atribuições e definições do projeto “Mães da Paz”, modificando o seu nome, passando a denominá-lo “Projeto Mulheres da Paz”.

A Lei 11.707/08 manteve a definição de que o projeto Mulheres da Paz seria destinado à capacitação de mulheres socialmente atuantes nas áreas geográficas abrangidas pelo PRONASCI. Entretanto, redefiniu suas atribuições, dispondo que o trabalho a ser desenvolvido por elas passaria a ter como foco:

- a) a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres;
 - b) e a articulação com jovens e adolescentes, com vistas a sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social. (BRASIL, 2008).
- Acrescentando-lhes também as funções de: I) divulgar e implantar ações que orientem a comunidade na prevenção e redução da violência; II) visitar as famílias e conversar com parentes dos jovens para conhecer melhor a situação de cada um deles e; III) juntamente com a equipe multidisciplinar promover palestras, oficinas ou trocas de experiências que impulsionem práticas de direitos humanos, de proteção da vida e estimulem a cultura da paz. (BRASIL, 2009)

Nessa nova versão, suas competências foram ampliadas, passando a dar maior visibilidade às questões referentes à cidadania e proteção das mulheres (que passaram a serem vistas como beneficiárias da política e não somente os/as jovens). Entretanto, depois da revisão, o entendimento do movimento feminista foi de que a mudança da redação não alterava a concepção do projeto, o que concebeu certo descontentamento diante da desconsideração às suas principais críticas, já que também coube ao questionamento sobre em que medida a mudança na redação traria mudanças reais, no plano prático, para a situação e atuação das mulheres da paz. (PINHEIRO, 2013)

De acordo com Ana Pinheiro (2013), o projeto não buscou promover efetivamente a cidadania e autonomia das mulheres, colocando-as como “cuidadoras dos jovens da comunidade”, utilizando-se de um olhar socialmente naturalizado do instinto materno,

atribuindo às mulheres a função do cuidado com os/as filhos/as e com a família, reproduzindo e reforçando as representações sociais tradicionais de gênero. Para a autora, esta não foi uma política de gênero, mas sim uma política com uma “sensibilidade de gênero”, já que foi uma política pública que instigava a participação política e social da mulher por meio de uma ação que tinha como foco o cuidado de outrem (jovens do PROTEJO), e não necessariamente o atendimento de suas beneficiárias diretas. Ou seja, ainda que o projeto se voltasse às mulheres, seu objetivo central não foram elas.

Analba Teixeira (2009) destacou a crítica das feministas às principais diretrizes do projeto no que se referia às questões de gênero. Ela ressaltou que apesar de todas as construções críticas na elaboração do projeto Mulheres da Paz “o máximo que conseguiram, após séries de discussões e três reuniões no Ministério da Justiça, foi a modificação do nome do programa” (TEIXEIRA, 2009 p23.)

Claudia Mayorga (2014), ao salientar as tensões existentes entre os feminismos, aponta uma situação em um debate com uma ativista feminista lésbica em Madri, em uma discussão acerca das diferenças entre os feminismos dos contextos latino-americano e espanhol. A autora relata que esta ativista teria sido bastante categórica ao afirmar que o problema das latinas referia-se ao fato de elas ainda se casarem, terem filhos etc. Para a autora, é importante afirmar que a instituição do casamento e a designação da maternidade como lugar natural para as mulheres, foram aspectos criticados pelo feminismo, por sua forte relação e função nas lógicas patriarcais, mas que tal afirmação revela uma posição de prescrição de formas de emancipação que foi e segue sendo alvo de tensões dentro do feminismo. Neste sentido a preocupação se volta, sobretudo, para posições que reproduzem compreensões sobre outras mulheres, sem de fato dispor da escuta de suas vozes, experiências e lugares.

Da mesma forma, em outro debate acerca da problemática do tráfico de pessoas, uma pesquisadora feminista sueca, ao abordar a questão da necessidade da elaboração de políticas de enfrentamento ao tráfico de mulheres, destacou que o problema do tráfico deveria mesmo acabar, pois essas mulheres estavam “levando doenças para seus maridos”. Um encontro que parecia ser um ato de solidariedade e problematização da violação de direitos de mulheres migrantes, acabou por visibilizar a naturalização do olhar de desqualificação em relação às mulheres de outras regiões. (MAYORGA, 2014).

Os estudos das feministas negras norte-americanas, com destaque a Kimberlé Crenshaw (2002), enfatizam que foi a partir desse antagonismo dentro do próprio feminismo que nasceu a noção de interseccionalidade que adiante irei discutir. Judith Butler (2003 p20),

ao problematizar a categoria “mulher” como sujeito do feminismo, afirma que “se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. O gênero estabelece intersecções com marcadores raciais, de classe, étnicos, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas, tornando-se impossível separar a noção de *gênero* das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida. (BUTLER, 2003).

Estas autoras, bem como a história de criação do Projeto Mulheres da Paz, destacam divergências políticas no interior dos movimentos feministas que apontam para muitas imbricações que produzem subjetividades. Esses embates entre grupos de mulheres, justamente porque essas lutas, que por vezes se diferem, fazem com que as políticas públicas, dando ênfase ao Projeto Mulheres da Paz, sejam desenvolvidas de determinada forma. Neste sentido, me proponho a analisar de que forma os diferentes marcadores sociais vão produzindo efeitos nas experiências de vidas das pessoas, sem que prevaleça uma concepção do sujeito de direitos universal, em que a raça, a classe e a idade, por exemplo, são deixadas de lado. (SILVEIRA, 2013).

Penso que, devemos trazer à tona os questionamentos acerca desse papel “maternalista” naturalizado de mulheres que vão assumir mais uma vez o lugar de tutela de “jovens”. Contudo, devemos também cuidar para que não nos ceguemos diante de uma demanda cotidiana, onde mulheres mães estão organizadas a partir do desejo de preservar a vida dos/as filhos/as, ou ainda, com o interesse em desenvolver ações outras.

Das mulheres da paz que estavam vinculadas ao programa no quadrante nordeste em Canoas até fevereiro de 2016, apenas duas delas afirmam não terem filho/a(s). Muitas dessas mulheres também se interessam por ações diversas, como por exemplo: ações voltadas para idosos/as, para crianças nas escolas, nas Unidades Básicas de Saúde, nas associações de moradores, nos centros de economia solidária, em projetos de geração de renda. Estes espaços e demandas exigem atenção, já que os acontecimentos cotidianos são possibilitados pelo campo de possibilidades que o tempo-espaço produz, isto é, os processos de subjetivação alcançam condições de existência a partir de um determinado lugar/posição e período que nos encontramos, podendo variar, por exemplo, entre um grupo de mulheres que não possuem filhos/as e aquelas que compreendem sua razão de ser enquanto “mães”.

A questão do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres foi vista como um dos pontos-chave do Projeto Mulheres da Paz que atravessou várias etapas da criação do programa, desde seu início, até a chegada em Canoas. Talvez esta tenha sido umas das temáticas que conseguiu se consolidar entre os diferentes movimentos de mulheres que

estiveram no caminho. Trata-se de uma luta por agendas políticas, onde escutar o que os diferentes grupos de mulheres estão querendo dizer é uma aposta para reconhecemos o lugar de fala, de grito ou até mesmo de silêncio umas da(s) outra(s).

2.3 PROJETO MULHERES DA PAZ EM CANOAS

O Projeto Mulheres da Paz iniciou suas atividades no município de Canoas em março de 2010 com capacitações voltadas para moradoras do bairro Guajuviras, que foi o primeiro foco territorial naquela época estabelecido pelo PRONASCI, para que fosse o primeiro Território de Paz do município, em função do alto índice de violência. Durante os três anos seguintes se mantiveram capacitações voltadas para as moradoras deste bairro, formando no final de 2012, 107 mulheres. Essas capacitações duraram 12 meses, com dois encontros por semana, desenvolvidas em duas etapas: uma etapa de formação teórica inicial e outra etapa articulando também a parte prática, preenchendo os requisitos do Ministério da Justiça, prevendo o recebimento de uma bolsa mensal no valor de R\$190,00 (verba federal).

Após esses 12 meses de capacitação, a Prefeitura Municipal de Canoas propôs um novo convênio com as mulheres que desejassem seguir vinculadas ao programa. Para tanto seria disponibilizada uma bolsa de ressarcimento no valor de R\$100,00 por intermédio de uma verba municipal, pensada para cobrir as despesas de transporte das participantes.

Essa etapa, após os 12 meses de capacitação, se constituiu numa formação continuada, onde as mulheres seguiram em formações teóricas por meio de oficinas, bem como planejando e executando ações comunitárias. Os valores das bolsas foram diferentes em função dos convênios estabelecidos, onde a verba federal por intermédio do Ministério da Justiça (PRONASCI) era maior que a verba municipal por intermédio da Prefeitura. Ressalto que do ano de 2013 ao final de 2015, ficaram vigorando duas bolsas com valores diferentes, ou seja, umas recebiam R\$190,00 mensais e outras R\$100,00 mensais no mesmo período, já que algumas turmas de capacitação já haviam concluído o período de 12 meses e outras ainda não.

Dentre as atuações, atividades e objetivos, o Projeto Mulheres da Paz em Canoas/RS carregou em sua história o fortalecimento do trabalho voltado para a discussão das relações de gênero. Esse percurso que se construiu a partir do desejo e da demanda vivenciada pelo próprio grupo de mulheres que participaram desde o seu início, bem como da organização não

governamental Themis – gênero, justiça e direitos humanos, que executou o projeto de 2009 a 2012.

De acordo com Aline Bonneti (2000) a Themis foi fundada em 1993, por três advogadas, militantes de movimentos feministas e direitos humanos. O grande objetivo da Themis com a sua intervenção social é a promoção e defesa dos direitos das mulheres, possibilitando uma ampliação do acesso à justiça pelas mulheres. A ideia é a de que o acesso à informação sobre os direitos possibilita o exercício da cidadania às mulheres das camadas populares, através do conhecimento de determinados recursos judiciais para assegurar a garantia destes direitos.

Promotoras Legais Populares (PLPs)⁵ foi o projeto que deu origem a entidade e é o eixo central da atuação da Themis. Foi com base no curso de formação das Promotoras Legais Populares que a implementação e o desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz em Canoas se iniciou, tendo a Themis seguido no desenvolvimento do Projeto Mulheres da Paz em Canoas até o ano de 2012. No ano seguinte as contratações e a gestão das equipes de referência do Projeto Mulheres da Paz foram geridas pela Fundação La Salle, uma instituição sem fins lucrativos que pertence à Rede La Salle de educação, que desde o ano de 2006 vem trabalhando na execução de diferentes projetos que visam o desenvolvimento social, comunitário, assistencial, artístico, cultural e do esporte.

Vale destacar como marco histórico do Projeto Mulheres da Paz em Canoas, o ato de assinatura do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, realizado em 2011 na sede do projeto social, onde estiveram presentes o Governador do Estado à época, Tarso Genro, e a ministra-chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) Iriny Lopes⁶. No final de 2009, 105 municípios gaúchos, entre eles Canoas, assinaram o termo de cooperação técnica para adesão ao Pacto, que veio a ser assinado dois anos depois. A Presidenta da República Dilma Rousseff também fez uma visita ao programa em 2011 para realizar uma filmagem sobre as ações das mulheres da paz.

⁵ Este trabalho se desdobra em duas grandes áreas: a capacitação legal de mulheres lideranças comunitárias e a instalação do Serviço de Informação à Mulher (SIM) nas comunidades de atuação destas mulheres. Ao longo do período do curso das PLPs foram trabalhadas noções sobre direitos fundamentais, garantia dos direitos das mulheres em situação de violência, garantia dos direitos das mulheres no trabalho e contra a discriminação racial, direitos das mulheres nas relações familiares, proteção e garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes conteúdos foram abordados através de aulas expositivas, oficinas, vídeos, além de dinâmicas de grupos para discussão (BONETTI, 2000).

⁶ Notícia disponível: <http://www.canoas.rs.gov.br/acessibilidade/noticia/visualizar/id/882> e <http://dp-rs.jusbrasil.com.br/noticias/2670615/rs-adere-ao-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>

A partir de 2013 outras mudanças no Projeto Mulheres da Paz também aconteceram. O Ministério da Justiça, bem como a Prefeitura Municipal expandiram a capacitação proposta pelo Projeto Mulheres da Paz para outros quatro bairros do entorno do Guajuviras, visando com isso dar conta dos cinco bairros que compõem o Quadrante Nordeste do município de Canoas.

Assim, o programa passou a ser chamado de Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste, pois neste período também já havia sido criado o Projeto Mulheres da Paz Grande Mathias Velho e Harmonia que corresponde a outro quadrante e Território de Paz do município. Novas mulheres dos bairros: Igara, São José, Estancia Velha e Olaria também iniciaram a capacitação pelo convênio com o Ministério da Justiça, ao mesmo tempo em que as outras mulheres do Guajuviras seguiram conveniadas ao projeto pela via da Prefeitura. Em julho de 2015, 44 mulheres destes outros quatro bairros do entorno do Guajuviras finalizaram a capacitação, totalizando hoje 151 participantes que concluíram a capacitação desde 2010 no quadrante nordeste.

Através do Projeto Mulheres da Paz, as participantes planejavam e desenvolviam ações em suas comunidades, com um enfoque nas questões de gênero e juventudes. Esses trabalhos foram em grande parte realizados de forma coletiva. As atividades aconteceram tanto na casa referência do projeto, por meio de oficinas de capacitação e reuniões de planejamento e em espaços dos serviços da rede. Até fevereiro de 2016 as ações das mulheres das paz foram organizadas em dois eixos de atuação que identificamos como “eixo de enfrentamento às violências” e “eixo de mobilização comunitária”.

No eixo de enfrentamento às violências, as atividades foram desenvolvidas nas escolas (em eventos para famílias, intervalos e salas de aula) e nas Unidades Básicas de Saúde (sala de espera e reuniões com as/os agentes comunitários/as de saúde) do território, por intermédio de oficinas informativas, rodas de conversas e balcões de informação. Todas as atividades tiveram como tema central assuntos relacionados às violências de gênero, foram distribuídos materiais explicativos e realizaram-se rodas de conversas sobre os tipos de violência, Lei Maria da Penha, informações sobre a rede de serviços especializados e possibilidades de encaminhamentos.

No eixo de mobilização comunitária, foram realizadas oficinas em outros serviços como o CRAS e outros projetos sociais dos bairros. Além disso, ocorria a participação em caminhadas/marchas e espaços de controle social como: seminários, conferências, plenárias,

orçamento participativo, conselho municipal de saúde, prefeitura na rua⁷, entre outras atividades.

Um marco no que tange ao Projeto Mulheres da Paz no quadrante nordeste de Canoas é que este foi o único município do país (dos 123 municípios) que manteve essa iniciativa desde 2010, por incentivo da prefeitura juntamente com a gestão e direção municipal do projeto em propor a continuidade do pagamento de bolsas (no valor de R\$100,00), bem como construir junto às mulheres um diálogo e planejamento de atividades que se nomearam “Pós Mulheres da Paz”. Embora a capacitação de 12 meses chegasse ao fim, o município incentivava que as participantes seguissem vinculadas ao programa.

Algumas mulheres participantes se vincularam às atividades por mais de cinco anos, participando das formações continuadas e reuniões semanais propostas pelo próprio grupo de mulheres da paz junto à equipe técnica do projeto. Até o início de 2016 (janeiro e fevereiro) em torno de 50 mulheres da paz frequentavam o Projeto semanalmente, todas concluíram os 12 meses de capacitação, tendo com isso o vínculo com a Prefeitura Municipal (onde receberam a bolsa de R\$100,00 até dezembro de 2015) e não mais com o Ministério da Justiça. Este pagamento foi suspenso no final do ano passado em função das transformações ocorridas nos projeto sociais vinculados a Secretaria Municipal de Segurança Pública com Cidadania.

É preciso ressaltar que os cinco bairros que compõem o quadrante nordeste de Canoas (território de abrangência do programa), são bairros que possuem algumas diferenças que merecem destaque. O bairro Guajuviras, no ano de 1987 foi cenário de um processo de movimento social de luta por moradia. Milhares de casas e apartamentos foram ocupados por pessoas e famílias de classes populares, dando início à história do bairro. Com base nos dados da Prefeitura de Canoas/Instituto Canoas XXI (2013) atualmente o bairro Guajuviras possui uma população média de 40.000 moradoras/es, com renda média mensal por pessoa entre R\$700,00 e R\$770,00.

⁷O projeto Prefeitura na Rua é uma ação implantada no município de Canoas, no Rio Grande do Sul, que leva o Executivo, incluindo o prefeito, a vice-prefeita, secretários e diretores - para todas as regiões de Canoas. Em quatro encontros mensais (um em cada quadrante do município), sempre aos sábados. A Prefeitura Municipal dialoga com os moradores da cidade por meio dos seus gestores, oportunizando o contato com quem administra a cidade sem precisar ir até a Prefeitura. O diálogo, assim como as solicitações e os encaminhamentos necessários, são registrados, dando transparência ao processo. Junto à esta ação outras atividades também acontecem como por exemplo: atendimentos via o CRAS móvel, feira de economia solidária, apresentações artísticas, etc. (disponível em <http://www.cidadessustentaveis.org.br/boas-praticas/prefeitura-na-rua-em-canoas-rs-aproxima-cidadao-do-poder-publico>).

Os bairros Estância Velha e Olaria são bairros mais antigos, predominantemente residenciais e com população respectiva de aproximadamente 25.000 e 10.000 moradoras/es com renda média mensal por pessoa de R\$800,00 a R\$900,00. Já os bairros Igara e São José são identificados como os bairros mais novos no município com cerca de 10.000 moradoras/es cada um e com rendimentos médios mensais de R\$1200,00 a R\$1300,00 por pessoa. Os dados referentes à raça/cor da população por bairro não foram encontrados, somente da população total do município, dos aproximados 323.000 moradores/as, 84% são brancos/as, 6% pretos/as e 8% pardos/as, dados semelhantes ao percentual de negros no Estado do Rio Grande do Sul.

As diferenças que permeiam esses bairros foram visibilizadas no cotidiano do trabalho no Projeto Mulheres da Paz, fazendo com que empiricamente sentíssemos as limitações de pensarmos e olharmos para essas “mulheres” como se fossem uma única categoria, como se estivéssemos falando de uma ideia universal de mulher. São mulheres brancas, pretas, pardas, mulheres jovens, adultas, idosas, mulheres que não possuem renda própria mensal, mulheres que ganham mais de 10 salários mínimos, mulheres que perderam seus filhos violentamente ou que os visitam semanalmente na prisão, mulheres que não possuem filhos/as, ou ainda aquelas que são agredidas por estes/as. Mulheres evangélicas, católicas, umbandistas, budistas, mórmons, wicca, agnósticas ou sem religião. Casadas, separadas, viúvas, solteiras, cisgênero, heterossexuais, uma delas lésbica. Mulheres com demandas de saúde física e mental, com câncer, hipertensão, diabetes, soropositivas, com dificuldade de se locomover, com dores. A grande maioria faz uso de algum tipo de medicação e relataram estar passando ou já terem passado por episódios depressivos. Mulheres que não terminaram o ensino fundamental, outras que estão cursando o ensino superior e muitas que relatam ter tido o sonho de fazer uma faculdade.

São muitos os cruzamentos que fazem parte dos processos de subjetivação dessas mulheres que se encontram em um espaço comum, um local de formação teórica e trabalho comunitário que visa o trabalho com outras tantas mulheres que também transitam por esses milhares de cruzamentos que estabelecem modos de viver e estar no mundo. Isso faz com que a relação dessas mulheres com o Projeto Mulheres da Paz seja diferente.

Essas diferenças implicam, por exemplo, no tempo disponível para estarem engajadas nas atividades, os recursos financeiros, o desejo de participar de discussões que são divergentes das suas crenças religiosas, a possibilidade de fazer algo para si, o conseguir enfrentar as situações de violência vividas em suas casas, na permissão muitas vezes do companheiro que barra a ida dela até a sede do projeto, a apropriação teórica de alguns temas,

na capacidade de ler e escrever e, até mesmo, no modo de andar pelas ruas, frequentar outros espaços (públicos), conhecer mais uns serviços do que outros, como por exemplo, conhecer toda a rede de saúde e não saber da existência da rede de assistência social e de educação, no tom de voz, na articulação da fala, e outros tantos efeitos produzidos pelas relações de saber-poder que permeiam suas e nossas histórias e que serão trazidas em alguns de seus relatos adiante.

Destaco também os marcadores sociais da equipe de referência desse projeto social até o mês de fevereiro de 2016. Erámos em cinco mulheres, quatro delas brancas, uma delas negra, três delas com ensino superior completo, uma delas realizando o estágio profissional do curso de psicologia e a outra realizando o estágio de ensino médio.

Todas nós com menos de 30 anos e sem filhos/as, quatro de nós de classe média, uma de classe popular. Quatro residentes em Canoas, três moram e conhecem bastante os Territórios de Paz. Uma reside em Porto Alegre. Todas heterossexuais e cisgêneras⁸. Questões que estabelecem muitas vezes um lugar de “comando”, “chefia”, “poder”, que faz com que as participantes do programa, por vezes, procurem a equipe a fim de encontrar uma “verdade”, uma “resposta”, um “diagnóstico” e que, muitas vezes, fazem com que elas esperem que a equipe diga o que fazer e como fazer. Este lugar esteve sempre tensionado para que as mulheres da paz ocupassem de fato o papel de lideranças e promotoras de direitos, e que a equipe promovesse um trabalho **com** as mulheres da paz e não somente para elas.

O fato de três profissionais (me incluindo) morarem e conhecerem os territórios de paz, por vezes aproximou e validou nosso lugar de fala. Trago como por exemplo falas como: “tu é do guaju, tu é do povo, tu é das minha”; “tu mora na Mathias, tu sabe bem como é isso”. Em alguns momentos elas se surpreendiam em saber onde morávamos, e em seguida afirmavam: “mas então tu é maloqueira que nem a gente”.

O morar perto e vivenciar uma determinada realidade pôde produzir a sensação de que “tu sabe o que eu passo” em uma situação. Nossas diferenças de idade por vezes, reproduziram lugares e papéis sociais associados às relações maternas, ao mesmo tempo em que o fato de não termos filhos/as nos desautorizava a falar sobre esse assunto com elas, ou ainda que falássemos, era de outro lugar que não pertence à experiência de ser mãe.

⁸O termo cisgênero é utilizado por autores/as e ativistas trans para se referir às pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído o nascimento e transgênero para designar aqueles/as que não mantêm tal identificação. De acordo com Camila Guaranha (2014 p.38) “o uso da categoria cis permite marcar os corpos e os sujeitos que não são trans, desnaturalizando a suposta posição de “normalidade”, atribuída às pessoas cis. Assim, todos os sujeitos passam ser marcados, invertendo-se os termos de quem pode marcar quem”.

O nosso conhecimento, portador de uma visibilidade social por meio da conclusão de uma graduação carregou o peso de “sabermos tudo”, como elas nos diziam: “tu é psicóloga, tu sabe”, disparando nosso automatismo que está habituado com salas de aula, com as possibilidades de fala, leituras e conceitos, fazendo com que nosso acesso ao lugar de “saber” e de “fala” fosse facilitado. Elementos que nos exigiram refletir sobre nossas diferenças, a fim de tentarmos não reproduzir relações de opressão, mas sim, tentando promover espaços coletivos de partilha, segurança e escuta.

Adiante trago os novos rumos que o Projeto Mulheres da Paz em Canoas começou a trilhar. Irei descrever as reformulações pelas quais o programa tem passado, bem como relatar os percalços que o campo da pesquisa me coloca a pensar e sentir nesse movimento que não cessa.

2.4 O PROJETO MULHERES DA PAZ ACABOU?

O PRONASCI chega ao fim ainda em 2012, entretanto, alguns convênios se mantiveram por mais alguns anos, para o cumprimento dos objetivos e metas pautados nos editais lançados até a data final do PRONASCI. O convênio da última turma de mulheres da paz chega ao fim em julho de 2015. Com isso o Projeto Mulheres da Paz e o PROTEJO precisaram ser repensados por parte da Diretoria de Projeto Sociais da Secretaria Municipal de Segurança Pública com Cidadania (SMSPC) de Canoas.

Desde então os dois projetos passaram a ser geridos somente pela Prefeitura Municipal e não mais em parceria com o Governo Federal, pelo Ministério da Justiça. O PROTEJO desde seu início em 2010 integrou parte das atividades do projeto “Casa das Juventudes”⁹. Com o término do convênio com o PRONASCI, os(as) jovens que participavam do

⁹O Projeto Casa das Juventudes se constituiu também em um projeto social da Secretaria Municipal de Segurança Pública com Cidadania de Canoas/RS e estão localizados nos dois Territórios de Paz do município. Esse projeto, em linhas gerais, foi voltado para o público jovem, se propondo a desenvolver ações socioeducativas, culturais e de lazer visando o enfrentamento às violências, a promoção de direitos e cidadania. Os(as) jovens que frequentam a Casa das Juventudes participam de oficinas tanto na sede do projeto como em outros espaços do bairro, como praças e escolas. São realizados também por meio deste projeto social, acolhimentos e acompanhamentos psicossociais de jovens e suas redes de suporte/apoio social (família, amigos e serviços). Com as mudanças que começaram em julho de 2015, este projeto também está vivenciando transformações, voltando prioritariamente suas ações à jovens em situação de risco (de morte) e com envolvimento (direto ou indireto) em situações de violência, bem como com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Público este, que a partir de pesquisas do Observatório de Segurança Pública do município, configura-se em um dos principais alvos de homicídios de Canoas, juntamente com egressos do sistema prisional.

PROTEJO puderam seguir em atividades desenvolvidas pela Casa das Juventudes (que segue com convênio municipal) e que abarca ações semelhantes com as que eram realizadas pelo PROTEJO.

Ao que se refere ao Projeto Mulheres da Paz, outras mudanças foram previstas. Em meados de 2015 surgiu a notícia de que o Projeto Mulheres da Paz teria que passar por transformações para garantir sua continuidade. Notícias que escapavam pelos corredores da SMSPC, mas que ainda não previam prazos e objetivos definidos. Algumas reuniões aconteceram entre as coordenações locais dos Projetos Mulheres da Paz dos dois Territórios de Paz e das duas Casas das Juventudes (que são os dois projetos sociais vinculados a SMSPC e executados pela Fundação La Salle), no sentido de nos aproximarmos de algumas discussões acerca dos objetivos destes projetos hoje, os fluxos e demandas, as articulações intersetoriais e debatermos os desafios vivenciados no cotidiano do trabalho.

Essas reuniões tiveram como propósito o início da construção de uma nova estrutura para esses projetos sociais. Porém, uma pausa nas reuniões foi dada e a retomada delas se deu no momento em que o novo modelo de projeto já havia sido pré-estabelecido pela Diretoria de Projetos Sociais vinculados à SMSPC, bem como pela Fundação La Salle e aprovado pela Prefeitura Municipal de Canoas. Com isso, As coordenações locais dos Projetos Mulheres da Paz e Casa das Juventudes foram mais uma vez convocadas para que a notícia fosse dada, dessa vez com nomes, prazos e metas pré-definidas.

A primeira questão soada aos ouvidos foi: o Projeto Mulheres da Paz estaria acabando? As falas dos(as) gestores(as) repetidamente afirmavam que não, que se tratava de uma reformulação que integraria o trabalho das mulheres da paz em um serviço de atendimento à outras demandas. Mas embora as falas respondessem que não acabaria, ao ler a nova proposta de projeto que passaria a se chamar “Casa da Cidadania”¹⁰, a palavra

¹⁰O Projeto Casa da Cidadania foi pensado a partir dos moldes de um Centro de Referência em Direitos Humanos, para atender demandas que dialoguem com os indicadores de mortes violentas do município. As Casas de Cidadania teriam como objetivo geral integrar um Sistema Municipal de Prevenção às Violências. Suas sedes seguiriam nos bairros (territórios de paz) Guajuviras e Mathias Velho (mesma sede do Projeto Mulheres da Paz). Para a criação das Casas da Cidadania, o município deixaria de contar com os projetos Mulheres da Paz e Núcleo de Justiça Comunitária, cujas atividades seriam absorvidas dentro desta nova perspectiva. O lugar central das Casas de Cidadania seria o de oferecer acolhimento psico/jurídico/social às vítimas de violências, pessoas com direitos violados, egressos do sistema prisional, familiares de vítimas de violência letal, mediação comunitária de conflitos, assistência jurídica popular, atendimento de direitos do consumidor, educação para os direitos e capacitação de lideranças comunitárias para atuarem como agentes de promoção de direitos. Suas principais atividades desenvolvidas seriam: 1) PROCON: atendimento completo de PROCON, com informações de direitos do consumidor, atendimento via telefone de demandas e abertura de processos administrativos; 2) Mobilização Comunitária e formação de agentes: capacitação de lideranças comunitárias, ou de moradoras e moradores com perfil para atuarem como tais, nos temas da promoção de direitos, a fim de garantir presença nos diversos espaços de cada quadrante e efetuar trabalho de educação para os direitos e encaminhamento de pessoas para às Casas da Cidadania e Casas das Juventudes; 3) Mediação de Conflitos: efetuar a mediação de conflitos entre pessoas, afim

“mulheres” parecia se esconder em meio aos “egressos do sistema prisional”, as “vítimas de violência intrafamiliar”, ao “PROCON”, a “mediação de conflitos” e aos “ameaçados de morte”. Nos moldes de um Centro de Referência em Direitos Humanos, o Projeto Mulheres da Paz tentaria se realocar, dividindo espaço com demandas que eram de outro projeto social também vinculado à SMSPC, o Núcleo de Justiça Comunitária que estava encerrando as atividades e fechando sua sede.

Foram muitas as reuniões após a aprovação, por parte da prefeitura municipal, deste novo modelo de trabalho. Embora alguns pontos tivessem pré-estabelecidos pela gestão local, deveríamos nos ater aos processos organizativos do novo trabalho, lançando mão de esforços sistemáticos das equipes para “colocar a Casa da Cidadania para funcionar”. Outro aspecto que demandou consideração foi justamente a questão de “como se levaria esta informação às mulheres da paz e de que forma seguiríamos o trabalho com as mesmas”?

Neste quesito, a equipe técnica optou por dar a notícia antes da Diretoria de Projetos da SMSPC, levando em consideração que aquele precisaria ser um momento “particular” das mulheres da paz com as profissionais que trabalhavam com elas no dia-a-dia. O comunicado foi feito no início do mês de setembro de 2015, em uma reunião com todas as participantes do quadrante nordeste.

Muitas foram as informações compartilhadas com elas. Para explicar que o Projeto Mulheres da Paz estaria mudando, precisou-se descrever e apresentar o “novo modelo” de projeto social, intitulado “Casa da Cidadania”, pois seria por meio desse, que as ações das mulheres da paz seriam integradas.

Após o comunicado da equipe, propusemos um espaço de fala, escuta, opiniões, sentimentos das mulheres da paz ali presentes. As participantes prontamente se mostraram incomodadas com as novas notícias, ressaltando o fato de não terem sido consultadas para

de constituir uma forma não violenta e judicial de resolução de conflitos, e ao mesmo tempo de conflitos consumeristas de porte comunitário com empreendimentos familiares; 4) Acolhimento psicossocial do conjunto das pessoas que procuram as Casas da Cidadania, e especialmente oferecimento de acolhimento de vítimas de violências, especialmente mulheres; 5) Assistência Jurídica Popular: oferecimento de assistência jurídica gratuita, sem representação, para a população em geral, especialmente para egressos do sistema prisional; 6) Acompanhamento psicossocial de curto e médio prazo de pessoas vítimas de violências; 7) Ameaçados: constituir-se como porta de entrada do protocolo para pessoas ameaçadas de morte, parte do Sistema Municipal de Prevenção às Violências. De acordo com a descrição do público alvo das Casas da Cidadania aparecem prioritariamente os egressos do sistema prisional, ou em processo de remissão de pena, com estes serão realizados acolhimento e acompanhamento psicossocial e jurídico. O segundo grupo será composto pelas vítimas de violência intrafamiliar e familiares e amigos de vítimas de violência letal. E o terceiro grupo responde pelas ações de prevenção primária por intermédio do trabalho com lideranças comunitárias, a fim de constituir desde as relações comunitárias, o fortalecimento do sentimento de pertencimento, de convívio comunitário e de exercício da cidadania, mediadas por ações de promoção de direitos humanos. (Informações descritas em documento interno e ainda não publicado do projeto das Casas da Cidadania elaborado pela Diretoria de Projetos Sociais da SMSPC de Canoas/RS em 2015).

contribuírem na construção deste novo modelo. Muitas relataram se sentirem traídas, revoltadas, tristes. Outras disseram achar interessante a nova proposta de projeto, e que concordavam com a reformulação.

Uma das primeiras questões elencadas por uma das mulheres da paz foi: “E agora se me perguntarem o que eu sou, eu respondo o quê?”. Essa pergunta ensurdeceu os *meus* ouvidos. A possibilidade de acabar com aquele trabalho, ainda que diziam não estar acabando, me fez pensar na emersão dos sentidos deste espaço nos modos de ser e existir daquelas mulheres. Essa questão remetia-me também a um dos objetivos específicos desta pesquisa, que foi compreender a relação desse projeto social com os processos de subjetivação das participantes do programa. Foi impossível negar que eu, pesquisadora/trabalhadora estava diante da “crise, da contradição e da luta” que faz surgir a análise de implicação. (LOURAU, 1993 p.34). E que aquele campo de pesquisa tomava outra forma, forçando-me mais do que nunca, a me perceber diante do disforme que interrogava a todas e a mim.

Já era sabido que a neutralidade não cabia na perspectiva que escolhi como pesquisadora, nem tinha dúvidas de que o campo é movimento e que por vezes é preciso investigar aquilo que “desanda” além da conta. Mas o que não coube naquele momento, foi voltar-se aos objetivos desta pesquisa sem me perceber atravessada pelas produções dessas chamadas “mudanças, transformações, reformulações”. Foram semanas tentando encontrar formas de dizer àquelas mulheres da paz que muitas coisas mudariam e que, como parte dessas mudanças, se previa uma carga de sofrimento, dúvidas e decisões que marcariam a história delas, do programa, das profissionais e da comunidade. Um percurso que chamei de *com(im)plicado* e que travou passos diante da imprevisibilidade daquele novo cenário. Precisei parar ao olhar as estratégias de trabalho e correr ao alcance do conteúdo necessário para pesquisa.

“Nós chegamos até aqui, não é possível que isso acabe, agora que está tudo tão bem, que está bem melhor”. Esta foi outra fala que me mobilizou, correspondendo às produções de um lugar ocupado pela minha função de coordenadora daquele serviço. Havia sido bem recebida e acolhida nessa nova função, sendo-me postas expectativas de melhoras, que em certa medida foram alcançadas, de acordo com relatos das participantes. Contudo, o rumo, aquele momento, alceava outro norte. Seguir na coordenação da Casa da Cidadania era uma escolha minha, escolha que representou seguir com as mulheres da paz aquele percurso com

sentimento de “abandono”¹¹, e que também correspondia a minha necessidade de ter um trabalho remunerado, que conseguisse ao mesmo tempo produzir sentido à minha profissão.

Em meio a esses acontecimentos, uma reunião das mulheres da paz com o Secretário Municipal de Segurança Pública também ocorreu. Essa reunião teve como objetivo o diálogo por parte da SMSPC com as participantes do programa, a fim de esclarecer dúvidas quanto à mudança para a Casa da Cidadania.

Foi mais um momento, onde as frustrações tomaram conta de muitas falas das mulheres. Repetidamente elas diziam “mais uma vez é um homem no poder, querendo dizer que a violência contra as mulheres não é a causa do maior número de mortes no município”. Esta fala surgiu em decorrência da justificativa dada pelo Secretário para as mudanças no Projeto Mulheres da Paz, que precisariam “lidar diretamente com os indicadores de violência que levam a mortes”. Essa afirmação remeteu à colocação da diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka (2015), em que ela ressalta a violência contra a mulher como “a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo”, reiterando que é preciso enfrentar esse crime com urgência.

Depois dessa reunião, dispusemos de semanas para trabalhar e conversar sobre essas mudanças com o grupo de mulheres e com a própria equipe. Ao final deste conjunto de ações (por meio de encontros) os relatos das mulheres da paz ressaltaram a necessidade de união, organização e solidariedade, como condições para a continuidade do trabalho.

Destaco que o trabalho realizado com e pelas mulheres da paz estaria previsto nas Casas da Cidadania. Entretanto, a partir destas reformulações, passaria a existir o cargo de agentes de ação social, que seriam mulheres da paz contratadas (possuindo carteira assinada) para exercer sua função de trabalho comunitário remunerado voltado para o enfrentamento às violências, mobilização comunitária e educação para os direitos. Como o Projeto do Núcleo de Justiça Comunitária encerrou as atividades e também integraria às Casas da Cidadania, as lideranças (homens e mulheres) que estavam vinculadas a ele também participariam da seleção para as vagas de agentes de ação social. Estariam previstas 15 vagas para o bairro Guajuviras, com uma carga horária de 12 horas semanais. Os pré-requisitos não abarcariam limite de idade, nem grau de escolaridade e somente pessoas que concluíram as capacitações do Ministério da Justiça por meio do Projeto Mulheres da Paz e Núcleo de Justiça Comunitária poderiam participar da seleção.

¹¹A equipe do Projeto Mulheres da Paz do outro quadrante (Mathias Velho) havia se desligado de modo abrupto. Isso fez com que as participantes do quadrante nordeste nos interrogassem sobre nossa continuidade no trabalho.

As mulheres da paz que não fossem selecionadas, considerando que o número de vagas é bem inferior ao número de participantes, poderiam seguir voluntariamente com suas atividades semanais na sede da Casa da Cidadania, que é a mesma sede do Projeto Mulheres da Paz. Contudo, não receberia mais a bolsa de R\$100,00 prevista para o custeio das passagens.

Por fim, os contornos tomados nesta nova guinada nos projetos sociais da SMSPC de Canoas preveem ainda mais mudanças. Em março de 2016 ocorreu a troca do Secretário Municipal de Segurança Pública, novamente o cenário se reconfigura, com a posição da nova gestão que carrega em seu histórico a criação destes mesmos projetos sociais nos Territórios de Paz em 2009 e 2010.

As expectativas são muitas face às reformulações que começam a ser efetivadas e questionadas. Mas este será outro (novo ou não) capítulo sobre as políticas públicas de segurança em Canoas, que não cabem no momento neste estudo, ainda que incessantemente movimentem os caminhos das nossas práticas de trabalho/pesquisa. O jargão “o que acaba é o prazo de entrega” nos serve, já que a tentativa de nos localizar num tempo/espaço das políticas públicas sociais de gênero, tem sido desafiadora, por tamanha imprevisibilidade e tensionamentos vividos velozmente nos últimos meses na esfera municipal, estadual e federal.

2.5 ENTREVISTAS

Com o intuito de dar ênfase às interseccionalidades de gênero, classe, raça e geração/idade a escolha pelas participantes da pesquisa, abarcaram tais diferenças. Foram realizadas entrevistas individuais com as participantes vinculadas ao Projeto Mulheres da Paz Quadrante Nordeste de Canoas/RS. As entrevistadas tinham idades variadas, com renda própria ou familiar também abarcando a diversidade das mulheres que compõem o projeto, assim com mulheres que se autodeclararam brancas, pretas e pardas.

As entrevistas narrativas individuais tiveram um roteiro temático com base nos objetivos desta pesquisa. Foram entrevistadas individualmente 10 mulheres da paz. As entrevistas individuais foram previamente agendadas, gravadas e transcritas, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por cada participante do estudo.

A etapa das entrevistas se deu em meio às mudanças de Projeto Mulheres da Paz para Casa da Cidadania, porém, durante os relatos das histórias de vida e na relação delas com o Projeto Mulheres da Paz essa questão não apareceu de forma direta, nem tampouco como

conteúdo central das falas. Mas após as entrevistas, quando o pause no gravador era dado, algumas dúvidas sobre as mudanças apareciam. Talvez porque aquele era um espaço individual com a coordenação do Projeto Mulheres da Paz, e pelo entendimento de que aquele assunto não cabia aos relatos das histórias de vida, que se voltavam na maior parte do tempo ao passado.

Algumas entrevistadas não quiseram que eu fosse até a casa delas para realizar as entrevistas, preferindo ir até a sede do Projeto Mulheres da Paz. Uma delas estava passando por uma situação de risco, envolvendo ameaças de morte à sua filha, por esse motivo não pude ir até a sua residência, outras três quando eu sugeri ir até suas casas, elas disseram “acharem melhor” ir até o projeto social, pois aproveitariam um dia que tivessem alguma atividade da sede, para ficarem depois da atividade ou chegarem antes, pois o tempo estava “corrido”. Por fim, pude ir às casas de seis mulheres para realizar as entrevistas.

Todas as entrevistadas acolheram minha proposta e nenhuma delas se recusou a participar da entrevista. O processo de ir a campo, mesmo que o campo da pesquisa estivesse entrelaçado com o cotidiano do trabalho, foi um momento que me possibilitou outros modos de reflexão e análise. Habitar este espaço individual com algumas participantes do Projeto Mulheres da Paz, em outro lugar de escuta, com o foco nas questões da pesquisa, abriu possibilidades de acesso a informações desconhecidas para mim. As entrevistadas falaram abertamente sobre muitas situações íntimas, que me surpreenderam em alguns momentos. Talvez o fato de termos vínculos de proximidade, facilitou o acesso a estas informações.

Diante de alguns relatos que correspondiam às transformações nas vidas das mulheres da paz após começarem a participarem do projeto, minha atenção foi convocada pela potência das falas. Nessas situações me coloquei a pensar e questionar sobre a minha relação com estas transformações, por entender que enquanto trabalhadora, psicóloga e imersa nas políticas públicas, fiz parte destes processos. Durante as entrevistas, as transcrições, as escritas e análises, a história de vida daquelas mulheres, marcava a minha história de vida e também a vida de outras mulheres, cujo alcance das ações do Projeto Mulheres da Paz segue influenciando pelo ativismo dessas participantes nas suas comunidades.

Ter trabalhado com o relato das trajetórias de vidas de 10 mulheres da paz que apresentarei a seguir, propiciou a este estudo uma gama de elementos que transbordam às delimitações postas aos objetivos desta análise. Foi necessário peneirar informações, pois o tempo do mestrado nos deixa “com o cobertor curto”. Essa peneira interseccional e acadêmica, conta só parte da história, veste outros nomes reais em mulheres também reais

(usei nomes fictícios) e me deixou com a incumbência de apresentar brevemente cada uma das participantes que deram a essa dissertação muitas vidas.

Elas são: Ana, Camila, Eva, Francisca, Glória, Joice, Lurdes, Marisa, Rosa e Tereza. Mulheres da paz que me autorizaram usar suas vozes, memórias e olhares, para dar sentido a esta análise das interseccionalidades dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração.

Ana, 44 anos, branca, renda mensal individual de 1 salário mínimo e renda familiar de R\$4.500,00, ensino fundamental incompleto, recebe benefício da previdência social, casada, católica e possui 2 filhos (adolescentes) e 1 filha (adulta).

Ana nasceu em Canoas, relata que viveu uma infância com a presença da mãe, do pai e dos irmãos, com base em uma criação marcada por regras machistas, onde permitia que os irmãos homens pudessem estudar mais anos do que as filhas mulheres, que de acordo com sua mãe, não precisariam se preocupar com isso, pois “limpariam bunda de criança”. Na adolescência, com 16 anos, Ana teve a primeira filha e casou com o atual marido. Ela relata que este foi um momento difícil, pois a família não aceitou que ela tivesse engravidado antes do casamento. Ana conta que pensou em abortar, mas que por falta de informações e medo de ser presa não o fez.

Ana, se autodeclara branca, mas conta que quando criança sofreu discriminação em virtude de ser “bem morena”, onde era privada de algumas brincadeiras na escola, e que costumava ouvir: “tu é preta, tu não brinca”. Outra situação relatada por ela data de quando era jovem e trabalhava em uma casa de família como doméstica em que foi acusada de furto: “foi essa negra que tu botou dentro de casa que roubou”. Ana conta que foi a pior cena da sua vida.

Ana começou a trabalhar em casas de famílias aos 13 anos e, por muito tempo, foi trabalhadora em serviços gerais. Atualmente ela recebe um benefício de auxílio doença em função de um problema no joelho e por isso há alguns anos não trabalha formalmente. Ela mora com o marido que é metalúrgico e com os dois filhos mais novos que fazem estágio, sua filha é casada e mora com o companheiro.

No momento em que Ana ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz, ela relata que estava cansada das discussões com a família (marido e filhos) envolvendo opiniões machistas sobre os comportamentos das mulheres: “aquilo ali ia me irritando e a gente acabava brigando, eu ficava indignada, só que eu não tinha argumentos, daí eu disse que iria aprender para poder me munir”.

Com a entrada no Projeto Mulheres da Paz, Ana fez destaque às mudanças que passou a viver na sua relação com o marido. Ela disse que: “muitas vezes eu mantinha a relação chorando, chorando de raiva porque o corpo é meu, mas eu não podia dizer *eu não quero*”. Com a participação no Projeto Mulheres da Paz Ana relata que “agora ele me respeita, têm dias que eu não tô afim e eu digo não”. Ela ressaltou que: “era essa força que eu encontrei nas mulheres da paz que eu estava precisando”.

Ser uma mulher da paz para Ana envolve doação de si, empatia, união, amizade e companheirismo: “tu tens que te doar, se pôr no lugar do outro, não julgar, ser parceira das colegas”.

Ana falou que se ela estivesse trabalhando não poderia participar do Projeto Mulheres da Paz, por não se tratar de um trabalho remunerado. Ela também ressaltou perceber um maior envolvimento das mulheres negras em projetos sociais “porque elas passaram isso na pele e elas vão lá dar o seu depoimento, vão participar”. Quanto à questão da idade, Ana afirmou que “chega a ser um agravante, porque as mais velhas têm dificuldade na compreensão, e quando passam alguma informação não é bem aquilo ali porque não entenderam bem”.

Camila, 18 anos, branca, renda mensal individual de R\$300,00 (mesada) e renda familiar de R\$6.000,00, ensino superior incompleto, estuda design em um centro universitário privado, solteira, wicca (religião neopagã que afirma a existência de poderes sobrenaturais/magia) e sem filho/a(s).

Camila foi a entrevistada mais jovem, nascida em Canoas, criada pela mãe (que também é uma mulher da paz) e pelo pai, tem uma irmã. Camila conta que teve uma infância “normal” e que desde cedo começou a se interessar por questões sociais, ela comentou sobre um episódio de quando tinha 5 anos, onde lembra da vizinha sofrer violências do marido que fazia uso abusivo de álcool e que nestas situações as filhas do casal iam para a casa dela.

Ela contou também que estudava em escola pública e que desde criança conviveu com a divisão entre os grupinhos de crianças de classe média (assim como ela) e crianças de classes populares, e que isso a incomodava. Camila disse que a exclusão se dava pela marca do lápis de cor, pela criança ser negra, e que ela automaticamente já estava no grupo da classe média e branca, sem que pudesse escolher. Ao relatar esta lembrança, Camila se emocionou e chorou muito. Ela também falou que não lembra de ter sofrido algum tipo de discriminação: “eu acho que minha cor e minha classe me favorecem bastante”.

Camila ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz pelas vizinhas que fizeram o convite inicialmente à sua mãe. Mas ela contou que sua atenção foi despertada a participar

porque na escola diariamente ouvia colegas relatarem sofrer violências de gênero: “eu via gurias da minha idade dizendo que estavam apanhando do namorado e depois daquele tempo eu fui percebendo que a violência sempre esteve presente”.

Depois de participar do Projeto Mulheres da Paz Camila comentou que “cresceu mentalmente” e que hoje sabe falar sobre assuntos que desconhecia antes. Ela disse que pessoas a procuram para falar de seus problemas e pedir ajuda, e que hoje ela consegue dar a informação certa. Para Camila ser uma mulher da paz é repassar o que aprendeu, dando o máximo de si para auxiliar os outros e a si mesma. De que não é só uma questão de ensinar, mas de aprender também. “É poder ajudar as mulheres a conhecerem os seus direitos e não viver uma vida com violência, é falar para ela que ela pode ser o que ela quiser”.

Para Camila a diferença de idade no Projeto Mulheres da Paz muda o olhar da pessoa: “uma guria de 17 anos vai ter outro olhar do que as que já têm 40 e poucos”. Ela relatou uma situação em que foi procurada por uma adolescente que lhe disse “se tu fosses um pouco mais velha eu não teria confiado em ti”, porque segundo esta jovem a repreensão vem das pessoas mais velhas. Camila fez destaque a sua atuação como mulher da paz na internet e nas redes sociais, onde participa de grupos de discussão e se aproxima de muitas pessoas.

Eva, 73 anos, branca, renda mensal individual de 1 salário mínimo e renda familiar de R\$2.200,00, ensino fundamental incompleto, aposentada, viúva, evangélica, possui 2 filhos, 1 filha (todos adultos com mais de 40 anos) e netos(as).

Eva nasceu em Erechim/RS, teve uma infância marcada por dificuldades financeiras, pelo trabalho no campo, ajudando a mãe, o pai e os sete irmãos nos afazeres domésticos. Aos 12 anos começou a trabalhar em casa de família e com 18 anos se casou e teve os dois filhos e a filha. Eva relatou que naquele período “não tinha o que comer, eu comia pão de milho, parece aquelas polentas que fazem pra cachorro, amassava com água quente”. Ela conta que a situação só melhorou depois que saiu da colônia. Eva trabalhou durante 26 anos como auxiliar de enfermagem e se aposentou. Recentemente perdeu o marido e atualmente a filha e dois netos moram com ela.

Sobre a pior fase de sua vida, Eva relatou: “minha maior ofensa era quando me chamavam de baleia, gorda. Eu ficava chateada, acho que foi a pior parte que eu já passei na minha vida, eu sei o que eu já passei, se tivesse que falar, deus ô livre, não é bom a gente relatar tudo, a gente fica até magoada”.

No momento em que Eva ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz por uma vizinha, diz ter se interessado porque estava precisando de dinheiro, e a bolsa de R\$190,00 ajudaria no

pagamento de algumas contas. Ela também conta que: “estava péssima, eu não tinha conhecimento de nada, eu só sabia ler, lavar, passar roupa e mais nada”. Ao iniciar a capacitação, Eva disse ter se distraído, saído de casa, passado a conviver com outras mulheres e que sentiu ficar “mais esperta”. Ela relatou que antes “era mais durona, ali eu aprendi a dividir e escutar”.

Eva afirmou que estava um pouco esquecida e associa os esquecimentos à sua idade. Ao se referir às pessoas idosas diz que: “as pessoas idosas costumam a entender, elas querem falar mais do que pensam, o idoso não escuta muito, quer falar, falar e falar. Mas pra falar a pessoa tem que pensar, porque às vezes a gente fala e a coisa fica no ar”. Eva falou da sua preocupação com os seus episódios de esquecimentos, pois de acordo com o seu relato: “eu vou ter que melhorar, tenho que ficar lúcida, sendo mulher, tenho muita coisa pra enxergar, mulher tem que pensar e tem que agir e tem que fazer”.

Ser uma mulher da paz para Eva é ter calma e paciência para ajudar as outras pessoas. Ela contou que aprendeu com a sua mãe a querer fazer o bem. Que essa preocupação veio de berço e que ela tenta multiplicar.

Francisca, 60 anos, negra, sem renda mensal individual e renda familiar de 1 salário mínimo, ensino fundamental incompleto, do lar, em união estável, adventista, 2 filhas, 3 filhos (todos adultos com mais de 30 anos) e netos(as).

Francisca nasceu e viveu a infância e a juventude no interior do estado em Sant’Ana do Livramento/RS, junto com outros nove irmãos e irmãs. Seu pai era usuário de álcool, bebia muito e era agressivo com a sua mãe. Ela vivenciou muitas brigas entre os dois, ainda que sua mãe tentasse esconder as situações dos filhos e filhas. Francisca engravidou aos 18 anos de sua primeira filha, e neste momento viveu um período difícil, pois Francisca não havia se casado, diferente de sua irmã que tinha feito “tudo que a tradição mandava”. Francisca tentou aborto tomando chás em todas as suas gestações, mas conta que seu útero é muito forte e “não dava nem dor de barriga”, de acordo com ela, nessas situações ficava desesperada porque se preocupava com os estudos que daria aos filhos e filhas.

Francisca casou em seguida com seu primeiro marido, uma relação que segundo ela “não foi feliz nem infeliz”. Com ele teve 1 filha e 3 filhos. Francisca disse que o companheiro sempre foi muito racista e que não a chamava pelo nome, mas de “negra”. Ela se separou, mas segue convivendo com o mesmo em função dos três filhos morarem no mesmo pátio que ele. Há 10 anos Francisca vive uma união estável com o atual parceiro. Seus filhos a ajudam no pagamento das despesas, pois Francisca não está trabalhando.

Ao comentar sobre o preconceito vivido, Francisca fez destaque à escola e ao bairro Igara onde morou até os últimos meses. Ela contou que em relação à raça/cor “existe sempre uma diferença, a nossa cor infelizmente né, infelizmente tu pode ser a maior advogada do mundo, mas a cor... Tu nasceu escrava, tu nasceu num mundo escravo, tu vê no olhar das pessoas, cada dia tu te lembra da tua cor sabe, talvez seja por isso que eu sempre namorei branco”.

Quando ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz por uma vizinha Francisca relatou que estava com “aquela depressãozinha” e que neste momento sentia necessidade de sair de casa. Ela conta que sempre foi muito curiosa e que se incomodava com a ideia de que mulher “foi criada para cozinhar, para arrumar o filho, para cuidar da roupa do marido”. Depois que entrou no Projeto Mulheres da Paz Francisca disse que se sentiu “outra mulher”, pois agora consegue “bater de frente” inclusive em situações com o atual companheiro e na educação de seus netos: “eu digo pros meus netos que homem chora sim”.

Francisca contou que a bolsa de R\$190,00 a ajudou comprar coisas para ela e que essa é uma questão que influenciou sua participação no Projeto Mulheres da Paz. O fato de ter 60 anos também facilitou a isenção da passagem no transporte público para que ela pudesse participar das atividades. Quanto à questão da idade, Francisca salientou que gostaria que as jovens mulheres desde cedo pudessem conhecer seus direitos e não apanhar. Ela fez referência a um caso em Sant`Ana do Livramento, onde três mulheres foram degoladas por traírem os maridos.

Glória, 52 anos, branca, renda mensal individual de R\$2.500,00 e renda familiar de R\$6.000,00, ensino médio completo, autônoma, separada (mas mora na mesma casa que o ex-marido), evangélica, tem 1 filho de 20 anos.

Durante a infância e adolescência Glória, nascida em Cachoeira do Sul/RS, com 10 irmãos e irmãs, viveu situações de violência envolvendo o pai que maltratava as filhas mulheres e agredia fisicamente a sua mãe. Em função dessas situações Glória saiu de casa aos 22 anos, período este que passou necessidade, levando-a ao trabalho de doméstica em uma casa de família. Em seguida, conheceu seu marido, com o qual foi casada por 23 anos e que agora, mesmo morando junto com ele, se diz separada do mesmo. Ele é o pai de seu único filho.

Glória contou que ser mãe sempre foi um sonho, mas que teve dificuldade para conseguir engravidar e que depois que seu filho nasceu começou a trabalhar de autônoma para passar mais tempo em casa. Ainda hoje ela trabalha com costuras e vendas. Ela disse que o

ex-marido nunca foi muito presente afetivamente do filho e que a separação se deu pelo motivo de que ele era muito “mulherengo”.

Ao falarmos sobre discriminação, Glória comentou que sofreu muito por ter sido estrábica. Na escola, na família e entre amigos ela relata que riam e debochavam dela e que isso também fez com que ela “perdesse o grande amor de sua vida”.

No momento em que Glória ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz por uma vizinha, ela tinha acabado de perder uma prima muito próxima e relatou que estava se sentindo muito triste. Ela também falou que diariamente se incomodava com as notícias envolvendo violências contras as mulheres e que isso a motivou a participar do programa. Ela lembrou que sua mãe era uma mulher muito forte e que ela se espelhou nas atitudes dela.

Para Glória, ser uma mulher da paz é “ser capaz de orientar e ajudar aquela pessoa a transformar sua vida, ajudar as pessoas que não estão conseguindo levantar sozinhas e que estão passando por dificuldades, é ser capaz de conseguir fazer aquela mulher andar para frente”. Glória contou que depois de sua entrada no Projeto Mulheres da Paz aprendeu muita coisa, ela disse se sentir “uma pessoa mais humanizada hoje”, que observa mais a sua comunidade, passando a perceber os problemas das outras mulheres como parte dos seus problemas também.

Glória relatou que muitas vezes ajudou as colegas do Projeto Mulheres da Paz com passagens e entende que a situação econômica das mulheres influencia na participação delas nos encontros. Ela disse que “não vê diferença quanto à questão raça/cor” das mulheres da paz e que também acha que a diferença de idade não interfere na relação delas com o programa.

Joice, 33 anos, negra, renda mensal individual de R\$1.300,00 e renda familiar de R\$2.700,00, ensino superior incompleto (estava cursando serviço social em uma universidade privada, mas trancou em função do alto custo da mensalidade), educadora social, em união estável, evangélica e possui 1 filho (19 anos) e 1 filha (13 anos).

Joice nasceu em Canoas e teve uma história de vida marcada por situações de violência. Seu pai era agressivo com sua mãe bem como fazia uso abusivo de álcool. Com 14 anos Joice perdeu sua mãe, ficou responsável pelos três irmãos e foi morar com a avó. Neste período ela conheceu seu primeiro companheiro, e em seguida foi morar com ele e engravidou, aos 15 anos, do primeiro filho.

Joice contou que este companheiro era muito ciumento e não permitia que ela estudasse nem trabalhasse. Depois de um tempo tentou romper com a relação, mas ele a

ameaçava, seguindo-a em todos os lugares. Joice decidida em continuar separada, teve sua casa invadida pelo ex-companheiro que a manteve por 69 horas em cárcere privado. Durante este episódio foi agredida fisicamente, psicologicamente e sexualmente diversas vezes na frente do filho e da filha. Ele foi preso em flagrante em 2010 e segue cumprindo a pena.

Por esta situação repercutir na mídia, Joice relatou que se sentia discriminada por ser identificada como “a moça do cárcere”. Neste período ela procurou o Projeto Mulheres da Paz que a encaminhou ao Centro de Referência da Mulher para seguir acompanhamento psicossocial. Durante este acompanhamento, Joice contou que tinha vontade de participar de capacitações que discutissem o assunto para que ela pudesse ajudar outras mulheres a não passar pelo o que ela passou. Foi então que Joice recebeu um panfleto na escola da filha informando que as inscrições para o Projeto Mulheres da Paz estavam abertas.

Joice ressaltou que com a entrada no Projeto Mulheres da Paz foi sendo fortalecida, foi conseguindo falar do que tinha vivido. Ela disse que: **“depois que eu entrei no projeto foi uma revolução na minha vida, eu virei feminista, porque eu me sentia culpada por algo, eu levava o peso da culpa, da vergonha e eu só consegui avaliar isso aqui na casa”**.

Para Joice ser uma mulher da paz é ser “uma agente social”, que tem como missão repassar o conhecimento adquirido na capacitação a outras mulheres. É multiplicar o aprendizado. Seu sonho é montar uma associação de mulheres para enfrentar às violências de gênero.

Ela comentou que no momento em que iniciou a capacitação não tinha renda, e que isso influenciou para que ela participasse das formações, pois era um meio de estudar sem que precisasse pagar. Joice também afirmou que as mulheres negras e pobres sofrem mais com a violência. Ela disse que as mulheres mais velhas “têm algumas ideias mais enraizadas, principalmente se tratando do machismo”, mas que isso agrega ao debate e serve como troca de experiências.

Lurdes, 64 anos, negra, sem renda mensal individual, e renda familiar de R\$2.400,00, ensino superior incompleto (estava estudando Direito em uma universidade privada, mas trancou em função de não conseguir pagar a mensalidade), do lar, em união estável, umbandista, 1 filha, 4 filhos (um deles falecido) e netos(as).

Lurdes nasceu em Araranguá, Santa Catarina, perdeu o pai ainda criança, e com isso a mãe passou a trabalhar em uma casa de família, Lurdes, a irmã e os dois irmãos neste período ficaram em um internato e viam a mãe de 15 em 15 dias. Quando Lurdes tinha 12 anos sua mãe conseguiu comprar uma casa e morar novamente com os filhos e filhas. Com 18 anos

Lurdes saiu de casa para casar e segundo ela: “aí eu já entrei numa errada porque não era assim, mas mesmo assim me casei, fiz tudo bonitinho e direitinho”. Lurdes teve cinco filhos e em seguida se separou do primeiro companheiro porque, segundo ela, “os gênios não batiam”.

Com a separação, Lurdes passou muitas dificuldades financeiras, por alguns períodos precisou morar de favor em casas de conhecidos, até conhecer seu atual companheiro. Sua maior dor foi a morte de um dos seus filhos, que foi assassinado há cinco anos (por ter envolvimento com uma quadrilha que roubava bancos). Lurdes relata vários momentos em que teve que se envolver com a situação do filho, mesmo antes de sua morte, pois ele passou um tempo preso e ela que se responsabilizava pelo neto (filho dele de seis anos na época) bem como o acompanhamento jurídico da situação do filho. Neste período parou de trabalhar como cabeleireira afro para se dedicar a estas questões.

Ao falar sobre discriminação, Lurdes afirmou que sofre todos os dias por ser “mulher, negra e velha” e que sente o preconceito fortemente no meio político. Ela relatou histórias nas quais ao invés de executar atividades do seu estágio de ensino superior, lhe foram propostas atividades para limpeza e cozinha. Sobre a questão racial, Lurdes disse: “parece assim, que subestimam a gente, parece que nós não temos capacidade de ser o chefe, gestor da nossa própria etnia, dos nossos próprios valores, eu não consigo aceitar isso aí”.

Lurdes, no momento em que ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz pelo Prefeito estava procurando oportunidades de qualificação profissional. Naquele período ela tinha trancado a faculdade de Direito, mas gostaria de seguir estudando assuntos que contribuíssem para a sua formação. Lurdes ressaltou que sempre esteve envolvida em trabalhos comunitários e que essa motivação veio de sua mãe e de sua história de vida. Ela disse: “eu quero trabalhar pro meu povo, porque eu já vim de uma vida sofrida, minha mãe era assim, ela se preocupava com todo mundo”.

Para Lurdes ser uma mulher da paz é “valorizar a pessoa, a mulher, a mãe de família, para que ela possa ter um entendimento e que possa transmitir esse entendimento para outras”. Ela comentou que o Projeto Mulheres da Paz levantou sua autoestima, que ela passou a ter mais conhecimento e segurança para ajudar outras pessoas.

Lurdes citou uma situação onde uma de suas colegas, uma mulher da paz, não seguiu no projeto por não ter condições financeiras para continuar indo aos encontros. Ela pensa que se tivesse algo que aquela colega pudesse ganhar para participar, ela talvez não tivesse saído.

Marisa, 46 anos, negra, renda mensal individual de 1 salário mínimo e renda familiar de R\$2.000,00, ensino médio incompleto, recebe benefício da previdência social, solteira, católica/umbandista e 1 filho (21 anos).

Marisa nasceu em Canoas, tem um irmão, foi criada pelo pai e pela mãe. Relata ter vivido uma infância muito boa. Ela comenta que seu pai bebia, mas era um bom pai, e que com a morte dele as dificuldades econômicas apareceram. Naquele período sua mãe precisou trabalhar fora, nesta época Marisa tinha 11 anos.

Um destaque que Marisa trouxe na sua história de vida foi o momento em que perdeu a virgindade aos 26 anos e engravidou, com isso, segundo ela, viveu um dos piores momentos de sua vida. Sua família queria que ela casasse, mas ela não aceitou. Criou seu filho com a ajuda da mãe, e às vezes o pai de seu filho ajudava, mas eles nunca namoraram. Atualmente seu filho com 21 anos mora com ela e a avó materna, e trabalha com o pai. Marisa recebe um benefício de auxílio doença, mas trabalhou durante anos com serviços gerais e cozinha.

Ela relatou duas situações que sofreu discriminação racial, em que foi seguida por seguranças e que questionou: “Por que você acha que eu vou roubar? Por causa da minha cor?”. E que nunca mais frequentou estes espaços (duas lojas). Ela comentou que existem poucas mulheres negras do Projeto Mulheres da Paz, mas que nunca se sentiu discriminada neste espaço, a menos que tenha sido algo muito velado.

Quando Marisa ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz ela estava com muitos problemas de saúde, entre eles depressão. Ela se interessou pela proposta do projeto porque buscava melhorias para sua saúde e novos conhecimentos. Marisa conta também que queria ajudar sua vizinha, que na época estava vivendo uma situação de violência, bem como destacou o fato de que era uma atividade perto de sua casa o que facilitaria o deslocamento.

Depois que Marisa começou a participar do Projeto Mulheres da Paz afirmou que sua vida “melhorou 100%”. Ela contou que antes não se aceitava por ser “gordinha”, mas que agora sua autoestima melhorou, que passou a gostar mais do seu nome, passou a sair mais, namorar mais: “foi o que me trouxe a vida de novo”.

Ao falar sobre a situação econômica, Marisa disse que a bolsa de R\$190,00 chamou sua atenção quando entrou no programa e que se ela pudesse ela ajudaria financeiramente outras mulheres que ela sabe que passam por dificuldade neste ponto. Ela também comentou que se não recebesse o benefício de auxílio doença da previdência social não estaria do Projeto Mulheres da Paz, pois não conseguiria conciliar o horário do trabalho com as atividades comunitárias, nem se ela fosse mais jovem, pois possivelmente com todas as

oportunidades que existem hoje para as juventudes, talvez este projeto não chamaria sua atenção.

Rosa, 54 anos, branca, renda mensal individual e familiar de R\$219,00, ensino fundamental incompleto, do lar, separada, evangélica, possui 3 filhos, 2 filhas (quatro deles com mais de 25 anos e uma adolescente) e netos(as).

Rosa nasceu em Canoas, foi criada pelo pai e pela mãe, junto com seus 10 irmãos e irmãs, seu pai fazia uso abusivo de álcool e era agressivo com sua mãe. Rosa disse que desde cedo viveu em um ambiente violento. Quando sua mãe se separou enfrentou dificuldades, pois era somente o seu pai que trabalhava e a família era grande. A mãe por vezes trabalhava escondida porque naquela época segundo Rosa, “mulher que trabalhava não era direita”. Com 17 anos Rosa se casou, e com 18 anos teve o primeiro filho, mas veio a separar-se, pois o ex-companheiro também era agressivo, bebia e não gostava que ela trabalhasse.

Rosa relatou que sempre teve uma relação próxima com vizinhos e vizinhas. Que durante sua vida sempre compartilhou alimentos, roupas, televisão e demais produtos com a vizinhança. Hoje Rosa participa da horta comunitária e eventualmente faz algumas faxinas.

Rosa atualmente tem um dos filhos preso (de 34 anos que foi condenado por assalto) e lembrou que sofreu discriminação por causa disto. O Projeto Mulheres da Paz surgiu em sua vida no mesmo momento em que vivenciava essa situação com o filho. Ela contou que estava precisando de ajuda em relação a esta situação, e que o programa também lhe chamou atenção em virtude de já ter vivido situações de violências no passado. Para Rosa ser uma mulher da paz é “não ficar em silêncio contra a violência”, é reivindicar seus direitos “é ser uma multiplicadora do conhecimento”.

Ela comentou que na igreja sempre ouvia que Jesus havia dito: “deixo minha paz, minha paz vos dou” e que sendo evangélica deveria seguir os ensinamentos da religião. Com isso pensou que seria necessário compartilhar a paz que Jesus deu a ela com outras pessoas, e que por meio do Projeto Mulheres da Paz ela poderia fazer isto.

Depois que entrou no programa, Rosa contou que foi aprendendo e “melhorando a sua autoestima” e que foi conhecendo caminhos para buscar benefícios para a sua comunidade. Ela também relatou que pôde ajudar seus filho/a(s) a não reproduzir a violência.

Rosa disse que não presta atenção se as pessoas são racistas ou não e que também nunca se importou com a diferença de idade entre as participantes do Projeto Mulheres da Paz. Mas que o programa pode contribuir para a mulher idosa se sentir útil e poder ter uma convivência com outras pessoas para não se sentir muito sozinha.

Tereza, 68 anos, branca, renda pessoal individual R\$2.500,00 e renda familiar de R\$20.000,00, ensino médio completo, aposentada, casada, católica e possui 1 filha, 1 filho (todos com mais de 40 anos) e netos(as).

Tereza, filha única, nasceu em Porto Alegre e com 5 anos foi morar em Canoas. Foi criada pelo pai e pela mãe. Seu pai era Árabe e fazia uso abusivo de álcool. Tereza conta que quando ele bebia era violento e que aquela situação fez com que sua mãe se separasse. Tereza saiu da escola aos 15 anos, pois conta que ficava muito nervosa e preocupada com a mãe que ficava em casa envolvida nas brigas com o pai e preferiu parar de estudar para começar a trabalhar junto com a mãe no comércio de roupas e tecidos. Neste ramo (negócio familiar) Tereza trabalhou por 40 anos e se aposentou

Aos 19 anos Tereza se casou com seu atual marido que também é Árabe. Ela relatou que não estranhou muito a diferença cultural, pois já estava acostumada com as regras rígidas aprendidas em casa. Essas regras sempre enfatizaram o valor da família e a preservação da mesma. Tereza teve um filho e uma filha. Ela contou que hoje mora em uma casa com 26 cômodos com o marido, a filha, o genro e quatro netos/as. Atualmente ela trabalha em casa com criação e venda de cachorros.

Ela disse que sofreu discriminação pelo fato de ter um pai que bebia e também por ser casada e filha de árabe.

Tereza ficou sabendo do Projeto Mulheres da Paz pelo genro que trabalha na Prefeitura. Naquele momento ela tinha vendido a padaria onde trabalhava e ficava muito tempo em casa. Ela convidou a vizinha e começou a participar da capacitação. De acordo com Tereza “cada qual reclamava mais do seu marido mandão e metido, aí nós viemos”.

Para Tereza ser uma mulher da paz é ajudar alguém, orientar, encaminhar aos serviços certos. Segundo ela depois que entrou no programa sua vida não mudou muito, pois ela já era uma mulher determinada. Mas que gostou de fazer novas amizades. Ela percebe que a vizinha que iniciou com ela “a mente se abriu mais um pouco”.

Tereza relatou que a maioria das mulheres da paz passava por dificuldades financeiras, ela traz como exemplo colegas que iam até a sede do projeto a pé por não terem dinheiro para a passagem do ônibus. Quanto à questão racial, Tereza disse que para ela não tem diferença: “eu sempre me dei com pessoas de cor”, mas afirmou que sua família “não se mistura” porque ela não tem nenhum parente “de cor”, ela constatou: “no fundo são racistas né, não adianta dizer que não são”. Ela contou que por vezes se achava muito velha para ser uma mulher da paz e que devia ter entrado no programa antes, pois assim “teria dado um jeito na sua vida”,

tem momentos de acordo com ela que se sente muito cansada por ter vários afazeres em casa “já que todos trabalham” e ela não.

Quadro 1: Informações das participantes

Nome	Idade	Raça	Renda Ind.	Renda Fam.	Escolaridade	Ocupação	Filhos/as	Estado civil
Ana	44	Branca	1S	5S	EFI	Ben. INSS	3	Casada
Camila	18	Branca	½ S	7S	ESI	Estudante	0	Solteira
Eva	73	Branca	1S	+2S	EFI	Aposentada	3	Viúva
Francisca	60	Negra	0	1S	EFI	Do lar	5	União Est.
Glória	52	Branca	3S	6S	EMC	Autônoma	1	Separada
Joice	33	Negra	+1S	3S	ESI	Educadora	2	União Est.
Lurdes	64	Negra	0	+2S	ESI	Do lar	5	União Est.
Marisa	46	Negra	1 S	+2S	EMI	Ben. INSS	1	Solteira
Rosa	54	Branca	R\$219,00	0	EFI	Do lar	5	Separada
Tereza	68	Branca	3S	+20S	EMC	Aposentada	2	Casada

3. O PROJETO MULHERES DA PAZ E A RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

Para incidir na discussão sobre a relação do Projeto Mulheres da Paz com os processos de subjetivação preciso, inicialmente, pautar o conceito de produção de subjetividade. Este marco conceitual, nesta análise, define que a vida é efeito de um campo de possibilidades em que estão em jogo regimes de verdade que potencializam determinados processos de subjetivação. A compreensão do sujeito a partir da produção de subjetividade está ancorada aqui nas proposições de Michel Foucault (1994) sobre as relações de saber-poder que atravessam as relações sociais. O sujeito não é visto como uma unidade psicológica "autônoma", mas como um ser inscrito numa trama histórica que lhe oferece as condições para a construção de si no registro do social.

Segundo Henrique Nardi (2006, p. 21), "a subjetividade é pensada como um conceito operativo, uma categoria analítica que permite a compreensão da dinâmica e da estrutura social a partir da indissociabilidade do individual e do coletivo". A maneira como as regras estabelecidas em cada período histórico nos impelem a nos construirmos como sujeitos de uma determinada maneira diz respeito aos modos de subjetivação, já os processos de subjetivação remetem a forma particular como cada um(a) estabelece (ou pode estabelecer) uma relação específica com estas regras em arranjos singulares que caracterizam as trajetórias de vida (NARDI, 2006). Deste modo, pensar a subjetividade na sua relação com o Projeto Mulheres da Paz, implicou compreender os processos através dos quais a experiência de tornar-se "mulher da paz" estabeleceu modos de agir, pensar e sentir, vinculados a determinados momentos, que estabelecem a ligação entre diferentes elementos, valores, necessidades e perspectivas.

As falas que seguem, carregam em si conteúdos que elucidam um processo de ruptura, de guinada em aspectos da vida, que passam a mudar depois que estas mulheres iniciam a capacitação do Projeto Mulheres da Paz e se reconhecem como parte deste programa. As mudanças pontuadas se referem em grande parte às relações sociais no âmbito familiar e comunitário. Essas transformações implicam também nos modos como elas mesmas se percebem hoje e lidam com algumas questões que anteriormente se mostravam mais difíceis de enfrentar.

Início esta discussão com uma fala de Ana, que traz em sua narrativa uma história marcada por situações de violência sexual cometida pelo marido. Situações que por anos

fizeram parte das “obrigações do casamento”, mas que foi colocada em questão a partir do momento em que ela se inseriu no Projeto Mulheres da Paz.

Antes era tipo assim, **eu tinha que fazer minhas obrigações**, tanto faz se tu tá afim se tu não tá, **tu é mulher, tu casou, tu tem que tá pronta** para aquela hora e eu achava aquilo horrível, **muitas vezes eu fazia, mantinha a relação chorando, chorando mesmo, de raiva de não poder, o corpo é meu e eu não poder dizer “eu não quero”, tinha o argumento, “não, a gente é casado tu tá aqui pra me satisfazer”**, agora não, depois que eu fui para o projeto, eu cheguei com o livro, aqui ó, Lei Maria da Penha, fala que não pode, exatamente assim, eu peguei o livro eu vim, eu fiz discurso, a gente ficou uma semana sabe, nem se olhava direito, mas depois dali então, ele sentou e conversou, e disse: “tu tá certa, todo esse tempo que eu te fiz eu tava errado eu não devia ter feito”, ele chegou a falar que ele deveria ser punido, ele disse que se tivesse um meio assim na lei de punir, ele estaria incluído nessa punição. Tu tá certa, porque antes eu dizia assim “tu tá me estuprando” né, **“não, tu é minha mulher não existe estupro”**, daí eu disse pra ele que existe estupro sim, daí ele disse: realmente tu tava certa todos esses anos o que eu fiz contigo foi um estupro. A gente conversou um monte sobre isso e mudou assim ó, muito, muito, muito mesmo, **agora ele me respeita, aquela coisa, a gente tem uma vida sexual ativa, a gente transa praticamente todas as noites, mas porque eu concordo sabe**, não é aquela coisa eu quero e deu. Não é obrigação, tem dias que eu não tô afim eu digo não, eu não tô afim, eu tô cansada, beleza sabe, coisa que antes deus ô livre se eu dissesse que não, daí era pior ainda né, aí tinha que fazer com má vontade, meio agressivo sabe, agora não, agora é tranquilo. Ana, 44 anos, branca, R.I¹² 1S, R.F 5S.

Heleith Saffioti (1999) faz destaque à questão da privacidade das mulheres, considerando que a sociedade compreende como dever da mulher cumprir o que no Código Civil de 1943 era chamado de débito conjugal, ou seja, ceder a uma relação sexual contra sua vontade, a fim de satisfazer o desejo do companheiro. Foi somente no Código Civil de 2002 que essa imposição legal foi retirada. No Código Penal Brasileiro, a partir da Lei 12.015 de 2009, a caracterização do crime de estupro passou a levar em consideração também a violência entre “marido e esposa”. A autora ainda questiona sobre essa privacidade que permite que milhares de mulheres sejam estupradas pelos maridos frequentemente. Ela discute a necessidade de inserção das mulheres em um espaço-tempo público, onde o espaço-tempo da cidadania não pode ser concebido separadamente, como se a cidadania só pudesse ser exercida na arena política. Devendo, ao contrário, penetrar os demais espaços-tempos para que, de fato, se possa desfrutar de sua condição de cidadã em todas as suas relações sociais, incluindo as do espaço doméstico.

No caso de Ana, nota-se que, apesar dela perceber uma transformação em sua relação conjugal, ela continua com o padrão sexual do marido, entretanto, tem feito outra leitura sobre essa questão atualmente. A possibilidade de dizer “não” passou a existir, colocando em

¹² RI: renda individual; RF: renda familiar

questão a obrigatoriedade de satisfazer sexualmente o marido como condição do casamento, mesmo que ainda seja uma ação reativa expressa no “concordar ou não *com ele*”.

Francisca, Glória e Rosa contam que a relação com o companheiro e/ou com os(as) filhos(as) e netos(as) mudou depois que passaram a frequentar a capacitação proposta pelo programa. Francisca destaca que agora consegue “bater de frente” com o companheiro, bem como dizer aos netos que “homem chora”, o que antes ela não dizia aos filhos. Glória comenta ter criado coragem para se separar do marido e Rosa reconhece que as mudanças implicaram na forma com que ela passou a conduzir a educação dos filhos/as no que se refere ao enfrentamento às violências.

Mudou muita coisa, porque eu bato de frente com as pessoas que vem falar, eu bato de frente com o meu companheiro, e quando eu não posso bater de frente eu saio né. Eu sinto que eu já consigo falar muita coisa, muita coisa que eu não conseguia falar antes: “a senhora faça isso ou não faça isso”. (...) **Porque eu ensinei o meu filho assim ó, tu não chora porque homem não chora, e não é assim, hoje eu sei e digo pros meus netos que não é assim, homem chora sim.** Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Esse negócio de eu me separar, eu não tinha coragem, depois que eu entrei nas mulheres da paz eu criei mais coragem pra fazer isso, eu acho que eu sou capaz, eu aprendi a ser capaz, sou capaz de refazer a minha vida. Eu mereço recomeçar a minha vida. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Mudou assim que eu consegui conduzir meus filhos para que eles não reproduzam a violência, que não é agindo com violência que eu vou melhorar, violência gera violência, quanto mais eu agredir mais eu vou ser agredida, o mal eu tenho que retribuir com bem, pra não virar uma bola de neve. Rosa, 54 anos, branca, R.I/R.F R\$219,00.

Elementos como “conseguir falar” e “aprender que se é capaz” estão relacionados com o “se fazer ouvir” e o “aprendizado sobre si mesma”. Aspectos que correspondem às relações sociais construídas no decorrer de suas vidas, que foram concebendo maneiras de calar Francisca e desencorajar Glória a conseguir sair de uma relação que há tempos já não a satisfazia.

Stela Meneguel (2012, p. 227), ao abordar o termo “rota crítica”, que corresponde a “sequência de decisões tomadas e ações empreendidas por uma mulher para enfrentar a situação de violência”¹³, indica que os ganhos mais valorizados pelas entrevistadas não se referiam a mudanças na situação de violência em si, nem com avanços legais ou conquistas

¹³ O conceito de rota crítica foi desenvolvido para abarcar uma compreensão qualificada sobre todo o percurso que será trilhado pela mulher em situação de violência de gênero nas relações de intimidade para cessar com essas situações. Portanto, é um processo de análise que objetiva “identificar os fatores catalizadores, inibidores, facilitadores e obstaculizadores” para uma rota crítica adequada. (MENEGUEL, 2012, p 228). A autora ancora-se em informações de uma pesquisa sobre os trajetos percorridos por mulheres em situações de violências de dez países das Américas (SAGOT, 2000)

materiais, mas sim com resultados subjetivos. Foram os elementos como o crescimento pessoal e o fortalecimento próprio que se destacaram primordiais em todo o processo. O fato de perder o medo, sentir segurança e tranquilidade, começar/retomar os estudos ou ao trabalho, mudanças nas relações com os filhos, o resgate da sexualidade, e sentirem-se fortes para tomar decisões que antes despertavam temor, foram valiosos.

Os efeitos subjetivos por vezes referem-se à possibilidade de falar e de serem acreditadas e valorizadas assim como Francisca e Glória relatam. Serem tratadas com afeto também é um fator relevante e que juntamente com os demais elementos citados, pode representar por si só um bem-estar que é visto como positivo. (MENEGHEL, 2012).

Nesse ponto, é necessário indicar que as oficinas que contemplaram a capacitação das mulheres da paz se propuseram a refletir sobre a cultura na qual estamos imersas/os e da qual emergimos como sujeitos. Buscamos romper com os estereótipos, por intermédio de pensar o cotidiano e a forma como reproduzimos as hierarquias, as discriminações e os preconceitos. Para que seja possível criar um espaço de trocas e buscar o deslocamento em relação às naturalizações. Os encontros/oficinas tiveram como base uma prática permanente do exercício de questionamento e reformulação daquilo que é tido como “natural” e “normal”, identificando quando esses atributos produzem violências e hierarquias (MORAES; CAMARGO; NARDI, 2015). A partir deste espaço de reflexão e questionamentos, as próprias relações familiares das mulheres da paz apareciam como exemplos. Lembro de uma fala de Glória, na qual contava que seu filho tinha pedido para que ela lavasse a louça, e que a partir das discussões da oficina sobre relações de gênero ela tinha respondido ao filho: “Por acaso está escrito na minha vagina que eu sou obrigada a lavar a louça?”. Desde então ela conta que ele passou a realizar esta tarefa doméstica.

Nos relatos de Glória, Ana e Francisca ficam evidentes que por meio da capacitação do programa, algumas ideias se desnaturalizaram. As associações dos papéis femininos e masculinos, que são reproduzidos por meio da repetição diária dessas ideias, foram tensionadas, resultando em outras formas de relação com o marido, os filhos/as e os netos/as, neste caso.

A relação comunitária foi outro fator que apareceu como contribuição do Projeto Mulheres da Paz na vida de algumas entrevistadas. Elas comentaram que passaram a se perceber mais partícipes de suas comunidades. Práticas e “discursos” menos individualistas foram evidenciados a partir das colocações a seguir.

Depois que eu entrei no projeto eu aprendi muita coisa, eu me sinto uma pessoa mais humanizada hoje, mais humana, porque antigamente eu via assim uma mulher

discutindo com ao marido na rua ou uma mulher se queixava pra mim dos problemas, **eu dizia que não era problema meu**, eu dizia: “não to nem aí”, eu pensava assim, hoje não, hoje eu procuro ajudar aquela pessoa, eu procuro conversar com aquela pessoa, então acho que o mulheres da paz me deixou mais assim, como é que eu vou dizer... Eu não me envolvia, **mas agora pra mim é problema meu também, antes não era problema, era problema dela**, hoje eu observo mais as coisas, eu observo mais a minha comunidade, eu observo mais os problema na rua, eu me envolvo mais, eu procuro dar mais atenção quando uma pessoa fala pra mim, hoje eu me meto mesmo. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Tanta coisa que eu fiquei assim mais esperta Eu era mais, como eu acabei de dizer, mais assim... Durona, não dividia muito, era mais eu, ali eu aprendi saber dividir e escutar. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

A atenção para a criação de laços de solidariedade e alianças de cidadania apareceu como um avanço no que diz respeito à ruptura da dicotômica compreensão de indivíduo/sociedade (BARROS, 2002). O que antes “era problema dela” começou a ser também “problema meu” como coloca Glória. Além disso, o fato de algumas mulheres da paz passarem a ser reconhecidas como “pessoas referência” permitiu às suas comunidades outros caminhos de acesso à informação, a escuta e aos direitos.

Depois que eu entrei no projeto, mudou completamente, as pessoas me procuram pra falar dos seus problemas e perguntar “ai o que tu acha, o que eu faço?” Mudou totalmente meu ponto de vista sabe, **se fosse algum tempo atrás eu não saberia o que falar, com certeza eu daria uma informação errada**, é muito bom porque conforme as pessoas vem até ti te procurando pra relatar sobre o problemas e pedir teu conselho, elas te trazem informações novas que vai acabar auxiliando. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Mudou até os meus conhecimentos em tudo que eu vou passar pra alguma outra mulher, eu falo com segurança, eu sei aquilo que eu to passando, que eu to falando. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Os agentes de saúde, hoje mesmo quando eu tava descendo do ônibus, aí o agente de saúde disse: “Oi Marisa, agora eu sei onde tu mora”. Porque eles faziam um trabalho aqui na rua já né, uma coisa assim muito gratificante, não é tanto pelo ego, mas é **saber que aquelas pessoas sabem da pessoa** (se referindo a ela mesma) e qualquer coisa encaminha “ah vai lá na Marisa assim e assim, onde tem aqueles cachorros, ela pode te ajudar, te orientar”. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

As falas, como nos situa Regina Benevides de Barros (2002), remetem a discussão de uma rede social que permite o contato com a multiplicidade que opera na ordem do coletivo. Recusar o individualismo naturalizado no nosso cotidiano, participando de espaços geradores de “outros encontros” com essa comunidade (seja a vizinhança, os serviços públicos ou ainda as redes sociais virtuais) é contribuir na circulação das invenções microssociais de novas formas de vida que não correspondem às regras “universais obrigatórias” (MANSANO, 2009). Os conteúdos abordados no programa que alçou essas participantes ao lugar de mulheres da paz potencializaram novos encontros. Para Camila agora “as pessoas lhes procuram”, a UBS sabe quem é Marisa, não por ela ser usuária do serviço, mas por ser uma extensão de um trabalho comunitário em rede, onde ela passa a também “poder ajudar e

orientar”. A autora mexicana, não branca, Glória Anzaldúa (2005) salienta que romper com essa visão dicotômica sobre o indivíduo, sobre sujeito-objeto, que ainda opera na nossa sociedade é o início de uma longa luta que poderá (com a melhor das esperanças), tomar como norte o fim das violências.

Nesta luta, o espaço do Projeto Mulheres da Paz foi uma via que garantiu a implicação pela temática do fim das violências contra as mulheres no caso da Joice e da Marisa. Joice diz que “por estar viva, deve essa luta para a sociedade” e que é grata ao projeto por possibilitar esse espaço de trabalho e formação a ela. Já Marisa complementa esse ponto afirmando que não saiu do projeto até hoje porque “muitas mulheres precisam das mulheres da paz”.

Eu queria que nenhuma mulher passasse o que eu passei, esse foi meu objetivo. Após toda violência que eu vi quando eu era criança e vivenciar essa violência também já adulta, então eu acho que eu devo isso pra sociedade, eu devo por estar viva Michele, eu acho que eu coloquei isso na minha cabeça como prioridade de trabalhar nessa causa assim de violência doméstica, e aqui na casa eu tive esse espaço né, esse espaço pra mim foi assim radiante, eu sou muito grata ao projeto. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Tem muitas mulheres que estão precisando de nós ainda né. E bastante! Todo dia tá morrendo uma mulher por aí que a gente nem sabe, agora mesmo a gente conversando pode estar morrendo uma. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Retomando a questão da “rota crítica”, as mulheres que estão em uma situação de violência vivenciarão a acolhida ou não nos serviços pelos quais passarem, e este será um aspecto determinante na potencialização ou deslegitimação desta rota crítica (MENEGUEL, 2012). Neste sentido, as ações realizadas pelas mulheres da paz podem ser uma alternativa de acolhida para essas situações de violências e demais violações de direitos. Além disso, a experiência de ter vivenciado situações como estas, como no caso da Joice, que hoje consegue conversar sobre o assunto e analisar de modo crítico esse fenômeno social, pode contribuir na instrumentalização destes acolhimentos.

Patrícia Hill Collins (1989) afirma que compartilhar experiências, conhecimentos e atenção são elementos importantes para a epistemologia feminista. Ela destaca as feministas negras como exemplo, visando atentar para a necessidade de trabalhar a dimensão da experiência, destacando os “saberes locais” (HARAWAY, 1995) como necessários na desconstrução de hierarquias na produção do conhecimento que sustentam os privilégios de classe, raça, sexo, origem social/geográfica, orientação sexual e identidade de gênero.

No que se refere à relação com a comunidade, sob amparo das colocações de Stela Meneghel e Sandra Vial (2008), as ações realizadas pelas mulheres da paz buscaram desconstruir os mitos e estereótipos de gênero, a fim de modificar os padrões sexistas, geradores das desigualdades de poder e violências entre homens e mulheres, agindo também

no âmbito preventivo. Cabe elucidar que a prevenção não inclui somente ações educativas, mas também culturais que difundam atitudes igualitárias e valores éticos de valorização da paz e respeito às diversidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual, entre outras (BRASIL, 2008).

Neste ponto, ao que corresponde às ações preventivas, cabe evidenciar que o tema central surgido nos relatos, bem como nas atividades desenvolvidas no dia-a-dia do trabalho do Projeto Mulheres da Paz, voltou-se majoritariamente para a esfera das relações de gênero. O olhar unilateral que faz ver o marcador social de gênero de modo isolado é um fator que precisa ser sinalizado neste percurso que se propõe uma análise interseccional.

Não se trata de desconsiderar ou invalidar as relevantes transformações percebidas pelas entrevistadas (enquanto participantes do Projeto Mulheres da Paz), no que se refere às relações de poder que levam às desigualdades de gênero. Mas sim, de questionar o campo das políticas públicas de gênero que não garantem ainda na prática, o cruzamento de categorias como classe, raça e geração, que incidem de forma complexa às inúmeras reivindicações de uma sociedade que é marcada pela tríade das injustiças, violências e discriminações, de acordo com Lourdes Maria Bandeira e Tânia Mara Campos de Almeida (2013)

Essas autoras reforçam que apenas o compromisso com as abordagens interseccionais juntamente com as diversas searas da vida social (saúde, educação, trabalho, etc) poderão instrumentalizar o trabalho junto às políticas públicas. Falar de igualdade de gênero é “romper com um universo restrito do não reconhecimento da alteridade”, podendo assim “caminhar em direção à equidade, à emancipação e ao pertencimento” (BANDEIRA; ALMEIDA, 2013 p. 44).

3.1 “HOJE EU DECIDO, HOJE EU ME *EMPODERO*, HOJE EU TOMO MINHAS DECISÕES”.

Essa fala é de Joice, ao contar sobre sua vida depois que entrou no Projeto Mulheres da Paz e “virou feminista”. Ana, na mesma direção, afirmou que “encontrou a força que estava precisando” ao inserir-se no programa, assim como Marisa que se comparou a uma “fênix que pôde renascer”, reencontrando sua “vida de volta”, trazida, segundo ela, pelo projeto social.

Na minha vida pessoal mudou muito porque eu era uma pessoa que não conversava com os outros, na escola eu sempre ficava de fora das brincadeiras e tal, eu tinha

medo de falar sabe, já agora eu falo, falo, falo, quando eu fui dar a primeira palestra que a Lú (técnica) me convidou eu cheguei lá eu tremia, eu suava, eu gelava, eu tive dor de barriga, porque eu nunca falei, eu nunca apresentei um trabalho no colégio, eu fazia assim, era trabalho de 5,6 pessoas eu fazia sozinha pra não precisar falar, na hora as 5,6 falavam e eu já tinha feito tudo. Só o fato dos primeiros encontros falar teu nome e tua idade, aquilo ali eu quase morria, lá vai eu, tá chegando a minha vez, agora vou ter que falar meu nome, vou ter que falar, daí eu falava baixinho. **Agora eu falo, eu chego, eu digo não, não é assim, tu não tem obrigação de aceitar isso**, as gurias ficam me olhando assim, pra ti ter uma noção quando eu encontrei uma colega do colégio esses dias, ela disse que não era eu, foi abduzida, não pode, não é a mesma, tu não dizia presente na sala de aula. E agora eu falo, falo, falo que nem uma louca assim, eu tenho que me segurar nas palestras, eu anoto tudo, eu quero aprender, eu quero absorver, eu quero passar adiante, nem eu me reconheço mais, **eu acho que era essa força que eu encontrei nas mulheres da paz que eu estava precisando sabe, que até então eu era a coitada, a baixinha, a gordinha, a pretinha, a que não tem estudo**, como é que tu vai falar na frente das pessoas se tu não tem estudo? Tu não sabe conjugar um verbo, não sabe falar no plural né. Como é que tu vai falar? Então não falo e fico quieta no meu canto, daí lá eu vi que não, não precisa ter estudo, eu posso falar sim, até quando eu fui na primeira entrevista eu disse “ó só tenho 6ª série”, eu pensei que agora vão me mandar embora, daí não, não tem problema. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S, R.F 5S.

No texto “Como domar uma língua selvagem”, Glória Anzaldúa (2000) evoca a questão das possibilidades de fala das mulheres. Ana, em seu relato, enfatiza que o lugar do silêncio, “do falar baixinho”, de “não responder *presente* na chamada da escola” fizeram parte de sua história por muitos anos. De acordo com sua narrativa, a entrada no Projeto Mulheres da Paz fez com que ela “superasse a tradição do silêncio”, silêncio este que acaba por “sepultar as mulheres”, já que a linguagem compreende um discurso masculino (ANZALDÚA, 2000 p. 302; 306; 312).

Ana ainda comenta sobre a relação do lugar legitimado de fala que o “ter estudo” confere. Ela questiona: “Como é que você vai falar *na frente das pessoas* se tu não tem estudo?” Afinal de contas, como cita Glória Anzaldúa (2000, p. 229) “as escolas que frequentamos não nos deram a certeza de que estávamos corretas em usar nossa linguagem marcada pela classe”. Deste modo, Ana ao “não ser mandada embora” do Projeto Mulheres da Paz por ter “só a 6ª série”, pôde refazer sua história no que se refere a esse aspecto, “percebendo que não precisa ter estudo e que ela pode falar sim”.

A interseccionalidade dos marcadores de gênero, classe e raça apareceram entre os elementos pautados na entrevista de Ana. Ela diz ter encontrado “a força que precisava” e que por meio desse fortalecimento, os lugares sociais associados a ela como “coitada, baixinha, gordinha, pretinha” foram “abduzidos”, termo usado pela sua colega de colégio ao revê-la depois de estar participando do projeto social.

Joice também conta sobre o período que “foi se fortificando” através das reuniões/encontros entre as mulheres da paz. Ela comenta que era identificada pelo irmão como “Madre Teresa”, pois antes ela “acatava a tudo, aceitava tudo”, mas que hoje “toma

suas próprias decisões”. Volto a situar que Joice vivenciou um histórico carregado de violências que, inclusive, o ex-companheiro a deixou em cárcere privado, sendo ameaçada de morte muitas vezes, e que em função destes acontecimentos, procurou o Projeto Mulheres da Paz para um primeiro acolhimento, seguindo depois o acompanhamento psicossocial pelo Centro de Referência da Mulher e após um tempo retornando ao projeto social para participar da capacitação. Joice relaciona essas mudanças em sua vida com o “empoderamento”. Conceito este que percorre uma trama de debates teórico-políticos envoltos em críticas e impasses que sinalizo adiante.

A gente começou a se reunir duas vezes na semana e nesse período eu fui me fortificando cada vez mais, e aí chegou um momento que eu vi que eu estava empoderada, e que isso, **com esse meu empoderamento eu conseguia falar com naturalidade as coisas que tinham acontecido comigo e que eu teria que repassar pra outras mulheres, que eu não poderia ficar só nisso, por essa razão eu continuei no projeto e permaneci né. Depois que eu entrei no projeto foi uma revolução na minha vida, sinceramente eu virei feminista**, após entrar no projeto eu me enxerguei, certos momentos da minha vida eu vivi como uma machista e eu não me dava conta disto, e aqui no projeto eu tive esse olhar. Hoje eu converso com as minha amigas e eu digo não! Vocês têm que trabalhar, vocês não podem depender do marido, eu to sempre incentivando esse tipo de coisa, antes falava alguma coisa pra Joice, a Joice tudo acatava, eu aceitava tudo, eu era aquela assim, vamos dizer, meu irmão sempre dizia, eu era a Madre Teresa, porque tudo estava bom, **hoje eu decido, hoje eu me empodero, hoje eu tomo minhas decisões**. Eu fui violentada, fui agredida, mas em alguns momentos na minha cabeça era como se eu tivesse sido culpada de algo, além de tudo, **tu levar aquele peso da culpa, tu leva o peso da vergonha também, eu senti muito tempo aquele sentimento de culpa, e eu só consegui avaliar isso aqui na casa**. Aqui no Mulheres da Paz eu fui fortalecida né, eu me libertei, aqui foi onde eu me despi vamos dizer assim, sou livre, fiquei livre daquele sentimento de culpa que eu carregava, eu fiquei mais fortalecida, eu fiquei transformada. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

A noção de empoderamento das mulheres vem integrando as discussões sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Grande parte do movimento feminista tem defendido a sua importância como uma estratégia eficaz no enfrentamento às formas de dominação instituídas. Contudo, esse termo tem sido tensionado por alguns estudos que apontam riscos na sua utilização acrítica e isolada. Heleieth Saffioti (2009, p20) afirma que ele precisa ser utilizado enquanto categoria social, pois:

O empoderamento individual acaba transformando as empoderadas em mulheres álibi, o que joga água no moinho do (neo)liberalismo: se a maioria não conseguiu uma situação proeminente, a responsabilidade é sua, porquanto são pouco inteligentes, não lutaram suficientemente, não se dispuseram a suportar os sacrifícios que a ascensão social impõem, num mundo a elas hostis. (SAFFIOTI, 2009 p20)

De acordo com Magdalena Leon (2001, p97) o termo empoderamento vem sendo usado indiscriminadamente, adquirindo novos significados teórico-metodológicos e de ordem política. “Uma das contradições fundamentais do uso do termo ‘empoderamento’ se expressa no debate entre o empoderamento individual e o coletivo”. Para quem usa o conceito na

perspectiva individual, com ênfase nos processos cognitivos, o empoderamento se circunscreve ao sentido que os indivíduos se autoconferem. Toma-se um sentido de domínio e controle individual, de controle pessoal. Significando “fazer as coisas por si mesmo”, “ter êxito sem a ajuda dos outros”.

Esta é uma visão individualista, que chega a assinalar como prioritários os sujeitos independentes e autônomos com um sentido de domínio próprio, e desconhece as relações entre as estruturas de poder e as práticas da vida cotidiana de indivíduos e grupos. Além disso, essa perspectiva permite a desconexão das pessoas do amplo contexto sócio-político, histórico, do solidário, do que representa a cooperação e o que significa preocupar-se com o outro” (LEON, 2001, p.97). Para a autora o empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade.

Para Bila Sorj e Carla Gomes (2011) a participação pública das mulheres pobres nas comunidades como forma de “empoderamento”, é parte de um projeto político de mudança das relações de gênero, que começa na transformação pessoal e se estende à família e ao ambiente em que atuam. Para isto, educar as mulheres em temas como direitos, sexualidade e liderança comunitária, que as ajudem a superar formas opressivas de feminilidade e forjar novas subjetividades constitui o suporte dos cursos de capacitação oferecidos às mulheres da paz antes e durante sua atuação em campo. A metodologia da capacitação enfatiza metas como a valorização da autoestima e o autodesenvolvimento, que corresponde de certo modo a uma “reforma da subjetividade”.

No artigo “Histórias de resistência de mulheres negras” Stela Meneghel, Olga Farina e Sílvia Ramão (2005) apontam que a construção de coletivos para o enfrentamento às violências contra as mulheres se consolidou como uma contribuição importante do movimento feminista. Dentre essas estratégias, estão os grupos de reflexão, também denominados “grupos de mulheres”, espaços de discussão nos quais as mulheres questionam as relações de poder, como os estereótipos de gênero. Estes grupos são capazes de estimular o poder (empoderamento) e a reciprocidade entre suas participantes, promovendo a participação social e política, incitando o desejo de falar de si mesma, de construir a própria história e de participar na comunidade.

Dessa maneira, segundo essas autoras, os grupos podem transformar espaços de opressão, em lugares de resistência, onde o exercício de poder é possível. A resistência e o empoderamento, neste sentido, são modos de enfrentar os sistemas de dominação/exploração baseados em gênero, raça e classe social. Considerar o grupo como espaço político, significa

assumir que as mulheres em situação de violência produzem os seus enunciados a partir de um lugar social, e que por isso elas têm o poder de resignificar esses lugares. (MENEGHEL; FARINA; RAMÃO, 2005)

Aponto também a autora Regina Benevides de Barros (2002) no que se refere à potência do grupo enquanto ferramenta operante na transformação das relações de poder. Essa autora se utiliza da compreensão de grupo enquanto dispositivo, produzindo assim, novos acontecimentos, aguçando a polivocidade dos componentes de subjetivação. Nesta direção, podemos pensar o Projeto Mulheres da Paz como um grupo-dispositivo. Nas narrativas de grande parte das entrevistadas, a participação neste projeto social propiciou a elas a experiência de ouvir outras mulheres, ouvir outros discursos que compõem a produção de subjetividade, podendo deslocar o espaço das angústias, do sofrimento e da desvalorização da dimensão individual para o contato com o coletivo que somos. (BARROS, 2002).

O projeto já me abriu assim ó, uma luz, um leque pra mim ver assim que eu não estou perdida, que tudo isso aí que eu to aprendendo não vai ser em vão, vai me servir. O projeto ele é bom, levanta a autoestima da gente. Eu gosto porque eu acho que é a minha missão. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Minha vida de lá pra cá melhorou 100%. Eu sempre fui gordinha mas nunca me aceitava assim sabe? Daí depois que eu entrei no projeto das mulheres da paz, a minha autoestima levantou bastante... Bastante mesmo, comecei a gostar de mim, do meu nome, agora eu adoro meu nome, me adoro. **Eu comecei a sair, comecei a me pintar, a fazer amizades, comecei a namorar mais, a não me reprimir de algumas coisas, eu me resgatei, acho que eu renasci de novo que nem uma fênix. Foi o que me trouxe a vida de novo.** Que eu estava mal mesmo, eu não tinha ideia dos nossos direitos, daí a gente começou a se “apoderar, se apoderar e se apoderar” cada vez mais né, agora é nós no poder. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Marisa cita exemplos de mudanças em sua vida, elencando situações no âmbito individual. Mas em seguida se refere à conquista do “poder” falando em nome de “nós”, em nome de um grupo de mulheres, que hoje são reconhecidas publicamente em seu território, como “as mulheres da paz”. É notório que a inserção neste projeto social alavancou tensionamentos necessários para modificação das relações sociais de poder no cotidiano das participantes. “Não fazer ideia dos seus direitos”, “não gostar de si, não gostar do próprio nome”, “não perceber-se como parte de sua comunidade”, “sentir-se culpada por ter sido violentada”, “ficar quieta no seu canto”, “perder-se da própria vida”, são alguns dos fatores que estão cimentados pelas relações de dominação/exploração, que há séculos barram produções de subjetividades mais livres e abertas ao contato às diferenças e com a criação de novas possibilidades de existir.

Bila Sorj e Carla Gomes (2011) através do artigo “Gênero da nova cidadania: o programa Mulheres da Paz”, realizam uma crítica às ações deste programa. Entre seus apontamentos, elas salientam que as políticas sociais, como o Projeto Mulheres da Paz, não

podem ser interpretadas como um texto e uma prática coerente e acabada, sendo elas, permeadas por disputas entre diferentes interesses e conceituações. As mulheres da paz entrevistadas trilham (e trilham) caminhos desafiadores, porque estremecer as relações de poder vigentes socialmente é um processo (uma luta) que faz sofrer como menciona Teresa de Lauretis (1994)¹⁴. O Projeto Mulheres da Paz, ainda que tenha contribuído para que as participantes tivessem “ganhos” e conquistassem espaços de reconhecimento, não garantiu atenção aos problemas que algumas mulheres tiveram por fazerem parte do programa, como por exemplo, ameaças por parte de pessoas da comunidade (principalmente homens) que não concordavam com as ações do projeto social e que diziam que o “lugar de mulher é em casa”. Algumas mulheres foram seguidas na rua, insultadas e impedidas de entrar em alguns espaços. Essas situações foram mais frequentes no início do programa em 2010 e 2011, mas ainda hoje, eventualmente, elas relatam ouvir comentários machistas e sexistas que reprovam suas inserções comunitárias como mulheres da paz.

Stela Meneghel e Sandra Vial (2008) alertam que, ainda que permeados por dificuldades e contradições, os projetos de mudança social estão acontecendo. As autoras lembram que a situação hoje é diferente de 25 anos atrás quando a violência de gênero não era reconhecida como um problema. É preciso ressaltar que ocorreram nestes anos mudanças relevantes ao que se refere à proposição de políticas e espaços de participação social, como o Projeto Mulheres da Paz que surgiu em 2008, mas que estes vivenciam tensionamentos inegáveis, como é o caso deste projeto social em Canoas, único município a garantir sua continuidade até 2015, mas que hoje encerra em parte algumas dessas atividades.

É preciso seguir pensando em ações que possibilitem formas de resistência e a transformação destas relações de poder, substituindo, deslocando e invertendo regras. Dagmar Meyer (2005, p.10) aposta que o gênero é “uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes”

“Uma vez mulher da paz, sempre mulher da paz” é uma frase que repetidamente é entoada pelas participantes do projeto. Essa frase carrega a compreensão de que é possível questionar e até mesmo mudar as relações com as regras sociais que compuseram os arranjos singulares até então, produzindo novos percursos de vida, construindo outras possibilidades de ser. E que este é um caminho que parece não ter volta, pois segundo elas, a relação com o

¹⁴ Página 89

Projeto Mulheres da Paz marcou suas trajetórias de vida, passando a enxergar o que antes não viam, lhes garantindo força e lugar na luta feminista que se perpetua, mas que vem desbravando mais espaço e legitimidade.

3.2 - SER MULHER DA PAZ: Desbravando reconhecimento e multiplicando aprendizado na ocupação dos espaços públicos.

Para iniciar a análise sobre este processo de “ser (e tornar-se) mulher da paz” trago inicialmente a fala de uma das participantes do programa em uma reunião entre dois projetos sociais do território. Era uma rodada de apresentações, onde as pessoas falavam seu nome, ocupação e qual projeto estavam vinculadas:

-Meu nome é Cláudia, sou mediadora comunitária e já fui uma mulher da paz.
-Já foi não, você é uma mulher da paz. A gente não deixa de ser mulher da paz.

Cláudia foi chamada a atenção naquela situação por uma participante ainda atuante no programa. “Ser mulher da paz” apareceu como algo que “se é” e não “deixa de ser”. Uma identificação que nos espaços públicos, segundo afirmações das participantes, serve como proteção, permitindo a elas sentirem-se mais respeitadas.

Ajudar, orientar, multiplicar o conhecimento foram atribuições destacadas nos relatos das entrevistadas ao se referir ao trabalho como mulher da paz. Glória fala em “**ajudar** a andar pra frente”, “**ajudar** a transformar a vida”. Lurdes comenta que “hoje temos ferramentas para se proteger e se valer” e que ser uma mulher da paz implica em mostrar essas ferramentas às mulheres. Tereza e Eva também falam em ajudar, indicando que orientações e paciência fazem parte de suas ações.

Uma pessoa capaz de passar para outras pessoas aquilo que aprendeu. Capaz de poder ajudar, capaz de orientar, ajudar aquela pessoa a transformar a vida. Ser mulher da paz é poder levar um pouco de vida para as pessoas que não tão conseguindo se levantar sozinhas, que tão passando por dificuldades, porque quando tu ta com dificuldade tu não consegue andar pra frente, ser capaz de conseguir fazer aquela mulher andar pra frente. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Ser mulher da paz é pensar na comunidade, valorizando a pessoa, a mulher, a mãe de família, pra ela ter um valor, pra ela ter um entendimento, pra ela poder também transmitir aquele entendimento com paz, com tranquilidade, mostrar para as pessoas. Eu, por exemplo, consegui na porrada, aos trancos e barrancos mas eu consegui, mas não precisa, tem várias maneiras da gente conseguir trazer a tua paz, a tua tranquilidade e segurança pros teus filhos, em casa, pra tua família, ter teus direitos, procurar teus direitos, nós temos hoje ferramentas para se proteger e se valer. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Tu pode ajudar alguém, orientar, várias vezes me perguntaram o que fazer e eu disse vai lá no CRM ou vai ali na casa do Mulheres da Paz, até dentro do ônibus perguntam né. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Tudo que eu aprendo eu posso transmitir, com certeza se eu puder ajudar, vou ajudar, tem que ser uma pessoa calma, com paciência, mostrar, ensinar o que elas não sabem e a gente sabe. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

Joice, Rosa e Camila falam do compromisso em multiplicar os conteúdos aprendidos durante a capacitação. Joice cita novamente a questão do empoderamento das mulheres. Rosa salienta que ser mulher da paz é não ficar em silêncio diante das violências, pois silêncio não pressupõe paz. Camila ressalta que é necessário repassar o que se aprendeu independente dos espaços que as mulheres da paz forem atuar.

É ser uma agente social na questão de empoderar outras mulheres, de eu poder repassar todo o conhecimento que eu adquiri aqui no curso, **eu não posso agora ficar com esse conhecimento que eu aprendi, ficar guardando pra mim, eu tenho que multiplicar ele, eu tenho que repassar.** Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

É não ficar em silêncio contra a violência, poder falar contra, acho que é isso, silêncio não é paz, assim como se diz, reivindicar meus direitos e explicar como as pessoas podem não ficar sofrendo violência, é ser um multiplicador do conhecimento. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

É ter essa noção de que tu tem que auxiliar as pessoas que estão ao teu redor, independente se tu vai atuar na comunidade, se tu vai atuar na internet, com qualquer pessoa, tu tem que ter a noção que tudo que tu aprendeu, **tu vai ter que repassar de alguma maneira.** Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Camila ainda aponta que informar sobre os direitos que as mulheres têm, contribuindo para que elas possam reconhecer esses direitos, conseguindo enfrentar às violências, ampliando suas possibilidades de “ser e querer” é também papel da mulher da paz. Ela faz referência a estar “um passo à frente” bem como salienta que “aprender e ensinar” diz respeito a um processo que se volta tanto para outras mulheres como para elas mesmas.

Ser uma mulher da paz é saber dar o máximo de si pra poder auxiliar os outros e a si mesmo, e ao mesmo tempo aprender com eles, porque eu acho que não é só uma questão de ensinar é uma questão de receber, tudo é uma questão de dar e receber. Ser uma mulher da paz também é mostrar principalmente às mulheres, que é muito importante que elas estejam envolvidas em questões sociais, que elas saibam dos seus direitos, porque é uma coisa que muitas mulheres não sabem, é mostrar pra elas onde elas devem estar, elas devem tipo, elas devem estar lá dizendo não! Eu sou dona desse direito eu quero que seja assim, é tu estar um passo na frente pra mostrar que a mulher é igual aos homens e que violência é uma coisa totalmente errada, elas têm que saber o que elas podem fazer, porque assim, que nem quando eu entrei no projeto eu dizia que eu tava em um projeto, **ai muita gente dizia assim, “mas o que tu aprende lá?”, não é uma questão do que tu aprende lá, é uma questão de tu reconhecer que tu tem direito,** é saber que essa opressão que a gente vive é totalmente errada e até eu achava bem engraçado no começo quando eles diziam assim, “a tu vai para o Projeto Mulheres da Paz pra aprender a ser mulher, vai aprender a fazer tricô e cozinhar” e eu dizia não! Se eu quiser eu posso aprender a cozinhar, se eu não quiser, eu não vou aprender a cozinhar, porque eu não sou obrigada a saber isso, e eu acho que ser mulher da paz vai influenciar tanto a ti,

quanto outras mulheres, que elas vão ser o que elas quiserem, que elas vão fazer o que elas quiserem, porque elas são donas de si mesmas, tu não vai sofrer violência porque teu marido quer e nem porque tu quer, porque eu creio que ninguém queira sofrer violência, então é tirá-las desse mundo da violência mostrando que elas podem fazer o que elas quiserem. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Ana fala de “empatia” e Marisa de “alegria”. O cuidado no uso da palavra certa, sem julgamentos, o apoio entre o grupo por meio da amizade, união e companheirismo são trazidos por Ana como elementos que correspondem a este lugar ocupado pelas mulheres da paz. Marisa sinaliza que o contingente de mulheres que demandam de apoio, informação e acompanhamento no que se refere às violências de gênero é grande.

Ser uma mulher da paz, tu tem que te doar, se pôr no lugar do outro, eu até não sabia a palavra “empatia”, eu não conhecia, as meninas que me falaram, se pôr no lugar da vítima também pra poder ajudar, usar a palavra certa, não julgar, nem nada. Ter união, ter amizade, companheirismo, porque se tu não for parceiras das colegas também não vai dar certo. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S, R.F 5S.

Trazer alegria para as outras mulheres, resgatá-las pra elas verem que elas estão vivendo, tão passando por aquela violência, mas que a vida delas que é algo melhor, bem melhor mesmo. Muitas mulheres estão precisando de nós ainda. E bastante! Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

A partir dos relatos das entrevistadas, ser mulher da paz compreende assumir uma gama de atribuições que lhes confere responsabilidades, entre elas, ajudar, orientar, informar mulheres sobre seus direitos e multiplicar os conhecimentos apreendidos durante a capacitação. Essas ações visam de modo geral, de acordo com as participantes, “melhorar” a vida das mulheres de sua comunidade, por intermédio do “enfrentamento às violências”, do “empoderamento” e do “exercício da cidadania”.

Ser mulher da paz se refere também a um lugar que ultrapassa o âmbito privado das relações, indo de encontro com a vida pública. Fator este que representa a dimensão política e pública do regimento de gênero vivido por essas mulheres, em que a divisão sexual do trabalho, em muitos casos, as privou. Ocupar o papel de “agente social” significa, em muitas situações, transpor limites que a esfera doméstica às impunha.

Entretanto, vale apontar uma questão que Bila Sorj e Carla Gomes (2011) mencionam quanto a “exploração” deste trabalho desenvolvido pelas mulheres da paz, mesmo que este ponto não tenha surgido nos relatos das participantes entrevistadas. As autoras sinalizam a utilização do trabalho dessas mulheres por parte do governo e de ONGs, como “porta de entrada” para a comunidade, em que os serviços e conhecimentos delas são aproveitados sem, contudo, serem reconhecidos, já que lhes são pagas bolsas de R\$100,00 e R\$190,00 (neste caso) para desenvolverem ações complexas e que podem as colocar em risco. Essas mulheres acabam por mobilizar suas comunidades consideravelmente a um custo ínfimo.

Porém, a valorização e o reconhecimento por parte da comunidade diante do trabalho desenvolvido pelas mulheres da paz, acabam muitas vezes, recompensando por meio do ganho de “respeito”, “consideração” e “liderança” (SORJ; GOMES, 2011). Estes aspectos também foram elencados pelas participantes do programa, que frequentemente diziam que ao colocarem sua camiseta ou crachá do projeto social, passavam a serem abordadas nas ruas e em diferentes espaços para esclarecer dúvidas e realizar encaminhamentos. Em algumas situações, por exemplo, em contato com a Polícia Militar, elas afirmaram que ao se identificarem como mulheres da paz conseguiam maior resolutividade em suas demandas.

Houve uma ocasião em que eu recebi uma ligação da Vara de Execuções Criminais do Foro Central de Porto Alegre, em que uma mulher da paz havia ligado para lá a fim de obter informações sobre seu filho preso, e que se identificou primeiramente como mulher da paz de Canoas. Esta participante há bastante tempo já não frequentava as atividades do projeto social, mas seguia identificando-se dessa forma em espaços do poder público.

Exemplos como estes, refletem o fato de que ser mulher da paz pode representar uma possibilidade de “ser” alcançada na esfera pública. Espaços em que as relações de poder incontestavelmente desiguais entre homens e mulheres ainda operam práticas de subordinação a estas. Maria Betânia Ávila (2008) em seu artigo “Feminismo e Sujeito Político” aponta a relevância em apostar em práticas que busquem a superação do modelo existente de sociabilidade que ainda restringe as mulheres ao âmbito doméstico, familiar, transformando a intimidade em lugar de vulnerabilidade. É preciso salientar que a interseccionalidade de gênero, classe, raça e geração compõem a trama desses desafios.

Neste ponto, questiono o papel da equipe técnica neste enredo. Já que acessar a esfera pública, em muitos casos, se torna mais “fácil” sendo por intermédio de uma “psicóloga, branca, de classe média e jovem”, como eu trouxe o exemplo da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre, que entrou em contato com a “equipe”, para possivelmente legitimar, validar a reivindicação feita por uma mulher da paz – embora “ouvida” através da sua identificação - mas ainda distante do “lugar” que a permita ter uma “resposta” direta sobre a situação do próprio filho.

Enquanto parte desta equipe, me coloco a pensar nessa posição ocupada nas relações de poder que nos consente transitar e dialogar mais permissivamente, admitindo que consigamos “ir mais longe”, “resolver mais rápido”, “entender melhor”. Mas que pode automatizar nossas práticas, fomentando a manutenção de silenciamentos, desigualdades e subordinação. Esse processo também pode se multiplicar no trabalho desenvolvido pelas mulheres da paz com outras mulheres.

As ações desenvolvidas pelo Projeto Mulheres da Paz (pelas participantes e equipes) são necessárias e conseguem travar estratégias coletivas propositivas de relações sociais mais igualitárias. Entretanto, essas ações/práticas não estão isentas, nem longe de riscos, carecendo da contínua reflexão e avaliação para que produzam rachaduras no engessamento das posições de dominação, e que não cimentem ainda mais uma visão universalizante de sujeito, nem tampouco desautorize a fala de umas(uns) em detrimento de outras(os).

Ser mulher da paz a partir da interseccionalidade dos marcadores sociais vai implicar em arranjos singulares. Por horas alguns elementos dialogam, como aparece acima, nas falas sobre as atribuições deste trabalho comunitário, já em outras situações é preciso cavar um pouco mais, para que as lacunas que as “separam” possam se fazer enxergar, como mais à frente discorrerei a partir das trajetórias de vida.

4. O QUE NOS DIFERE: O conceito de interseccionalidade e os cruzamentos que produzem desencontros.

Eu não sou da paz. Não sou mesmo não. Não sou. **Paz é coisa de rico.** Não visto camiseta nenhuma, não, senhor. Não solto pomba nenhuma, não, senhor. Não venha me pedir para eu chorar mais. Secou. A paz é uma desgraça. Uma desgraça. Carregar essa rosa. Boba na mão. Nada a ver. Vou não. Não vou fazer essa cara. Chapada. Não vou rezar. Eu é que não vou tomar a praça. Nessa multidão. A paz não resolve nada. A paz marcha. Para onde marcha? **A paz fica bonita na televisão.** Viu aquele ator? Se quiser, vá você, diacho. Eu é que não vou. Atirar uma lágrima. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. **A paz tem hora marcada. Vem governador participar. E prefeito. E senador. E até jogador.** Vou não. Não vou. **A paz é perda de tempo. E o tanto que eu tenho para fazer hoje. Arroz e feijão.** Sem contar a costura. Meu juízo não está bom. A paz me deixa doente. Sabe como é? Sem disposição. Sinto muito. Sinto. A paz não vai estragar o meu domingo. A paz nunca vem aqui, no pedaço. Reparou? Fica lá. Está vendo? Um bando de gente. Dentro dessa fila demente. A paz é muito chata. A paz é uma bosta. Não fede nem cheira. A paz parece brincadeira. A paz é coisa de criança. Tá aí uma coisa que eu não gosto: esperança. A paz é muito falsa. **A paz é uma senhora. Que nunca olhou na minha cara. Sabe a madame?** A paz não mora no meu tanque. **A paz é muito branca.** A paz é pálida. A paz precisa de sangue. Já disse. Não quero. Não vou a nenhum passeio. A nenhuma passeata. Não saio. Não movo uma palha. Nem morta. Nem que a paz venha aqui bater na minha porta. Eu não abro. Eu não deixo entrar. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. **Para salvar a pele de quem? A minha é que não é.** Rezar nesse inferno eu já rezo. Amém. Eu é que não vou acompanhar andor de ninguém. Não vou. Não vou. Sabe de uma coisa: eles que se lasquem. É. Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein? Hein? **Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá embaixo. Carregando na avenida a minha ferida.** Marchar não vou, ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor. A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe? A paz é que não deixa. (Marcelino Freire, s/d).

Abro o capítulo com este poema de Marcelino Freire que se chama “Da Paz”. Uma sucessão de questionamentos que coloca em xeque essa “paz” que tem cor, símbolo e hora marcada. “Paz” que carrega significados diferentes a partir dos olhos de quem a vê (ou não vê). “Paz” que inegavelmente, como mostra o escritor, é marcada pelo gênero, classe, raça, geração, religião, e tantas outras categorias que a interrogam sobre seu sentido, sua posição.

Uso essa passagem porque além do termo “paz” dar nome e significado ao projeto social centralizado neste estudo, a interseccionalidade dos marcadores sociais protagoniza cada frase. Com isso, somos desacomodadas(os) e lançadas(os) ao emaranhado de diferenças que marcam as formas de ver, viver e existir, que nos deixam além de questionamentos, o compromisso em assumir posições ético-políticas diante desse emaranhado.

Como trouxe durante a escrita, muitas são as diferenças que marcam a vida das mulheres, neste caso, as mulheres da paz. O Projeto Mulheres da Paz elucidada, nas práticas do

dia-a-dia, esses lugares distintos de estar, sentir, pensar, determinando possibilidades de agir, falar, trabalhar, estudar e mesmo inserir-se em um projeto social voltado para mulheres.

Neste sentido, a compreensão de sujeito neste estudo, pauta-se numa perspectiva sócio histórica, onde o sujeito não existe de forma pré-discursiva, sendo atravessado pelas produções e reproduções das relações de poder. Deste modo, esses atravessamentos vão marcando arranjos singulares que caracterizam as trajetórias de vida.

Nesta análise, a construção social do gênero envolve relações de poder-subordinação que se articulam com a raça, a classe, a idade e demais categorias. Lanço mão de teóricas feministas que problematizam a discussão do conceito de gênero de modo a dar conta destes outros marcadores sociais, não se limitando à lógica do patriarcado, em análises que priorizam o marcador de gênero. Neste ponto, faço uma ressalva à utilização da autora Heleith Saffioti, que faz essa priorização (do gênero), mas não invisibiliza a classe e a raça (referindo-se sempre ao enovelado desta tríade). Pautei-me também nas teóricas Donna Haraway, Judith Butler, Gayle Rubin, além de autoras brasileiras como Sueli Carneiro, Lélia Gonzáles, Alda Britto da Motta e Adriana Piscitelli. Ao dar ênfase na relação dos marcadores sociais de gênero, raça, classe e geração/idade nos processos de subjetivação de mulheres que participam de um projeto social, o gênero é **um** dos marcadores que condicionam a discriminação, por isso para que se dê o reconhecimento da pluralidade desses processos, o conceito de interseccionalidade foi fundamental neste estudo.

Para esta discussão trago a teórica feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002) que destaca o fato de que embora todas as mulheres estejam sujeitas à discriminação de algum modo, outros marcadores sociais como raça, classe, religião, orientação sexual, nacionalidade, estabelecem distinções que fazem a diferença na maneira como estes múltiplos grupos de mulheres vivenciam a discriminação. O gênero precisa ser pensado em suas imbricações com estes outros marcadores sociais para que possa ser entendido em uma dimensão descritiva e analítica.

A interseccionalidade, de acordo com esta teórica (CRENSHAW, 2002 p.177), "é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação". Trata-se do modo pelos quais os processos discriminatórios (racismo, opressão de classe, sexismo, entre outros) concebem desigualdades que constroem posições relativas às mulheres, raças, classes, gerações, entre outras.

A autora, ao falar destes eixos de subordinação, destaca o entrecruzamento destes como algo que estabelece intersecções complexas, como no caso das mulheres que vivenciam

múltiplas opressões. Estes entrecruzamentos, neste caso, são perigosos, podendo causar danos simultâneos, onde opressões acabam interagindo com vulnerabilidades preexistentes. Por isso, ela constrói a imagem de um cruzamento de avenidas, em que o fluxo dos tráfegos vai definir a multiplicidade de opressões as quais a pessoa estará submetida, definindo mais ou menos “poder” em suas relações. Com isso, vias díspares (determinadas a partir do entrelaçamento dos marcadores sociais) são tomadas, impossibilitando muitas vezes que as mulheres “caminhem juntas”.

Contudo, ao considerar as vulnerabilidades interseccionais pode-se evitar que a gama de violações de direitos humanos fique minimizada. Para isto Kimberlé Crenshaw (2002) propõe que a atenção à subordinação interseccional exija uma estratégia que:

Valorize a análise de baixo para cima, começando com o questionamento da maneira como as mulheres vivem suas vidas. A partir daí, a análise pode crescer, dando conta das várias influências que moldam a vida e as oportunidades das mulheres marginalizadas. É especialmente importante descobrir como as políticas e outras práticas podem moldar suas vidas diferentemente de como modelam as vidas daquelas mulheres que não estão expostas à mesma combinação de fatores enfrentados pelas mulheres marginalizadas (CRENSHAW, 2002 p. 182)

Neste sentido é relevante considerar que este estudo se deteve a olhar para as questões apontadas por Kimberlé Crenshaw, já que buscou por meio dos relatos das trajetórias de vida de mulheres, compreender a relação dos marcadores sociais com seus processos de subjetivação bem como a articulação destes com o engajamento (ou não) em uma política social, neste caso, o Projeto Mulheres da Paz. O conteúdo pelo qual transitei transcorreu por milhares de elementos que pareceram se ramificar a cada frase pronunciada nas entrevistas, forçando uma complexificação da escuta produzida pela interseccionalidade. Portanto, entendo que operacionalizar a análise interseccional é um desafio que não prevê um “ponto final”, sempre passível de novas problematizações, já que as dinâmicas que compreendem o “caminhar ou não juntas, estar ou não em determinados cruzamentos” são de magnitudes relevantes.

Ao trabalhar com o conceito de interseccionalidade é necessário fazer destaque à outra teórica feminista indiana que aborda esta discussão, Avtar Brah (2006) que utiliza o conceito de articulação e não de interseccionalidade, em que considera o gênero constituído e representado de forma diferente a partir da localização que se estabelece dentro das relações globais de poder. Esta autora afirma que não existimos apenas como mulher, pois a inserção nessas relações globais de poder é permeada por processos econômicos, políticos e ideológicos. Dessa forma existimos como categorias diferenciadas, como por exemplo, “mulheres da classe trabalhadora” e “mulheres imigrantes”. O que não significa que a

categoria “mulher” não tenha sua especificidade própria construída nas configurações históricas específicas das relações de gênero.

Destacando o termo “diferença”, Avtar Brah (2006) o significa enquanto diferença de condições sociais. A autora traz a construção social das categorias de mulheres inserida em processos estruturais e ideológicos mais amplos. O que não significa que uma categoria individual seja internamente homogênea. Ela aponta como exemplo mulheres da classe trabalhadora que compõem grupos diferentes de pessoas nas e entre formações sociais diferentes. Ainda que a categoria de classe estabeleça alguns aspectos comuns referentes a resultados sociais, a classe se articula com outros eixos de diferenciação, tais como o racismo e o heterossexismo. Esta teórica assinala, ainda, o fato de que as relações de poder entre homens e mulheres acabam por serem vistas como a principal opressão das mulheres. Esse olhar, muitas vezes, inviabiliza outros determinantes como classe e racismo. (BRAH, 2006).

Adriana Piscitelli (2008) pautando-se em críticas às duas perspectivas classifica a abordagem que trabalha com o conceito de interseccionalidade como uma leitura sistêmica, enquanto a abordagem que utiliza o conceito de articulação como uma abordagem construcionista, destacando Kimberlé Crenshaw como representante da primeira e Avtar Brah como representantes da segunda. Esta autora também destaca que as duas abordagens apresentam diferenças quanto às possibilidades dos sujeitos no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente, o que seriam “margens de agência”.

Referindo-se à teoria da interseccionalidade, Adriana Piscitelli aponta que esta apresenta uma fragilidade a ser considerada, já que une a ideia de diferença com a de desigualdade. Ela destaca também que as análises críticas sobre esse conceito apontam o caráter sistêmico dessa abordagem, em que se sobressai uma análise dos efeitos do sistema ou da estrutura na produção das identidades. Desta forma, haveria uma prioridade dos sistemas de opressão, de marginalização e de dominação, tanto de classe, quanto de gênero e de raça, que determinariam as identidades, as quais se vinculariam unicamente aos efeitos da subordinação social e o desempoderamento. Aliado a isso, Adriana Piscitelli (2008), apoiada nos estudos de Baukje Prins, salienta que apesar da linha sistêmica afirmar trabalhar com os preceitos teóricos de Michel Foucault, a noção de poder é compreendida de forma seletiva, invisibilizando em parte a produtividade do poder e sua relação com as formas de resistência.

Outro ponto a ser referido na diferenciação entre interseccionalidade e articulação é que a articulação propõe um lugar de destaque à experiência. Todavia, Adriana Piscitelli (2008) sinaliza que a potência que ambos os conceitos carregam ao problematizar temáticas como poder, diferença e agência deve ultrapassar os embates entre eles.

Ainda que seja reconhecida a importância das contribuições sobre articulação propostas por Avtar Brah, uso o conceito de interseccionalidade, priorizando a experiência na forma como as pessoas vão constituindo-se no jogo de forças em que estão envolvidas. A interseccionalidade entre gênero, classe, raça e geração é um campo atravessado por relações de dominação que ainda apresenta muita desigualdade e opressão. Para Raquel Silveira (2013) este conceito produz um olhar que convoca à atenção à diversidade de tramas que os marcadores sociais de diferenciação engendram, bem como a necessidade em tensionar o tripé clássico discutido na literatura que pretende enfrentar a subordinação gênero-classe-raça, para que não acabemos reificando, normatizando essas categorias de análise e correndo o risco de novas naturalizações.

Para operar com o conceito de interseccionalidade é preciso um exercício de produção de subjetividade em direção a uma nova forma de pensar, bem como de expressar as reflexões daí decorrentes. Embasada na crítica de Heleieth Safiotti sobre a minimização dos efeitos do patriarcado nas discussões contemporâneas sobre gênero, Raquel Silveira (2013) compreende não ser mais possível escrever simplesmente sistema patriarcal de sexo/gênero, pois esse sistema não funciona sozinho, visto que os dispositivos da racialidade, da classe e de outros marcadores sociais se acoplam nele nas sociedades modernas.

Beatriz Preciado de acordo com Jesús Carrillo (2007) destaca que o lugar da construção da subjetividade política parece ter pego outros caminhos mais transversais que não das categorias tradicionais, onde implicam cruzamentos e intersecções entre si. Os projetos de investigação feministas têm que dar conta hoje desta polifonia identitária, se quiserem promover uma análise de acordo com os diferentes níveis e graus em que a discriminação opera, tornando os conhecimentos plurais e diversos, atendendo às especificidades das pertencas de cada um/a.

Para Judith Butler (2003) é a partir das desconstruções sobre o que é determinado como verdade e, em decorrência disso, a definição do que conta e o que não conta na produção do humano inteligível e reconhecido socialmente que este conceito de interseccionalidade encontra muito de sua produtividade, fortalecendo a perspectiva de que o pessoal é também político. Em virtude dessa posição mais desconfiada e duvidosa das 'verdades' (sempre entre aspas), Fernando Pocahy (2011) afirma que seria bastante arriscado pensar em intervenções ou estudos no campo das políticas públicas que não dialoguem com as diferentes intersecções que constituem uma dada situação social e cultural ou posição de sujeito nessa dada situação, produzida nela ou constituída como tal. A emergência deste conceito no contexto atual enfatiza que para além da relação gênero e raça, outros marcadores

sociais também se inserem nesta dinâmica como: a classe, a etnia, a geração, entre outros (JUNIOR; POCAHY 2014).

Para Mara Viveros Vigoya (2008), o modelo hegemônico da mulher universal foi profundamente abalado com o conceito de interseccionalidade, o qual visibilizou a necessidade de compreensão articulada de como as categorias de sexo/gênero, classe e raça produzem efeitos singulares nas experiências de vida das mulheres negras em contextos de dominação construídos historicamente em diversas partes do mundo.

A discriminação interseccional é difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo, de modo a colocar as mulheres em uma posição onde acabam sendo afetadas por outros sistemas de subordinação. Por ser tão comum, a ponto de parecer um fato da vida, natural, esse pano de fundo (estrutural) é, muitas vezes, invisível. O resultado disso é que somente o aspecto mais imediato da discriminação é percebido, enquanto que a estrutura que coloca as mulheres na posição de “receber” tal subordinação permanece prejudicada (CRENSHAW, 2002).

A importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes. Somente através de um exame mais detalhado das dinâmicas variáveis que formam a subordinação de mulheres racialmente marcadas pode-se desenvolver intervenções e proteções mais eficazes. (CRENSHAW, 2002 p. 177)

O problema interseccional, como comenta Crenshaw (2002) não está simplesmente em não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que um conjunto de violações de direitos humanos fica comprometida quando não se consideram as vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas. Os esforços para melhor compreender os problemas ligados à interseccionalidade passam por um ponto de inflexão que vai de sua presente invisibilidade até a conscientização dos membros de órgãos revisores dos tratados internacionais, dos formuladores de políticas públicas, de ativistas de ONGs e de tantas outras participações.

Para tanto, propõe Crenshaw (2002), são necessários esforços para que os/as pesquisadores/as examinem especificamente as experiências das mulheres marginalizadas. Pois, há pouca informação direta sobre elas, o que é acrescido pelo fato de os relatórios e as ferramentas de avaliação não conseguirem revelar experiências não catalogadas previamente, de forma a refletir as identidades múltiplas das mulheres marginalizadas ou a gama de pesadas cargas que somente elas sustentam.

Por isso, o espaço de escuta interseccional que esta pesquisa se propôs ao adentrar em questões da experiência vividas por essas mulheres pode dialogar com a proposta levantada por Kimberlé Crenshaw e demais estudiosas do tema. São muitos os cruzamentos dos eixos de opressão que emergiram nas falas das entrevistadas e que trago para análise. É necessário que por meio da perspectiva interseccional sejamos convocadas/os ao desafio da radicalização da universalidade. Com isso desconstrói-se a figura abstrata e idealizada do sujeito universal de direitos, a fim de entender que todas as políticas públicas e sociais, incluindo as econômicas, devem ter em mente sujeitos individuais, grupos e multidimensões instáveis, atravessadas de diferentes maneiras por sistemas de opressões (MUELLE; RAMIREZ, 2014).

A interseccionalidade no que tange às políticas públicas, de acordo com Claudia Mayorga (2014), precisa ser adotada para compreender as formas de opressão de forma articulada. É considerando a complexidade das sociedades contemporâneas, que será viável construir enfrentamentos que não sejam fragmentados.

Enfrentamentos que coloquem em questão, por exemplo, a “paz” proferida tão comumente como “meta” a ser alcançada em projetos sociais. Que assim como os termos “mães e mulheres” também é passível de contradições. Em nome da paz a partir das interseccionalidades pode se buscar a diminuição das violências, como também pode calar vozes, mascarar violações dos direitos humanos e apaziguar denúncias. Analba Teixeira salienta:

O termo ‘paz’ segue nomeando movimentos e projetos, mas sem nenhum aprofundamento enquanto conceito político. ‘Mulheres da Paz’, ‘Território da Paz’. Que paz é essa que está sendo proposta? Essa paz nos interessa? Nesse território da paz não existiria a repressão à violência contra as mulheres? Com o fim do tráfico de drogas, as mulheres também estarão livres da violência? A paz estará na rua. Mas, e nas casas? Precisamos criticar e disputar o conceito de paz porque nós mulheres, não queremos nem guerra que nos mate nem paz que nos oprima (TEIXEIRA, 2009 p.23).

A partir das inspirações possíveis entre os trechos das narrativas das mulheres da paz em sua articulação com a interseccionalidade dos marcadores sociais de gênero, classe, raça e geração aponto a seguir para as trajetórias de vida. Muitos elementos foram trazidos nesta análise interseccional, possibilitando a reflexão, o debate e muitos questionamentos.

5. TRAJETÓRIAS DE VIDA: Os fios do gênero enovelando marcas de ser mulher

As histórias se repetem, suas narrativas carregam muitas outras vozes. Lembro-me do filme *Jogo de Cena*¹⁵, onde as mesmas histórias são contadas por mulheres diferentes. Elas não são sentidas e vividas do mesmo modo, mas carregam em si elementos que produzem sentido para que sejam tão parecidas (Relato de Campo)

A partir dos relatos das trajetórias de vida das participantes da pesquisa, pude me aproximar de um emaranhado de linhas, que costuradas apontam elementos que correspondem aos enunciados possíveis. Foram dez mulheres que em suas entrevistas trouxeram conteúdos que transbordam os limites de um estudo. São relatos de vida que sinalizam construções históricas complexas, justamente porque a categoria mulher não corresponde a um único e mesmo lugar de fala. Embora sejam “mulheres da paz”, até mesmo a paz pode ser diferente para cada uma delas, como tensionada na poesia “Da paz” de Marcelino Freire que citei no capítulo anterior. Entretanto, algumas situações vividas e partilhadas carregam em si muitas proximidades, semelhanças. Registros onde a história aproxima essas mulheres umas das outras. Aproximações possíveis, mas, no entanto, esbarram em diferenças permeadas pela cor da pele, pelas possibilidades de renda, pelo tempo/espço que se vive.

A seguir elenco pontos correspondentes às similitudes que unem os relatos destas mulheres. O conceito de gênero protagoniza a articulação teórica que dialoga com a prática cotidiana do significado de ser mulher na nossa sociedade. Este conceito será pautado com maior ênfase pelas autoras pertencentes à primeira e segunda onda do feminismo, onde é tomado como sinônimo de mulher.¹⁶ Delimito três pontos que se destacaram nas entrevistas: o histórico de violências de gênero, a relação com a gravidez fora do casamento e as marcas de uma criação pautada no machismo.

¹⁵ O filme *Jogo de Cena* é um documentário brasileiro, lançado em 2007 e dirigido por Eduardo Coutinho.

¹⁶ Neste ponto faço uma ressalva a partir de Judith Butler (2003) que faz uma crítica ao conceito de gênero meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado. Para ela o corpo não é da ordem da natureza, mas da ordem de uma inscrição sócio-histórica que acaba por ser incorporada naquilo que identificamos como masculino e feminino. A autora critica a manutenção do binarismo naturalizante sexo/gênero que alguns discursos feministas se pautam, em que o papel do gênero seria produzir a falsa noção de estabilidade, em que a matriz heterossexual estaria assegurada por dois sexos fixos e coerentes, os quais se opõem como todas as oposições binárias do pensamento ocidental: macho/fêmea, homem/mulher, masculino/feminino, pênis/vagina, etc. Nesse sentido, Butler propõe que se conceba o gênero como norma, em que múltiplas relações entre corpo-gênero-sexualidade estejam em jogo.

5.1 SEXISMO, VIOLÊNCIA E VERGONHA

5.1.1 “EU CRESCI NO MEIO DA VIOLÊNCIA”

Histórias de vidas marcadas pela violência de gênero contra as mulheres. Cinco das entrevistadas relatam ter presenciado situações de violência na infância e juventude em seu ambiente familiar. Aspecto este que de modo recorrente aparece nas discussões sobre políticas públicas para as mulheres. De acordo com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a mulher (BRASIL, 2011), ainda que estatísticas sistemáticas e oficiais não deem conta na magnitude deste fenômeno, algumas informações foram consideradas a partir de pesquisas realizadas por organizações não governamentais, como a Fundação Perseu Abramo que apontou que cerca de 24% das mulheres já viveu alguma situação de violência doméstica. A partir de informações da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180¹⁷, de janeiro a outubro de 2011 foram registradas 58.512 relatos de violência (BRASIL, 2011). Informações que de encontro aos relatos de Francisca, Glória, Joice, Tereza e Rosa trazem esta temática para a discussão.

Meu pai era alcoólatra. Bebia muito. Tinha muita briga, minha mãe era bonita, ele tinha ciúmes dela e de vez em quando ele batia nela. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

A gente só viu violência na infância, fomos muito rejeitadas, maltratadas, era violência psicológica e física também, a gente via minha mãe ser agredida também por ele, ela apanhava. As violências tiraram a gente de casa. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Meu pai era vivo na época, só que era alcoólatra, uma situação bem difícil. Eu cresci no meio da violência, ele batia na minha mãe. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Me criei num ambiente violento, porque meu pai bebia e às vezes era violento. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

A minha infância foi boa quando meu pai não bebia, mas o período que ele bebia não era nada bom, ele era muito violento, quando ele bebia era agressivo. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Estes relatos elucidam o grande tema da violência de gênero, no qual a mulher se configura como vítima. Esta temática diz de um problema social ainda frequente e desafiador quando se pensa em seu combate. Uma das razões que dificulta seu enfrentamento se refere ao fato desta problemática tratar-se de algo que acontece na intimidade das relações afetivas e familiares, fazendo com que o olhar direcionado para esta questão, não seja entendido como

¹⁷ Criada em novembro de 2005 pela SPM/PR para orientar as mulheres, em situação de risco e de violência, sobre seus direitos e onde buscar ajuda, bem como para auxiliar no monitoramento da rede de atenção à mulher em todo o país.

violação de direitos, onde as relações de opressão se perpetuam na nossa sociedade. (SAFFIOTI, 2005)

Quando se aborda a questão da violência de gênero, entendendo-a como um problema social, é preciso pontuar que este fenômeno mundial transcende fronteiras de classe social, raça/etnia, religião, idade e escolaridade, por exemplo. Quando se fala em violência física ou sexual, a partir de dados do Jornal da Rede Saúde (1999) e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2008), estima-se que pelo menos um quinto da população feminina já tenha passado por alguma destas violências durante sua vida.

Pautando-se em Michel Foucault, diz Montserrat Sagot (2000), entendemos que a violência é um mecanismo que submete os corpos ao suplício a partir das relações atravessadas pelo poder de uns em detrimento de outros. Por esse motivo as causas da violência não são encontradas em características patológicas dos agressores, doença mental, álcool ou drogas, pois são produtos da posição de inferioridade social em que as mulheres foram colocadas pela sociedade. O feminismo, neste ponto, nos ajudou na compreensão da violência como um problema de poder, concebido pela estrutura social baseada na hierarquia de gênero e uma negação dos direitos de cidadania. Porém, neste ponto as falas trazidas acima, elucidam em seu conteúdo a relação da violência de gênero com o uso abusivo de álcool, por exemplo. Ressaltando um entendimento da violência contra as mulheres como algo relacionado a um comportamento patológico, disparado pelo uso de álcool, distanciando-se da compreensão deste fenômeno como resultado das relações de poder que hierarquizam socialmente homens e mulheres, naturalizando a violência de uns sobre outras. Neste sentido se reforça o desafio frente às desconstruções sociais, pois persistem modos de subjetivação que reificam padrões tradicionais de dominação/exploração das mulheres, sendo a violência uma das formas recorrentes deste exercício de assujeitamento.

Para Heleith Safiotti (2005, p.114), “a violência ainda é necessária para manter o status quo”, sendo o gênero constitutivo das relações sociais, a autora defende que “a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, na fase histórica da ordem patriarcal de gênero, ainda em curso”. Ela comenta que a violência não é necessária em uma sociedade isenta de racismo, de classes sociais e de lógicas patriarcais de gênero.

Neste sentido, o conceito de gênero emerge como um instrumento de análise, que busca a desnaturalização e deslegitimação das práticas de violência e de opressão. De acordo Judith Butler (2003, p. 24), o conceito de gênero foi inicialmente compreendido como “os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado”, criando uma ideia dicotômica entre sexo (biologia) e gênero (cultura). Nesta análise, este conceito terá a flexibilidade como parte

de sua compreensão, estando disponível para a multiplicidade de negociações que a perspectiva interseccional se propõe. Com base nisto, rompe-se os limites que a lógica do patriarcado coloca, lançando-se a articulação e explicitação de outros marcadores sociais da diferença, neste caso, a raça, a classe e a geração\idade. Dentre as autoras que dialogam sob a perspectiva interseccional, trago como suporte teórico nesse momento Joan Scott (1995), Judith Butler (2003) e Gayle Rubin (1993).

Para Joan Scott (1995, p. 21) “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Desta forma, a autora nos convida a pensar em como classificamos e hierarquizamos as categorias ser mulher e ser homem em determinados períodos históricos em nossa sociedade. Nossas experiências no mundo são ordenadas a partir de relações de poder que demarcam posições muito desiguais para homens e mulheres. Neste ponto cabe destacar que a dimensão interseccional altera a afirmação da autora, já que quando trabalhamos com o marcador social racial, por exemplo, a afirmação acima pode valer para uma mulher branca, mas não necessariamente para a mulher negra, tendo em vista que em sociedades racistas, o gênero é uma forma de significar as relações de poder, mas a raça também se faz presente nestas relações. (MORAES; CAMARGO; NARDI, 2015; SILVEIRA, 2013)

A subordinação das mulheres, apesar de sua especificidade, é acompanhada das hierarquias da sexualidade e das identidades de gênero, na qual a heterossexualidade é tomada como superior moralmente às outras expressões da sexualidade, assim como as mulheres trans que são invisibilizadas, por exemplo. Essas formas de organização social foram por muito tempo apresentadas como naturais, ou seja, ligadas à inscrição de diferenças biológicas dos corpos. Muitos estudos apontam a predominância de estruturas sociais em que a mulher ocupou e ocupa, posições de submissão e subordinação ao homem (SAFFIOTI, 2005). Essa dominação masculina é caracterizada pela hierarquia construída em torno da heteronormatividade.

Gayle Rubin (1993, p. 2) definiu o sistema de sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas”. Ela utiliza o termo sistema sexo/gênero como proposta de substituição ao termo patriarcado. Já que este último termo pode limitar a análise, pois este foi instituído em relações sociais centradas na figura e função do homem como pai e patriarca. Para a autora essa foi uma das formas sociais e políticas recorrentes de opressão na história da humanidade, a qual também

pressupõe o arranjo heterossexual do casamento como estruturante da sociedade. Segundo essa autora, a análise do patriarcado descarta todas as outras possibilidades de relações sexuais e suas possíveis hierarquizações.

Retomando o debate sobre a violência contra as mulheres, baseando-se no Mapa da Violência de 2012 (WAISELFISZ, 2012) outro ponto que aparece nos relatos das entrevistadas, dizem respeito à recorrência do padrão de comportamento violento vivido desde a relação com os pais e/ou mães que por vezes são os primeiros agressores(as) até posteriormente serem revitimizadas por seus maridos e filhos. As participantes Francisca, Joice e Rosa fazem referência às situações de violência revividas na relação com os companheiros. Rosa ainda destaca que o ex-companheiro também relatou ter presenciado tais situações durante a infância, mas que acabava por reproduzi-las.

Ele me perseguia em todos os lugares, ele me batia, me ameaçava. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Me separei porque meu ex-marido também era alcoólatra e me revoltei com aquela situação (...) Quando ele bebia ficava violento e repetia a mesma situação de violência que ele tinha visto a mãe dele viver, ele sempre dizia assim que ele nunca ia fazer a mesma coisa, só que ele fazia. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

O José (ex-marido) não gosta de negro né, hoje eu sei, ele continua, mesmo doente, ele continua dizendo “a negra não trouxe meu dinheiro, a negra fulana” ele não me chama por nome, ele acha que eu sou propriedade dele e eu não sou propriedade dele, só que eu não posso discutir com uma pessoa que é considerada louca, aí eu vou ser mais louca do que ele, então pra ver meus filhos eu sou obrigada a ficar quieta. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Utilizando-se da fala de Francisca, uma mulher negra, é preciso ressaltar como bem coloca Raquel Silveira (2013) que quando se discute a violência de gênero contra as mulheres é necessário levar em consideração a existência de outros fatores sociais que vão produzir maior ou menor vulnerabilidade. Ainda que as situações de violência estejam presentes em todos os estratos sociais, a experiência de ser uma mulher negra que é atravessada pelo racismo como no caso de Francisca, ou ainda não possuir renda individual, que também é uma situação vivida por ela, são fatos que não podem ser invisibilizados quando se pensa na complexidade de elementos que entram em jogo na hora em que uma mulher tenta sair de uma situação de opressão e de violência.

Francisca, já separada, segue sendo silenciada pelo ex-companheiro, condição para conviver com os(as) filhos(as). Filhos estes que também contribuem financeiramente com Francisca. Filhos(as) que não possuem a mesma raça\cor que ela, fazendo-a afirmar que somente a primeira filha, de outro relacionamento, é negra como ela: “Eu e a minha filha, as duas pretas da família, precisamos nos dar as mãos”. Gênero, classe e raça estão envolvidos

neste campo de possibilidades que Francisca se encontra ao enfrentar cotidianamente às ofensas deste ex-companheiro branco.

O papel de cuidadora colocado às mulheres, pesa na medida em que precisam muitas vezes deixar suas casas para recompor uma nova vida. Francisca, mesmo vivendo outro relacionamento há mais de 10 anos, em alguns momentos relata “ainda ajudar este ex-companheiro” em algumas circunstâncias, como por exemplo, todos os meses ir ao banco retirar o pagamento da aposentadoria dele e comprar medicações e alimentos que ele faz uso. Situações que explicitam essa “responsabilidade” de cuidar que o gênero feminino é atrelado, e que dificulta a saída das situações de violência, ou às condicionam obrigatoriamente ao casamento e ao cuidado materno.

5.1.2 A GRAVIDEZ ANTES/FORA DO CASAMENTO: “foi um auê na história, foi um dos piores momentos”.

A citação acima elenca situações que Ana, Joice, Francisca e Marisa carregam em suas trajetórias de vida, momentos considerados muito difíceis, o fato de terem engravidado antes ou fora do casamento. Elas comentam sobre o receio de contar à família, a falta de informação, o desejo de abortar, a vergonha vivida por não responderem às regras “que a tradição manda”.

Perdi minha virgindade eu tinha 26 anos de idade e foi um auê na história, foi um dos momentos piores. Eu fiquei sabendo que eu estava grávida, daí eu fiquei apavorada, como contar? Queriam que eu casasse de véu e grinalda, aquela coisa, festa, aquele auê todo, e eu disse que não, não vou casar, eu tenho esse pensamento, não é porque a pessoa tá grávida que ela é obrigada a casar se ela não tem aquele sentimento sabe, só porque vai ter um filho... Mas na época foi horrível, meu deus, foi. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

A situação relatada por Marisa e a seguir por outras três mulheres evocam a discussão sobre as relações de poder entre homens e mulheres que implicam na manutenção dos valores machistas. Valores estes que preveem às mulheres, ao mesmo tempo, o destino marcado pela gestação e criação dos filhos, mas a precária informação sobre a sexualidade e contracepção por parte da família e a condicionalidade do casamento para a iniciação sexual.

Com 16 anos eu estava casada e grávida. Casei grávida, com três meses de gravidez, o que foi um absurdo, a minha família ficou furiosa, a minha mãe enlouqueceu. Tanto que eu engravidei porque eu nunca tinha tomado pílula, eu nunca tinha tomado nada, eu não tinha muito conhecimento, do que podia e não podia, **achei horrroso o tal de sexo**, mas daí pensamos (Ana e o atual marido): “ta vamos tirar, ta como é que se tira? A sei lá acho que vai no médico, mas se a gente vai no médico e dizer que quer tirar vão mandar prender a gente”. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S, R.F 5S.

Foi a minha decepção, porque a minha irmã casou, minha irmã noivou, sabe essas coisas assim, tudo que a tradição manda. Eu engravidei aos 18 anos, não tem noção aquele monte de homem falando nos meus ouvidos, aí minha mãe queria tirar né, porque a vergonha é muita lá, aí ela queria que eu tirasse, mas não tinha remédio, porque era chá, a gente tomava chá, mas então meu útero é muito forte não dava nem dor de barriga, nunca deu, **eu sempre tomei chá do meus filhos**, sempre, porque eu ficava desesperada. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Eu comecei a namorar e logo em seguida eu fui morar na casa dos pais desse... Deste rapaz, mas eu não tinha entendimento, porque como eu não tinha ninguém que eu pudesse conversar, não tinha mãe, minha vó muito pouco falava de assuntos de relacionamentos e logo em seguida que fui morar com ele, eu fui em julho, em novembro já fiquei grávida. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

No que diz respeito à gravidez na adolescência Verônica Pinheiro (2000) observa que é imprescindível considerar as diferenças vividas nessa situação a partir da situação econômica da jovem. Para a autora entre as classes economicamente mais favorecidas, a valorização acadêmica e profissional tem destaque, devendo a maternidade e a constituição familiar ser adiada para que a inserção no mercado de trabalho e autonomia financeira seja priorizada.

Já entre as classes populares, de acordo com a Pesquisa GRAVAD (estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil, 2002) as fontes de gratificação e reconhecimento podem se ligar ao desempenho dos lugares de esposa e mãe. Neste caso, o conflito vivido aparece em decorrência de não cumprirem o papel de esposa antes do papel de mãe, a vigilância estrita exercida sobre suas vidas afetivo-sexuais, sobretudo pelos homens, e em função do silenciamento sobre assuntos relativos à sexualidade. (HEILBORN et al. 2002) Assim, seguir com a gestação pode resultar do insucesso de práticas populares de abortamento, como Ana e Francisca citam, a imposição de um desejo, ou a concretização do curso esperado dos fatos.¹⁸

Os relatos acima trazidos são de mulheres que pertencem ou pertenciam na época do fato aos estratos mais pobres da sociedade. Ao contar suas histórias, elas trouxeram estas situações como parte de lembranças que geraram conflitos pessoais, sofrimento e tensão. Em contraponto com as falas de Ana, Francisca, Joice e Marisa, a gestação foi referida por Eva, Glória, Lurdes, Rosa e Tereza como um fato posterior ao casamento, ocorrido conforme o “curso esperado dos fatos”. Apesar das dificuldades financeiras vividas por Lurdes e Rosa ao terem que criar os filhos sozinhas após a separação, o momento da gravidez *no* casamento não foi alvo de vergonha, medo e opressão. Pode-se entender essa diferença em virtude da

¹⁸ A temática da gravidez na adolescência abrange outros tantos elementos que neste momento não serão contemplados neste estudo. Embora a amplitude deste tema seja relevante para pensar as interseccionalidades, poderá ser aprofundada posteriormente.

gravidez ser esperada no destino de gênero das mulheres. Portanto, não desafiando a norma das relações de gênero institucionalizadas numa sociedade sexista.

A questão do desejo da gravidez é um ponto a ser tensionado. Justamente por se tratar de algo que não necessariamente parte de uma vontade, mas de imposições sociais colocadas à mulher, por considerá-la naturalmente cuidadora/procriadora. O que reitera o sofrimento daquelas que não cumprem este papel, ou ainda o cumprem sem a condicionalidade de esposa, que legitimaria essas relações de poder, como é o caso da Marisa que foi “mãe solteira” e sofreu por não aceitar se casar.

5.1.3 “FUI CRIADA NUM MUNDO MACHISTA”

Ana, Francisca, Glória, Joice, Lurdes, Rosa e Tereza, em suas narrativas, trazem elementos que elas reconhecem como parte de uma criação machista. A relação com o trabalho, o cuidado compulsório dos filhos e filhas, a responsabilidade pelos afazeres domésticos, práticas impostas ao lugar de ser mulher e que por vezes às provocam questionamentos. É inegável também a presença da força da heterossexualidade compulsória como atravessamento da realidade dessas mulheres da paz.

A mãe sempre foi bem carinhosa, sempre foi aquela de cuidar da casa, fazer comida, fazer pão caseiro, nunca foi assim de incentivar, tipo **mulher não precisava estudar, porque tu vai limpar bunda de criança**, era o ditado que ela dizia, o teu irmão pode estudar. Esse negócio de eu ser criada e viver até hoje, muito machista, mulher não pode, mulher não pode ter amigo, mulher não pode sair, mulher que se arruma e sai é porque ela quer aprontar, a mulher que trabalha fora é porque ela quer ter amante, a minha família sempre foi muito assim. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Tu foi criada pra isso, queira ou não queira, tu tem que cozinhar, tem que arrumar filho, tem que deixar o filho lindo, tem que arrumar roupa de marido, tem que passar, então é assim, mas não! Na minha cabeça não é, e eu sempre fui diferente das minhas irmãs sabe, minha cabeça sempre foi diferente, minhas irmãs tinham medo né, como eu nunca apanhei, nesse ponto ai eu abro mão do meu pai, ou ele não me dava porque eu era doente (epilepsia), e eu não respondia também, minha irmã respondia e apanhava, mas meu pai dava muito nela, dava de patada, então essas coisa assim, coisa que tu te lembra e dói em ti, de ver teus irmãos apanharem e não poder fazer nada. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

O meu pai, as primeiras filhas ele aceitou numa boa, mas depois que ele viu que não nasceu homem, que ele queria homem, eu e as minhas irmãs sempre fomos muito rejeitadas, sempre maltratadas. Não tinha aquele carinho de pai, a mãe dava carinho, só que como tinha sempre um filho fora e outro dentro barriga, não tinha tempo, ela não era assim de bater, era de conversar, dar conselho, ela foi muito guerreira, acho que eu peguei um pouco dela, ela sofria uma agressão e dali um pouquinho botava uma maquiagem na cara e tá tudo bem. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Heleith Saffioti (2005) reforça que o sistema patriarcal de dominação masculina está enraizado no mais arcaico das relações humanas, estando inscrito nas práticas cotidianas de nossas vidas e, por esta razão, se torna tão difícil sua desconstrução. Ainda que as discussões mais contemporâneas de gênero, coloquem em questão a perspectiva do patriarcado, no Brasil, ainda esta abordagem carrega um potencial a ser considerado.

Ser mulher na sociedade brasileira é estar diante de desafios que ainda estão longe de serem solucionados. Muitas opressões atravessam gerações e permanecem como roteiro de muitas histórias de vida. Falas como “limpar bunda de criança”, “ter que cozinhar”, “sofrer agressão e fingir que está tudo bem”, indicam enunciados ainda presentes no cotidiano, marcando um caminho longo, que carece de reflexão, debates e mudanças.

Eu tinha 14 anos, minha vó fez a proposta de eu ir pra casa dela, ela me tirou daquela casa de família e fui pra casa dela só que a minha vó começou a investir no meu relacionamento, dizer que ele era um rapaz bom, que eu tinha que ter um namorado enfim... Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Eu tinha certa rebeldia pra minha época, tinha gente que tinha todos aqueles tabus de que a moça tem que sair com o namorado com alguém do lado, de que não podiam ficar sozinhos, eu não aceitava aquilo, eu dizia assim: “eu vou me casar que daí me livro disso”, porque eu queria ter a minha vida, mas aí eu já entrei numa errada, me casei com 18 anos, fiz tudo bonitinho e direitinho. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Desde os 15 anos o meu pai falou bem assim: que se eu deixasse de estudar então que fosse para trabalhar que ele não queria jamais uma filha batendo perna na rua, porque eu fui criada muito rígida né, foi assim até eu casar. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

As entrevistadas pontuam muitos exemplos que atravessaram sua criação, principalmente por parte da família. Foram elencadas as relações de poder entre homens e mulheres marcadas por posições sociais pouco reversíveis gerando desigualdades econômicas e sociais, como o exemplo do trabalho escondido, a relação da mulher com o espaço público que era “vista com maus olhos”, voltando-a aos afazeres domésticos em suas casas, ou em casas de família. Ou no caso de Tereza, que na época já pertencia à classe média, onde o trabalho no comércio era uma possibilidade comparada a “ficar batendo perna na rua”. A preocupação com o casamento ao precisar corresponder com as imposições de uma sociedade que atrelava de modo naturalizado o ser mulher ao ser esposa e depois ser mãe.

Minha mãe se preocupava com todo mundo, ela estava fazendo comida e já pensando na minha madrinha que precisava levar a comida para as crianças, ela estava ali correndo, muitas vezes nem podia cuidar dela, ela estava trabalhando e pensando em nós, preocupada que faltasse algo pra nós. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Minha mãe trabalhava, mas no início ela trabalhava escondida porque meu pai não deixava, por causa dessas coisas que os homens não deixavam a mulher trabalhar, porque quem trabalhava não era direita, era vagabunda, existia muito isso na época, ainda existe um pouco agora, mas as pessoas não dão bola e antigamente não era

tanto assim, eu me lembro na época que a minha mãe saia escondida pra trabalhar. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

O trabalho escondido aparece como resistência ao mesmo tempo em que nos questiona: quem precisa trabalhar? O direito ao trabalho e a necessidade de trabalhar também se imbricam ao pensar nas questões de gênero e suas interseccionalidades. No caso da mãe de Rosa era preciso trabalhar para conseguir sair daquela relação violenta e sustentar os/as filhos/as, assim como a mãe de Lurdes que por anos precisou trabalhar em uma casa de família, enquanto as filhas moravam em uma escola interna. Já para Tereza o trabalho não aparece como única fonte de renda, podendo contar com o apoio financeiro do pai.

Para Judith Butler (2003), nada do gênero é natural, ou seja, o masculino e o feminino só existem como repetição de atos de vestimenta, práticas e expressões corporais que são aprendidas e repetidas no cotidiano, como bem demonstram os relatos das mulheres da paz que elucidam como exemplo, comportamentos dos seus pais e mães. A autora ainda destaca que não existe uma essência de gênero, uma natureza do gênero. A ideia de que existe algo essencialmente masculino ou feminino é produto desta reiteração permanente. São repetições que reiteram normas, regulando os corpos e criando uma ideia de natureza/substância. De acordo com Michel Foucault (1994), os saberes sobre sexualidade foram construídos ao longo da história e legitimados pelos discursos como da Medicina, da Biologia, do Direito, da Economia, da Linguística, etc. Estes saberes se relacionam diretamente às relações de poder, naturalizando alguns comportamentos em detrimento de outros.

Para a compreensão das relações de poder, é preciso pontuar os regimes de verdade. Segundo Foucault (1995), cada sociedade possui seus próprios regimes de verdade, sendo assim, cada sociedade acolhe uma rede de discursos como verdadeiros ou não, a partir das regras de legitimação da verdade, estabelecidas em cada contexto específico. Esses discursos, por sua vez, não estão isentos de interesses políticos e/ou econômicos, pois essas são forças que esquadriham as posições nas relações de poder.

As relações de poder para Michel Foucault (1994) são constitutivas de nossas existências e, desde que vividas entre sujeitos "livres", elas sempre vão ser tensionadas pelas capacidades estratégicas de reversão internas às distintas formas de dominação. Ele fala do extremismo da liberdade e de quanto o poder também é produtivo, pois assim como produz assujeitamento, também produz a necessidade de lutar e criar estratégias para dinamizar o jogo de forças que as opressões impõem. Quando a possibilidade de resistência é inexistente ou muito pequena, Foucault não chamará de relações de poder, mas sim de coação/estados fixos de dominação.

Desse modo, a possibilidade de trazer a ética para o campo das relações cotidianas que marcam a microfísica do poder, pode nos servir como prática reflexiva de liberdade e, desta forma, modificar os jogos de poder para que obedeçam as relações de forças mais equânimes. (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014). Esses dois conceitos-chaves da obra de Foucault, poder-resistência e regimes/jogos de verdade são fundamentais para a análise dos modos de dominação que demarcam posições distintas para homens e mulheres em nossa sociedade.

Perceber-se “criada num mundo machista” é dizer-se imersa num processo de reflexão, dar-se conta de que durante a juventude era “diferente das irmãs” ou que “era rebelde para época” pode nos indicar elementos que dialogam com as possibilidades de resistência. Neste sentido, no decorrer das histórias de vida aqui narradas, o Projeto Mulheres da Paz se torna uma porta de entrada para a problematização destas relações de saber-poder constitutivas da nossa sociedade.

Neste caminho, as “motivações” que levaram estas mulheres da paz a participarem deste programa são evidenciadas. Dentre elas, a busca por “munições” que puderam servir como “práticas reflexivas de liberdade”, instrumentalizando o enfrentamento às guerras (ou os jogos de poder) que Mia Couto (2012, p. 135) poeticamente faz referência:

Eu falava da Paz? Qual Paz?

- Talvez para eles, os homens – disse. – Porque nós, mulheres, todas as manhãs continuamos a despertar para uma antiga e infundável guerra.

Hanifa Assulua não tinha dúvidas sobre a condição das mulheres de Kulumani. Acordávamos de madrugada como sonolentos soldados e atravessávamos o dia como se a Vida fosse nossa inimiga. Regressávamos de noite sem que nada nem ninguém nos confortasse das batalhas que enfrentávamos. Esse rosário de reclamações a mãe desfiou de um só fôlego, como se fosse algo que havia muito queria dizer.

- Por isso, minha filha: deixe lá na Missão essa conversa de Paz. Durante este tempo, você viveu lá, nós tivemos que sobreviver aqui.

5.2 O ENCONTRO COM O PROJETO MULHERES DA PAZ

Perguntei às entrevistadas como estavam suas vidas no momento em que ficaram sabendo do Projeto Mulheres da Paz, e o que buscavam com sua participação neste programa. Todas relataram estarem passando por um período difícil ou se sentirem incomodadas com alguma situação. Desse modo, delimiti três eixos para discutir esses momentos: a busca por conteúdos e informações que pudesse auxiliá-las no enfrentamento de práticas sexistas no seu dia a dia, a procura por um espaço que disponibilizasse uma acolhida de alguma situação de

sofrimento e o encontro com um serviço que compunha uma rede intersetorial de políticas públicas voltadas para o enfrentamento às violências contra as mulheres.

5.2.1 “EU QUERIA ME MUNIR”

A gente brigava mais seguido por causa disso, até uma reportagem que tava dando, mexeram com a guria e tal, ou estupraram, eles diziam: “garanto que tava andando seminua”, sabe, meus filhos falavam isso, eu ficava indignada, se ela tava andando o direito é dela, a roupa é dela né, não é porque ela ta pedindo, e aquilo ali ia me irritando e a gente acabava brigando por coisas bobas assim, bobas de certo modo, por que não tem nada de bobo ai né, e daí eu ficava indignada, eu dizia: não! Não é isso! Só que eu não tinha argumentos, daí eu pensei: **assim eu vou aprender e vou poder me munir, vou poder bater de frente com eles**, vou dizer é isso, isso, isso.
Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Ana ressalta a necessidade de buscar argumentos para conseguir se colocar diante das afirmações machistas do marido e dos filhos. Explicitar que “o direito é da mulher de andar com a roupa que quiser” não era suficiente para que sua opinião fosse considerada por eles. Era preciso mais, talvez pela via da legitimidade das leis e da ciência, como apareceu na fala de Ana, que utilizou a Lei Maria da Penha para “bater de frente” com seu marido, conseguindo colocar em questão as práticas sexuais que mantinha com ele.

Na televisão tu só vê falar em violência (se referindo às violências contra as mulheres), quando eu ouvia aquelas histórias eu tinha vontade de fazer alguma coisa, quando me convidaram, eu me interessei na hora assim. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Quando eu fui pro ensino médio, eu comecei a ver coisas que eu achava muito errado, eu já via gurias da minha idade assim dizendo que estavam apanhando do namorado, e eu tipo, “como assim tu tá apanhando do teu namorado cara?!” Eu fui percebendo que a violência sempre esteve presente, só que eu era muito ingênua e eu não via, esse foi um motivo pelo qual eu me interessei, quando chegou o convite, à princípio o convite era só pra minha mãe né, ai eu fiquei super interessada e eu queria saber se eu podia fazer também, porque poxa, é um assunto muito interessante, tu trazer pros jovens assim essa questão da violência. Porque ela não é uma coisa que só tá entre adultos ela tá nas crianças ela tá em todas as faixas de idade. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

O desejo de apropriar-se da discussão sobre violência contra as mulheres também se fez presente na fala de Camila. Conviver com essas situações na escola, dando-se conta que este problema “sempre esteve presente” fez com que ela se interessasse pelo Projeto Mulheres da Paz. O marcador de geração\idade também foi um elemento trazido por ela, por reconhecer que este fenômeno da violência contra as mulheres perpassa todas as faixas de idade, e que ela

já “via gurias da idade dela” enfrentar essas situações, fazendo-se necessário abordar tal temática com as juventudes. Outro ponto que emergiu no seu relato, foi a fato do convite para participar do programa ter sido direcionado para sua mãe num primeiro momento, o que pode dizer do perfil das mulheres da paz, que na sua maioria possui mais 45 anos, bem como planejam suas ações voltadas também para esta faixa etária, não possuindo necessariamente um diálogo mais próximo com as(os) jovens apesar da proposta inicial do programa por meio da compreensão das “Mães da Paz”.

Ao discutir sobre as possibilidades de questionar as relações de gênero, que corresponde à procura por “munições” que Ana e Camila salientam, destaco a autora Teresa de Lauretis (1994) que reflete sobre as vias de deslocamento subjetivo das formas tradicionais das tecnologias de gênero. Esta autora reconhece que esse processo não é uma eleição pessoal, fruto de uma vontade consciente de mudança, já que deslocar-se das relações de gênero em que se foi subjetivada é uma transformação atravessada por sofrimento. Ela reforça que a apropriação de uma discussão teórica demanda estar ciente de nossas implicações, justamente por se tratar de “uma teoria na carne”.

Neste ponto, lembro dos primeiros encontros da etapa de capacitação das mulheres, onde a equipe fazia destaque ao ambiente “tenso, polêmico e sofrido” que esse processo de aprendizado e reflexão aconteceria. Seguidamente era retomado nos grupos que as temáticas abordadas “mexeriam com as emoções”. Discussões calorosas, divergentes e que criavam mais dúvidas do que aparentes soluções se relacionavam com a “teoria na carne”. A análise de implicação da equipe era permeada pelo “cansaço” do árduo compromisso de tentar “desconstruir” discursos enrijecidos de posicionamentos sexistas.

Deste modo, podemos concordar com as colocações de Lauretis ao dizer que este é um processo cognitivo emocional de alto risco, uma vez que significa: “deixar ou renunciar ao lugar que é seguro, quer dizer, ao ‘lar’, físico, emocional, linguístico e epistemologicamente, por outro lugar que é desconhecido, arriscado, que não é só outro emocionalmente senão conceitualmente, por um lugar do discurso desde o qual o falar e o pensar são arriscados, inseguros e não estão garantidos” (LAURETIS, 1994, p. 15).

5.2.2 “CHEGUEI COM O CORAÇÃO PARTIDO”

Eu estava péssima, eu não tinha conhecimento de nada, eu só sabia ler, lavar, passar roupa e mais nada. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

De vez em quando me dá aquela depressão né, a depressãozinha, quando eu vejo que eu to com depressão. Eu tenho que sair, eu tenho que ir ver, eu não posso ficar dentro de casa. Eu tava depressiva. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Eu tinha sofrido uma perda na minha família e eu tava assim, sofrendo muito daí eu pensei assim, daí eu esqueço, porque eu tinha perdido uma prima minha que ela era mais do que prima, **era como se eu tivesse perdido uma filha**. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

No cotidiano do trabalho junto às mulheres da paz, e também no percurso da pesquisa, muitas das razões pelas quais elas se inseriram no projeto vieram à tona carregadas de sofrimento. Os relatos que indicam estarem “depressivas” não são poucos e com isso os meios que buscaram sanar os sofrimentos também foram vários.

Eu sempre estava com problemas de saúde, deprimida, daí até consultei tomava antidepressivo e tudo... Porque eu já tava toda assim, pra baixo e o projeto por ser onde eu moro também, daí me chamou a atenção né. Eu cheguei com o coração partido no meio. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

“Sair de casa”, como coloca Francisca, “se envolver em alguma atividade para esquecer” de acordo com Glória, “tomar antidepressivos” citou Marisa que acabava de vivenciar o término de um relacionamento. Foram elementos que correspondem às portas de saída para uma possibilidade de melhora no que se refere à saúde mental.

Vim morar aqui no Guajuviras, onde perto da minha casa eles lançaram o território de paz e daí fui ver de curiosa, ver o que estava acontecendo né, daí quando eles explicaram o projeto **eu me interessei, porque recém meu filho tinha sido preso e eu estava visitando ele no presídio, comecei a notar a discriminação**, que pelo meu filho ter feito coisa errada eu não tinha culpa, e tratam a gente assim parece que tem culpa também do que aconteceu. Isso daí foi que eu me interessei pelo Projeto Mulheres da Paz. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

Olha eu já tinha vendido a padaria fazia uns 5 meses, aí meu genro disse pra mim “tu não vai te sentir bem em ficar só dentro de casa quem sabe tu vai ver esse projeto”, aí ele me deu o endereço, aí eu convidei a Denise e nós viemos. **A gente pra fugir um pouco do sufoco de dentro de casa a gente acabou vindo. Cada qual reclamava né do seu marido mais mandão, metido, aí nós viemos**. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Nas falas de Eva, Glória, Marisa, Rosa e Tereza elementos como: “estar cansada de lavar e cozinhar”, “querer ajudar o filho”, “reconstruir o coração partido por uma separação”, “fugir do marido mandão” nos incitam a problematizar que o sofrimento das mulheres está relacionado às construções sociais e históricas, que produzem o gênero masculino e feminino, e que desafia o campo da saúde mental que por meio de suas práticas hegemônicas centradas nos discursos biomédicos tendem a não considerar as diferenças de gênero (ARAÚJO, 2014)

Penso que seja importante citar essa questão, pois os problemas de saúde mental enfrentados pelas mulheres da paz também se relacionam com o envolvimento delas com este

programa social. Elas parecem buscar estratégias para “sentirem-se bem”, e uma dessas estratégias foi participar de um projeto social que aponta as desigualdades de gênero como parte dos atravessamentos que as fazem “ter baixa autoestima”, por exemplo. Uma discussão que se amplia, nos remetendo à intersectorialidade da temática das relações de gênero e saúde mental das mulheres.

Para a Organização Mundial da Saúde (2010) as desigualdades sociais entre homens e mulheres são determinantes dos problemas de saúde mental da população feminina, principalmente quando nos referirmos à depressão. Atrelada à questão de gênero está também a classe, a raça e a geração, que vão trazer para o debate outros aspectos como, por exemplo, o tipo e a carga horária de trabalho, a discriminação social, racial, a violência doméstica, a violência sexual, a escolaridade, a situação conjugal, outros problemas de saúde, menopausa, a responsabilidade pelo cuidado e manutenção da família, entre muitos outros exemplos que fazem parte da vida das mulheres.

Abaixo faço uma citação de um texto que foi trabalhado nos encontros de capacitação com as mulheres da paz. Por meio dessa história da “Maria”, se conta a história da realidade de muitas mulheres, que não só na rede de saúde pública se fazem presentes com tais queixas, mas desbravam por outros cantos e serviços, possibilidades de escuta, atenção, cuidado, informação e ferramentas para reconstruir suas histórias. Histórias que tantas vezes são condensadas ao diagnóstico de “depressão”, desconsiderando as construções sociais do gênero e suas interseccionalidades.

Vamos acompanhar a trajetória de uma mulher que vamos chamar “Maria com vergonha de ser mulher” no serviço de saúde à procura de alívio para seu sofrimento. Ela tem em geral de 30 a 45 anos de idade, mas com aparência de muito mais, que não consegue mais trabalhar fora, mas em casa a jornada continua a mesma. E, quando chega à médica de loucos, já passou por vários especialistas: neurologista, ginecologista, cardiologista... As suas queixas são vagas: dor de cabeça, irritabilidade com as crianças, histeria, desinteresse pela vida, desinteresse por seus afazeres, sensação de vazio na cabeça, dormência no coração, sem prazer nas relações sexuais, choro “sem motivo”, palpitações, entre outras. Más já tem rótulo: é só nervos! Mas não tem solução. O único jeito é tomar uns medicamentos, receitados por aqueles que não sabem o que fazer com suas queixas e lembram que as mulheres são as que mais consomem medicamentos. Nas consultas seguintes, refazemos com “Maria com vergonha de ser mulher”, um caminho de desconhecimento e silêncio sobre seu corpo e de submissão ao que se convencionou ser mulher. Mas ela sente um desconforto, um mal-estar com este papel, essa situação que não consegue expressar em palavras, que lhe foram cassadas ao longo do tempo, só através de sintomas físicos ou emocionais que os profissionais de saúde, em geral, não aprenderam a decifrar e que tentam abafar com a medicação. Tentamos então, ajudar a “Maria com vergonha de ser mulher” a recuperar sua voz, sua autoestima, abrir a caixa de Pandora e entender seu silêncio. Ao abrir esta caixa, percebe-se que: a) ainda menina foi molestada sexualmente por um adulto em quem confiara e que a usou seja por ameaça ou porque não acreditaram nela; b) vendo sua mãe apanhar todo o dia do pai, pensou que era natural; c) ao se tornar mãe ainda adolescente, perambulou sozinha pelos hospitais atrás de uma vaga, porque afinal ela não se cuidou, porque ser mãe é padecer no paraíso; d) na 20ª vez que não se cuidou apareceu o parceiro e exigiu que abortasse, mas como é proibido, deu um jeito

sozinha e foi parar na emergência do hospital, onde a deixaram sangrar quase até morrer porque tinha cometido um crime; e) aos 35 anos de idade começou a se sentir meio esquisita antes de menstruar, estava com TPM; f) aos 37 anos, como sangrava demais, tiraram seu útero e limpavam tudo, afinal, já tinha quatro filhos. Ela queria tratar e conservar seu útero, sua mãe menstruou até os 52 anos, mas mais uma cruz calou e submeteu-se e pensou “que bom que tenho um calmante senão enlouqueço”. Mas tudo veio à tona quando sua filha de 14 anos falou (porque ela ainda tinha voz) que o padrasto alcoolizado tentara molestá-la sexualmente. Dona Maria, achou que era hora de resgatar sua voz na voz da filha. Não podia ser conivente com o silêncio com o que tinha acontecido. Precisava resgatar sua autoestima e tornar-se “Maria sem vergonha de ser mulher”.

Embora o Projeto Mulheres da Paz possa surgir como uma porta de entrada de “Marias com vergonha de ser mulher” que buscam “munir-se” ou “sair da depressão”, muitas participantes não dão continuidade à capacitação. Podemos relacionar esse fato com o que Teresa Lauretis (1994) discute sobre os desafios que envolvem o processo de “dar-se conta” das relações de poder que estamos envoltas. Algumas participantes, inclusive, relatam que o motivo pelo qual estão saindo do Projeto Mulheres da Paz está relacionado à reprovação do marido com esta atividade, que acabam “proibindo” sua ida aos encontros ou “reclamando” que elas precisam fazer outras coisas **em casa**.

Nestas situações, a equipe procurou por meio de espaços individuais com a participante problematizar o que estava acontecendo neste sentido, dispondo de momentos de escuta, reflexão e diálogo. Às vezes a mulher da paz conseguia lançar mão de estratégias para seguir frequentando os encontros, seja mentindo para o marido, enfrentando-o ou por meio de combinações. Um exemplo é a preocupação com o horário da capacitação, que por vezes interferia na rotina dos afazeres domésticos, como preparar o jantar e/o almoço. Neste ponto, a frustração, a raiva, a tristeza da equipe (e eu enquanto parte desta equipe e mulher, e solteira, e branca, e sem filhos, e de classe média, e jovem e remunerada) entram em conflito com a impotência, que nos faz acatar a reorganização dos horários conforme as solicitações das mulheres, ainda que sejam para reproduzir as relações de poder dominantes, sendo este o custo “pago” para que elas conseguissem participar do programa.

Em muitos casos, os momentos de acolhimento e busca ativa não conseguiam dar conta de lidar com essas questões, não respondendo ao que a equipe esperava (que era a continuidade da participação da mulher da paz na capacitação). Esbarrando-se em limites que dizem respeito às relações de poder constitutivas da nossa sociedade. Restava a nós, por vezes, repensar as metodologias de trabalho, colocar o serviço à disposição quando houvesse necessidade de acessá-lo e seguir acompanhando indiretamente por meio de outras mulheres da paz que eram vizinhas, amigas e/ou parentes que nos traziam notícias de como a participante estava.

Aqui faço destaque, uma vez mais, à importância da aproximação com o conceito de interseccionalidade que nos auxiliou a pensar nessas metodologias de trabalho. Essa compreensão nos auxiliou tanto na percepção dos processos de subjetivação das participantes como contribuiu para que reconhecêssemos nossos limites enquanto trabalhadoras.

5.2.3 – UMA PORTA DA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Eu disse pra ele: “eu não quero mais esse relacionamento”, ele olhou pra mim e disse “então se tu não quer mais, um de nós vai morrer”. Ele ficou sete meses me perseguindo, até que um dia ele invadiu minha casa, eu fiquei três dias refém com ele, fiquei 69 horas em cárcere privado, os meus filhos também, nesses dias fui estuprada 18 vezes, ele me bateu, ele todo o momento dizia que ia me matar, até o fim disso tudo, depois das negociações e que eu fui liberada, como eu ia enfrentar a sociedade? Eu tinha vergonha de sair na rua, fiquei vários meses assim. Eu não conseguia andar pra frente, eu só conseguia pegar o ônibus que desce assim, eu não conseguia passar na frente da casa dos meus vizinhos, eu fazia toda uma volta, e aí após isso chegou um dia que eu nas minhas leituras, eu achei um papel referente ao Projeto Mulheres da Paz e daí eu disse “eu vou nesse espaço pra ver como que funciona” e daí eu vim nesse espaço e aí eu fui atendida e me deram um encaminhamento pro Centro de Referência da Mulher, e eu fui no Centro de Referência da Mulher e neste espaço eu comecei a frequentar as reuniões, eu comecei a me fortalecer, comecei já sair pra rua, comecei a encarar a vida, eu sempre fui muito de ler, tudo que tinha referente a violência contra mulher, eu leio até hoje muita coisa, e aí eu vi que tinha a seleção para o Projeto Mulheres da Paz e eu sempre pensei que eu tinha que participar, eu tenho que ir nesse espaço novamente, mas agora pra saber o que é o projeto em si né, e aí eu vim aqui, a seleção foi, eu estou aqui. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Joice relata uma situação que segundo ela “hoje consegue falar com naturalidade por estar mais fortalecida”, mas que representa momentos em que quase foi morta pelo ex-marido e junto com isso o isolamento e o medo de sair na rua. Para Raquel Silveira (2013) a procura por órgãos públicos é um movimento de resistência das mulheres, especialmente “vítimas”. Contudo, na maioria das vezes é um ato de coragem individual, nem sempre com respaldo das pessoas mais próximas. Joice chegou ao Projeto Mulheres da Paz no primeiro momento sozinha, e pôde se inserir numa rede especializada de serviços voltados para o enfrentamento às violências contra as mulheres. Ela morava próximo à sede do programa, e por meio de um panfleto recebido da escola da filha, ficou sabendo do espaço.

Neste caso, o Projeto Mulheres da Paz apareceu como parte de uma rede de serviços intersetoriais, que ao estar localizado no bairro e não do centro da cidade, onde fica o Centro de Referência da Mulher, por exemplo, serviu como porta de entrada para o primeiro acolhimento da situação. O caso de Joice pode também apontar a relação com as duas

questões trazidas anteriormente, o sofrimento e a busca por informações como elementos que integravam às demandas espontâneas que chegavam até o Projeto Mulheres da Paz.

Por fim, foi possível considerar o encontro com o programa como um marco considerável na vida das participantes entrevistadas. Ao considerar as questões abordadas no Capítulo 3 foi possível reconhecer que do “momento em que se inseriram no projeto social” até ao “momento em que se tornaram mulheres da paz atuantes” transformações que responderam “às motivações” foram relatadas. O gênero, enquanto fio condutor, lançou pistas que contribuíram para pensarmos sobre os processos de subjetivação das mulheres e sua relação com a inserção e envolvimento no Projeto Mulheres da Paz. Além disso, abriu caminhos que adentram aos outros marcadores sociais que contemplam este estudo.

6 “CADA DIA TU LEMBRA DA TUA COR”: Mulheres e relações raciais

Queira ou não, existe sempre uma diferença, a nossa cor infelizmente... Tu pode ser a maior advogada do mundo, mas a cor... Tu nasceu escrava, tu nasceu num mundo escravo, tu vê no olhar das pessoas, tu já sabe, cada dia tu te lembra da tua cor. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Início a discussão teórica sobre a questão racial partindo do trecho acima. Francisca traz em sua experiência de ser negra, elementos para pensarmos esse conceito de raça que carrega ainda a potência descritiva e analítica das relações sociais como nos coloca Lilia Schwarcz (2001). Embora este conceito já tenha sido desconstruído do ponto de vista biológico, Antônio Guimarães (2003) considera a categoria raça um conceito sociológico, que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social.

Nas palavras de Makota Valdina (2012) foi dito: “não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados!”. Nesse sentido, é fundamental inicialmente relacionar essa afirmação com a fala de Francisca. Uma mulher negra que não faz parte do movimento negro, e que por meio de sua colocação sobre “nascer escrava”, evidencia a linguagem ainda marcada pelo peso do mito da democracia racial, que concebe à população negra muitas dificuldades.

Na realidade brasileira vivenciamos um racismo particular, onde uma suposta garantia de universalidade das leis esconde a cara de um racismo, onde o jogo de discriminação é lançado ao terreno do privado (SCHWARCZ, 2001). Sueli Carneiro (2005), teórica negra, em seu texto “Enegrecer o feminismo”, sinaliza que em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão, além do sexismo, como as mulheres negras, continuaram no silêncio e na invisibilidade. Essa autora ressalta que esse silenciamento, diante de outras formas de opressão que transbordam ao sexismo, vem exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo. E o elemento determinante nessa alteração de perspectiva é o emergente movimento de mulheres negras sobre o ideário e a prática política feminista no Brasil. (CARNEIRO, 2005)

Outra autora feminista que contribui nesta direção é Heleieth Saffioti (2005), que alerta a importância de visibilizar as relações entre sexismo e racismo, afirmando que eles são “irmãos gêmeos”, constituindo um enovelado de complexidades. Contudo, foram as mulheres

negras que trouxeram à tona as especificidades vividas na carne das pessoas de cor, pois as vulnerabilidades de ser mulher, pobre e negra, por exemplo, implicam em arranjos diferentes nos modos de subjetivação.

A submissão vivida pelas mulheres negras até o início do século XX não pode ser equiparada às formas de opressão que afligiam as mulheres brancas da elite brasileira. De acordo com Bebel Nepomuceno (2012), os modos de subjetivação das mulheres negras carregam singularidades. O próprio lema fundante dos movimentos feministas de que “o privado é político”, é colocado em pauta, considerando que o espaço de atuação da mulher negra nunca foi exclusivamente “privado”, pois esse enclausuramento foi reservado “às bem-nascidas, uma vez que pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos”. (NEPOMUCENO 2012, p.387 apud SILVEIRA, 2013).

Em relação ao conceito de raça, faço a utilização dele na sua dimensão de marcador social. Segundo Kabenlegue Munanga, (2008), a raça atua fortemente nas relações de poder, seja na instauração de formas de dominação, seja nas lutas de resistência. Amparada nas discussões da analítica do poder de Michel Foucault, Sueli Carneiro (2001), propôs que o exercício do biopoder nas sociedades modernas configurou, além do dispositivo da sexualidade, o dispositivo da racialidade. A partir da dinâmica foucaultiana, essa autora compreende que no Brasil, o dispositivo da racialidade está inscrito nos regimes de verdade através das estratégias do segredo e do silêncio, amparando os exercícios do biopoder.

Francisca, em consonância com as colocações de Sueli Carneiro, lembra de situações em que o racismo não era verbalizado, mas que transbordava-se nas práticas silenciosas de discriminação. Ela traz como exemplo o fato de nunca “ter sido escolhida como rainha” em um concurso de beleza.

A discriminação foi assim: tu foi rainha, tu é branca, só que a Francisca preta não saía rainha, e pobre, isso tá na minha cabeça há muitos anos. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Sueli Carneiro (2005) destaca essa questão de que as mulheres negras pertencem a um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira, diz do modelo estético de mulher, que é representado pela mulher branca. (CARNEIRO, 2005). Além disso, Francisca coloca em discussão a questão da classe social como uma aliada à discriminação racial.

Outros silenciamentos e afirmações que ditam um racismo invisível aos olhos de quem é branca(o), efeitos da branquitude, são trazidos nos relatos das entrevistadas. Isso fica

explícito quando algumas dessas mulheres dizem não fazer diferença ser branca ou negra e que não vivenciam a discriminação em função dos privilégios de serem brancas. Faço destaque que tais apontamentos surgiram em virtude de eu ter perguntado sobre esta questão, tendo em vista que mantive um roteiro temático para que a interseccionalidade dos marcadores sociais pudesse ser contemplada, a questão era: “como você percebe as diferenças raciais no Projeto Mulheres da Paz?” Ainda que o foco fosse sobre a relação com o programa, as falas trouxeram exemplos permeados pelas suas histórias de vida.

Pra mim não tem diferença, eu sempre me dei com pessoas de cor entende, não tem diferença, só que assim ó, não sendo mais que os outros só que na minha família não se misturam tu entende, eu **não tenho nenhuma tia, não tenho nenhuma prima que é casada com uma pessoa de cor** entende, então sei eu, quer dizer que no fundo, no fundo são racistas né, não adianta eu dizer que não por que são né. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Eu não tenho problema com isso, acho que é normal isso, pelo menos eu não noto muito se as pessoas fazem essa diferença, eu não faço, mas não sei, não fico prestando muita atenção se as pessoas são racistas ou não são. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

Pra mim não faz diferença nenhuma, eu nunca fiz diferença com a cor da pele, **tanto que meu marido é quase negro, ele é moreno claro ele é quase um negro, meu filho é quase negro, meu filho é um moreno claro, um moreno lindo né**, vamos dizer assim, qual é a mãe que não acha seu filho bonito, eu não sinto diferença, não sei as outras colega mas eu, como eu nunca fiz diferença, pra mim não tem negro, não tem branco, eu tenho sobrinhas negras, **minha irmã já foi casada com um negro mesmo, eu tenho sobrinhas negras, eu tenho na minha família pessoas violentas, pessoas negras, pessoas brancas, pessoas de tudo quanto é tipo**. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Eu acho que pra mim todo mundo é igual, **eu não vejo a cor diferente do preto pro branco, só que o branco ele é mais cauteloso**, nem sempre, às vezes o branco também faz fora, mas, a pessoa, brasileiro nato mesmo, pessoa morena, não vou dizer preto, não pode se dizer mais preto né, a lei não permite, a gente não deve dizer mais cor negra, depende da pessoa entender né, se eu chegar na rua e dizer “aquele negrão”, tu és punida, tu pode ser processada. É preto, o certo é preto, mas muitas pessoas se ofendem com isso, **porém eu não me ofendo**. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

A partir dessas falas, é possível fazer uma articulação com apontamentos de Lélia Gonzalez em seu texto “Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira” (1984). A autora problematiza o enunciado de que no Brasil não temos diferenças raciais, e por meio de exemplos que correspondem às colocações feitas por pessoas brancas, provoca tensionamentos que expressam a permanência do racismo nas práticas cotidianas. Esses exemplos carregam conteúdos consonantes com as falas das entrevistadas.

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (GONZALEZ, 1984 p.226)

Não ter familiares negros, ter um filho “quase negro”, ter na família pessoas “de tudo quanto é jeito”, a ideia de um “brasileiro nato” e inclusive afirmar “não se ofender com a discriminação que eu não vivo”, como Eva disse: “eu não me ofendo”, são expressões que dialogam diretamente com as discussões de Oracy Nogueira (2006), em seu texto “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”. O autor fala sobre a noção de polidez, de educação, em não se falar de questões raciais na frente das pessoas de cor no Brasil. Há inclusive, no senso comum, como aparece nas falas acima, a negação de se usar a palavra negro/a, como se fosse uma ofensa. Surgindo com isso eufemismos como moreno/a.

Essa negação em nomear o corpo negro ampara-se nas análises teóricas de manutenção dos discursos do mito da democracia racial e do branqueamento, os quais seguem produzindo modos de subjetivação onde a raça negra é inferiorizada. Kabenlegue Munanga (2008, p. 16) defende que os movimentos negros têm lutado para “construção de uma sociedade plural e de identidades múltiplas”, em que não é “feio” nomear a cor negra. A palavra negro carrega em si a potência da história do movimento negro e das políticas públicas, onde se constituiu enquanto categoria política, somando pardos e pretos (BRASIL, 2007).

Uma situação que exemplifica também o mito da democracia racial, diz respeito ao contingente de mulheres ignoradas pelo sistema de saúde na sua especificidade que acaba por não realizar o registro da cor dos/as pacientes nos formulários da rede pública de saúde, informação que seria primordial para avaliarmos as condições de saúde das mulheres negras no Brasil. Existe uma determinação para o preenchimento da auto declaração de raça\cor nas políticas públicas, principalmente a partir da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2007), bem como no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra as mulheres (2008). Porém, sua não efetivação nas práticas é algo a se problematizar. Tereza faz destaque a este exemplo em sua fala.

Tinha coisas assim que eu não sabia, que a raça preta muitas vezes tinha essa distinção né, essa parte eu não sabia, que tinha diferença de atendimento médico, eu sempre achei que tudo era igual, isso ai me surpreendeu, que muitas vezes uma de cor ia marcar e não conseguia, uma branca ia e conseguia, isso pra mim é o fim do mundo. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Neste ponto Tereza faz referência a uma oficina que participou no Projeto Mulheres da Paz, em que se trabalhou a questão da saúde da população negra no Brasil. Nestes espaços buscava-se colocar em questão a ideia de que “somos todas iguais”, tentando romper com o silêncio que esta temática carrega por parte das mulheres brancas. Comumente a questão da diferença racial é um assunto que causa muitas dúvidas às mulheres da paz que em sua

maioria se auto declaram brancas. Muito se debate ainda sobre o entendimento delas de que falar das diferenças raciais é ser racista. Outro exemplo, é que elas discordavam ou não conheciam as políticas de cotas, nem a razão pela qual é preciso tensionar a auto declaração de raça/cor. Nestes momentos, mulheres do movimento negro são convidadas para integrar a coordenação das oficinas, sejam elas mulheres da paz ou profissionais que compõem demais serviços da rede que discutem esse assunto. Considerando que a maior parte da equipe é branca.

A experiência de ser uma “mulher negra” nos espaços dessas oficinas, fez com que essas discussões conseguissem ultrapassar o campo teórico, alcançando o entendimento por meio de exemplos práticos que produzem sentido para o que se está aprendendo. Além disso, as mulheres da paz negras parecem se sentir “autorizadas” para trazer exemplos pessoais, podendo contribuir com o espaço formativo a partir de seus lugares de fala/vida, conseguindo, por vezes, provocar as colegas brancas a repensarem algumas práticas racistas, ou ao menos, darem-se conta que as diferenças existem e produzem jeitos singulares de se viver, assim como produzem violações de direitos humanos e a necessidade de estratégias de resistência.

Ao abordar a questão da experiência de ser negra, destaca-se outra autora negra de importante representatividade na discussão sobre o feminismo negro, a norte-americana Patricia Hill Collins (1989). Esta autora se refere ao pensamento feminista negro como sendo o conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres que dispõem de uma perspectiva particular de visão de si, da comunidade e da sociedade, onde estão envoltas interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem, e não somente por mulheres reconhecidas no mundo acadêmico. Ela cita como exemplos as experiências diárias de mães professoras, líderes comunitárias, empregadas domésticas, militantes de movimentos sociais, etc. Neste quesito, a autora ressalta que existe uma tradição intelectual subjugada, quando se trata das produções teóricas de mulheres negras, pois ainda em função de critérios epistemológicos se negam as experiências como base legítima para a construção do conhecimento.

Neste sentido, como proposta desta análise interseccional por meio dos relatos das trajetórias de vida, uma gama de experiências foi contada pelas entrevistadas. Assinalo algumas colocações trazidas nas narrativas destas mulheres negras e que correspondem ao conjunto de experiências que o pensamento feminista negro elenca.

Vale pontuar que algumas dessas situações emergiram nos relatos sem que fosse perguntado sobre a questão racial, embora houvesse uma pergunta sobre discriminação, questionando se a mulher em algum momento da vida se sentiu discriminada. Neste ponto, a

discriminação racial apareceu rapidamente nas falas das mulheres negras. Já ao perguntar a mesma questão às mulheres brancas, outras situações foram mencionadas, delimitando a temática racial somente à pergunta específica sobre o assunto.

Quando pequena, porque eu sempre fui **bem morena** né, o meu **cabelo pixaim**, até em casa mesmo as brincadeiras eram: negrinha fica de fora “ah não, tu é preta e meus irmãos são claros”, “ah não né, tinha que ser, olha quem? A preta da família” Essas brincadeiras assim sempre tinha, no colégio também, “ah não, tu é preta, tu não brinca”. No colégio eu lembro que eu ficava fora das brincadeiras de roda porque eu era preta, tinha que vim a professora. (...) Uma vez eu fui trabalhar numa casa, trabalhei dois anos na casa, me dou com ela, ela me visita até hoje, um amor de pessoa, mas o filho no caso... Eu fui pra lá eu tinha 14 anos e ele tinha 13, era quase da mesma idade, e ele se indignou com aquilo de eu ter que cuidar dele, se eu cuidava de 3 crianças da casa, fazia comida, ele achava um desaforo, e daí ele chegou a falar uma vez num óculos, ele usava um óculos, um óculos grosso, um óculos caríssimo, e o óculos sumiu, ele não sabia aonde é que ele tinha posto, ele não enxergava nada sem óculos, daí chegou a falar que tinha sido a negrinha que tinha roubado, ele disse: **“foi essa negra que tu botou dentro de casa que roubou”**, daí a mãe dele enlouqueceu, deu um tapão nele e começou a procurar e achou o óculos, foi a cena mais horrível da minha vida (...) Sabe quando perguntam que cor tu é, branca, **“tá na certidão dela branca não que ela seja”**, essas brincadeiras. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Já sofri muito no colégio, ali na Igara também, na Igara é horrível. Eu gosto da Igara, eu aprendi a amar, tem pessoas e pessoas, **mas o negro ali não tem jeito. Porque o pobre e negro tem ali a sua diferença**, tu há de convir que tem, como eu digo pros meus filhos, se vocês não estudarem e serem alguém na vida... Vocês não vão ser ninguém, porque **o pobre negro não é nada, eles não dão valor, ninguém dá valor**. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Cada dia tu te lembra da tua cor sabe, talvez seja por isso que eu sempre namorei branco. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Todos os dias, **mulher negra e ainda velha, eu sofro todos os dias**, mas eu não tô nem aí, eu sei o que eu sou capaz. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Uma vez que eu até contei já na casa, faz muito tempo, isso foi lá no Zaffari, lá que eu entrei e daí um segurança não parava, eu ia pra um lado olhava o segurança, daí eu já tava fazendo de propósito né, uma hora eu parei e perguntei: “Por que você acha que eu vou roubar alguma coisa só por causa da minha cor?” Daí ele disse: “não senhora, capaz, é o nosso serviço, né”. Que nem outra loja no centro também aqui de Canoas que eu não gosto daquela loja, a tal de Sibrama, vai pra um lado as mulheres vão atrás de ti, daí eu já faço a mesma pergunta né, mas é o serviço delas, mas eu também estou no meu direito de perguntar o porquê né? Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Este conjunto de experiências remete ao preconceito que caracteriza o racismo brasileiro que, de acordo com Oracy Nogueira (2006), está ligado a características físicas que desde a infância produz a noção de inferioridade estética desse corpo, quase como um defeito físico, como cita Ana ao se referir ao seu “cabelo pixaim” e as brincadeiras, as chacotas, na escola e na família, que vão construindo autoimagens negativas. Ao mesmo tempo, a convivência com essa realidade social dúbia, em que o racismo é velado - pra nós, brancas, pois para as pessoas negras não é velado, como afirmam as mulheres desta pesquisa - dificulta que se reconheça a existência de um problema social, fazendo com que as discriminações

sejam sofridas de forma individual (SILVEIRA, 2013). Como cita Maria Aparecida Bento (2002 s/p) o silêncio acaba sendo o “fiel guardião dos privilégios”.

No Brasil, a cultura do branqueamento trouxe com ela a ideia de que, quanto mais branca for a pessoa, melhor e superior ela é. Ser branco, nesse contexto, passa a atribuir valor relevante na sociedade. Com isso, ao passar dos anos, vão se criando novas formas de manutenção desse pensamento, porém de modo subtendido, dificultando a revelação deste problema, com isso impossibilitando seu enfrentamento. (SHWARCZ, 2001; BENTO, 2002).

A violência racial, de acordo com Maria Aparecida Bento (2002), refere-se ao ataque contínuo às subjetividades das pessoas excluídas, através de um discurso que carrega em si um padrão cultural dominante, capitalista e branco, ao qual a população negra sofre a pressão por “dever” se adaptar, encaixar-se nesse padrão. A dominação racial coloca aos negros e negras o lugar de desonra e objeto do outro.

O racismo e o sexismo se reforçam mutuamente, por meio da dominação racial e de gênero. Fazendo com que as mulheres negras, por exemplo, circulem em territórios entendidos como de outrem. Esse processo confina as mulheres negras ao patamar inferior das relações de poder. (OLIVEIRA et al, 2009). As falas de Francisca e Lurdes expressam esse lugar onde “mulher, negra e velha” e “negro e pobre” não “valem nada”, fazendo com que a discriminação seja “sofrida todos os dias”. Junto a essas colocações, outros dois marcadores analisados neste campo interseccional aparecem: a classe social e a geração. Marcadores sociais que atravessam a experiência de ser mulher negra pobre e velha, potencializando discriminações.

Os espaços onde as mulheres percebem a discriminação são muitos. Podendo ser na escola, no bairro onde mora, nas relações afetivas, na família, no comércio e no trabalho. Este último foi em outros momentos citados pelas entrevistadas como território onde a questão da mulher negra, enquanto mucama, parece permanecer. Lélia Gonzales (1984), ao abordar essa questão especificamente, utiliza-se de um trecho de June E. Hahner (1978, p. 120 e 121) que menciona:

A escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do eito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. (HARNER, apud GONZALES, 1984 p. 229)

Ao referir-se a mucama “permitida”, Lélia Gonzales (1984 p. 233) alerta que se trata da mesma empregada doméstica, que com todas as letras segue sendo a mucama. Em razão

disto, ela é violentada e reprimida. A autora cita, por meio de questionamentos, exemplos articulando a divisão racial e sexual de trabalho. “Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em lidar com o público? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc e tal?”

Complementando as problematizações que parecem ainda atuais de Lélia Gonzalez (considerando a data de sua publicação e as falas das entrevistas), Francisca, Lurdes e Marisa sinalizam marcas em sua história de vida pautada em trabalhos domésticos nas casas de brancos e brancas.

Nós entrávamos na casa de rico pela porta da frente, nós entrávamos como se fosse uma Lady, nunca mexemos em nada, porque a mãe lavava pros ricos e a gente levava as trouxas de roupa, **a gente ia buscar a comida que sobrava deles**, nós éramos em muitos né, nos vestíamos com coisas doadas, como continua a mesma coisa, a roupa tá cara, não vou estar deixando de comer para comprar roupa, **na minha idade não vou estar fazendo isso**. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F
1S

Como coloca Lélia Gonzales (1984), é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, quem sobrevive na base da prestação de serviços, dando conta das demandas familiares praticamente sozinha, como aparece na fala de Francisca ao citar que sua mãe trabalhava “para os ricos”, onde ela e os irmãos buscavam “a comida que sobrava”. Lurdes e sua mãe também aparecem como trabalhadoras em casas de família, onde, inclusive, sua mãe não morava com os filhos e filhas. A mãe de Marisa, assim como ela mesma, não diferente, também se viram diante do trabalho voltado para a limpeza e cozinha.

A mãe trabalhava com eles, a mãe era lavadeira e faxineira, cuidava da casa. A mãe ficou uns 2 ou 3 anos trabalhando com eles e colocou nós num colégio interno. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Eu fui cuidar de um casal lá na praia e de lá eu pagava a faculdade. Eu fui com o pessoal lá de Garibaldi, e tinha que trabalhar com aquelas doentes por limpeza, tinha que estar todo dia com o aspirador, aí eu dizia: ela vai ver o que eu vou fazer, eu dizia: ai dona, a senhora quer ir pra praia? Aí eu mandava a velha pra praia e dizia “ó gurias tá aqui o aspirador que ela quer que a gente passe (e não passava)”, e as roupas ela dizia: “Lurdes eu gosto de ver tu lavar, então tu esfrega assim e assim e bota num saquinho antes de colocar na máquina não sei o quê e eu dizia: “aham”, e ela dizia: “não me bota clorofila”, ela ia pra praia, eu botava a roupa na máquina e no sol como ela queria, e ela dizia: ai que linda que está minhas roupas, **se ela soubesse que foi a máquina que lavou...** Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Eu trabalhei de limpeza no trem, eu ia também com a mãe no Tênis Club, onde ela trabalhava, pra ajudar ela a fazer docinho e na louça. Agora por último eu trabalhei na Unisinos, de limpeza. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Em relação ao mercado de trabalho voltado para as mulheres negras, Sueli Carneiro (2001) alerta que o fato de 48% das mulheres pretas estarem no serviço doméstico é sinal de que a expansão do mercado de trabalho, para essas mulheres, não significou ganhos significativos. A partir de dados do PNAD (2013), percebe-se que, com o passar das décadas, a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil deixa de ser percebida como secundária, porém, essa participação é marcada por diferenças de gênero e raça. Além das mulheres estarem menos presentes que os homens no mercado de trabalho remunerado, ocupam espaços de trabalho precários, comumente ainda voltados aos serviços gerais e domésticos. O contingente de mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas segue sendo diferente a partir do marcador de raça, onde 17% são brancas, enquanto 21,8% são negras.

Mesmo quando se busca romper a barreira social, quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social, elas muitas vezes esbarram em possibilidades voltadas novamente para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2005). Lurdes em dois momentos pontua em sua fala situações que dialogam com essa colocação de Sueli Carneiro.

Surgiu um bico numa feira automobilística e o Marcos me ligou e eu disse: tu disse pra ele que é uma coroa enxuta assim, pra ficar bem lá na frente na porta de entrada, na recepção? E eles trabalhavam com os lanches e ficavam nas gôndolas. Então ele me mandou me chamar e eu fui, ele gostou do meu perfil e tu vê que ele não tinha preconceito, me botou numa gôndola de uns produtos da hora e eu fiquei lá só repondo os lanches. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Lurdes traz em seu relato momentos em que precisou trabalhar para pagar a faculdade de Direito. O trabalho doméstico, que anteriormente ela conta, era voltado aos cuidados da casa de um casal e um “bico” de repositora de produtos, onde ela faz destaque ao pedido de “ficar na porta de entrada, por ser uma coroa enxuta”. Lurdes considerou a atitude do empregador de colocá-la numa posição de destaque, onde “aparecia”, como não preconceituosa. O marcador da idade também aparece na sua colocação, onde “ser coroa” também diz de um lugar invisível no mercado de trabalho, necessitando assim “ser enxuta” para ser aceita numa posição mais bem reconhecida socialmente. Com isso, reforça-se a compreensão de que ser mulher branca e jovem é estar diante de privilégios também na inserção no mercado de trabalho no Brasil.

Outro exemplo trazido por Lurdes, faz destaque a uma situação que viveu ao procurar trabalho, por meio de contatos pessoais vinculado à Prefeitura Municipal, onde buscava uma atividade que pudesse dialogar com os estudos em Direito que na época estava cursando. Ela enfrentou dificuldades para que suas atribuições fossem direcionadas à sua atuação enquanto

estudante de graduação. Por fim, por não conseguir resolver este problema, acabou por se desligar da oferta de trabalho.

No meio político, no meio governamental, eu sinto a discriminação fortíssima, era pra me colocar, como eu tava fazendo faculdade, nem que fosse num estágio, virou e mexeu, fizeram de tudo, chegaram a me arrumar serviço pra limpeza de colégio, pra capinar o colégio, tudo isso eu passei. Eu disse pra ela: “Querida, amor da minha vida, por deus nosso senhor, se é pra capinar, o que eu já fiz muito na minha vida, me orgulho disso, se for pra capinar ou servir cafezinho eu não preciso vim aqui pedir pro Prefeito, eu tenho currículo”. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F
3S

Kimberlé Crenshaw (2002) salienta que em alguns mercados de trabalho, especialmente aqueles segregados por gênero e raça, as mulheres racializadas podem se confrontar com a discriminação interseccional. Mulheres racializadas enfrentam discriminação porque os empregos “femininos” (voltados ao atendimento ao público, por exemplo) não são apropriados para elas e, em contrapartida, os trabalhos designados para homens racializados, é definido como inapropriado para mulheres. Lurdes, ao comentar sobre a situação acima, diz que aquela foi a experiência que mais chamou sua atenção ao que se refere ao racismo. O espaço de trabalho formal na esfera pública (com exceção dos concursos públicos) está ainda mais distante do que se espera enquanto lugar profissional da mulher negra, a não ser quando essa ocupação seja voltada a “servir cafezinho” ou “capinar”.

É preciso ressaltar a partir dos relatos de Lurdes, os pontos de resistência. Ao abordar a questão das relações de poder, estamos diante da compreensão de que nestas situações se pressupõe relações de dominação como também pontos de resistência. Neste sentido, tanto as resistências fundam as relações de poder, quanto elas são resultado dessas relações. Deste modo, a resistência é a possibilidade de criar espaços de luta e agenciamento de transformação. (FOUCAULT, 2006). Elas podem ser combativas, já que enfrentam e recusam determinadas configurações das relações de poder, bem como, podem ser criativas, sugerindo a reorganização das sociedades, desafiando as normas instituídas e propondo outros modos de convívio. Deixar que a “máquina de lavar” faça o serviço doméstico, indicar que quer “um lugar na frente” em uma oferta de emprego e “recusar” um trabalho que a desvalorizava, salientam algumas situações que elucidam estratégias de resistência.

A interseccionalidade entre marcadores sociais é evidenciada nas referências pronunciadas pelas entrevistadas, tais como: “negro e pobre”, “mulher, negra e ainda velha”. Francisca e Lurdes registram em seus processos de subjetivação o cruzamento dos eixos de opressão que envolve os marcadores de gênero, classe, raça e geração. “Porque o pobre negro não é nada, **eles** não dão valor, ninguém dá valor”. Eles? A linguagem carregada de uma terceira pessoa no plural, que é representada pelo gênero masculino e pela cor branca. O que

aponta o fato de que acabamos por considerar “naturais” normas, regras e as palavras na linguagem, onde o uso do masculino é tido como “universal e neutro”. Neste caso, evidencia-se a naturalização das categorias históricas, onde aprendemos a ser/estar no mundo a partir das ideias/verdades disponíveis pela cultura que pertencemos em um determinado tempo e espaço. (MORAES; CAMARGO; NARDI, 2015).

Ser negra e pobre nos remete à história do Brasil, onde foram produzidas vidas que deveriam se refugiar nos guetos, ameaçadas no que diz respeito à privacidade, sempre à espreita de serem expostas em cadeias e manicômios, já que sua existência só era possível no avesso da norma. (FOUCAULT, 1994). A proteção do Estado “era” negligenciada no que se referia às vidas de negras/os, mulheres, população LGBTT, pois os discursos científicos, jurídicos e religiosos autorizavam moral, científica e legalmente essa postura.

Partindo da lógica do biopoder, eram vidas que, caso não se conformassem às posições de inferiorização e abjeção impostas pela sociedade, deveriam ser extintas, já que constituíam um projeto de nação às avessas. Com isso, essas existências foram, e ainda são condenadas, não apenas como invisíveis, mas elas também mantêm sua função de reiterar as hierarquias por meio dos insultos, no prazer em matar, no gozo no exercício da violência, demarcando a inferiorização do outro, expulsando-o do campo das vidas legítimas, para que a confirmação da dominação seja sustentada nos privilégios da normalização. Deste modo, a deslegitimação e inferiorização social dessas vidas seguem e os seus efeitos aparecem na violência cotidiana que continua reificando vidas não humanas ou menos humanas (NARDI, 2015).

Os achados da pesquisa de campo salientam a permanência dessas práticas hoje. Elas continuam na vida da Francisca que ainda não é chamada pelo nome pelo seu ex-marido branco, por exemplo, ou então na história de Marisa que foi seguida pelos seguranças que incitavam que ela estava roubando, incitação esta também vivida por Ana em seu trabalho como empregada doméstica, no percurso profissional de Lurdes que mesmo cursando uma graduação em direito deveria servir cafezinho ao invés de realizar seu estágio.

É importante salientar que, embora essas práticas violentas desumanizem as mulheres negras, principalmente aquelas que são mulheres negras e pobres, perpetuam-se as contradições resultantes da articulação dos marcadores de raça, classe e gênero, trazidas pelo atual movimento de mulheres negras para a cena política. Deste modo, como coloca Sueli Carneiro (2011), é promovida a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as, assim, mais representativas no conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento

negro. Raquel Silveira (2013) aponta à necessidade em visibilizar a discussão da interseccionalidade dos marcadores sociais como forma de representar de modo mais equânime a luta das mulheres no Brasil. Sueli Carneiro salienta:

Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra. Alcançar a igualdade de direitos é converter-se em um ser humano pleno e cheio de possibilidades e oportunidades para além de sua condição de raça e de gênero. Esse é o sentido final dessa luta. (CARNEIRO, 2011 online)

Raquel Silveira afirma que esta última década foi importante para as mulheres negras brasileiras, pois encontraram seu caminho de autodeterminação política, entoando suas vozes, disputando espaço e representação. Esta temática cresceu politicamente no movimento de mulheres do Brasil, fazendo com que integrasse a questão racial definitivamente (é o que esperamos). Assim, como cita Sueli Carneiro (2011), o que impulsiona essa luta é a crença na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta anti-racista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes. Em direção à construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade. (SILVEIRA, 2013)

Não é permitido esquecer, inspirada também nas colocações de Raquel Silveira, que somos mulheres brancas na luta anti-racista, a partir da compreensão do racismo e suas relações, transitando também pelo campo da psicologia. Campo este com importantes protagonistas nos estudos sobre a temática racial como Maria Aparecida Bento e Iray Carone, que vêm contribuindo no avanço desta discussão. Além de referências como: o Instituto Amma Psique e Negritude, a Associação Brasileira de Pesquisadores/as e Negros/as, o Núcleo das Relações Raciais do Conselho Regional de Psicologia, entre outras iniciativas.

Entretanto, embora haja avanços, os estudos que problematizam a branquitude ainda são pouco acessados na formação acadêmica, como demonstra o Conselho Federal de Psicologia (2013), por meio da publicação “Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática do(a) psicólogo(a)”. O fato de a maioria das(os) psicólogas(os) seja branca(o), acreditando-se desracializada, contribui para a retificação de que só quem tem raça é o outro, mantendo a branquitude que expõe os privilégios simbólicos e materiais de ser branca(o) em uma estrutura racista. Os estudos sobre a branquitude apontam que o ideal de igualdade racial de socialização no Brasil opera para manter e legitimar as desigualdades raciais.

Ao delinear a sociedade brasileira em termos raciais, fica mais coerente pensar nas necessidades e demandas colocadas à prática profissional das(os) psicólogas(os) que,

imprescindivelmente, precisará contar com a articulação de marcadores sociais como classe, gênero, geração, etc. Com isso, as relações raciais toma-se como tema transversal em todas as frentes de atuação da psicologia, transcorrendo pela desconstrução do racismo e a promoção de igualdade, pelas relações raciais e o ensino de psicologia e pelo racismo institucional e as políticas públicas. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

7 TRABALHO, ESTUDO E RENDA: A classe e suas interseccionalidades

Eu estudava em colégio público e é claro que tipo no colégio público, acho que entre as séries menores assim, tem o grupinho das, que são tipo top assim, são o pessoal que é uma **classe social boa**, que são brancos e eles oprimem assim todo o outro resto assim, da classe que são as crianças negras, são as pessoas que não tem condições sabe e isso sempre me incomodou, tipo pelo fato de eu ser branca e ser da classe média, eu já tava meio que inserida no grupinho dos tops automaticamente sem querer, mas assim isso me incomodava essa distinção porque a gente iria fazer algum trabalho e daí diziam assim “ai eu **não quero fazer com ele porque ele não tem material bom ou sei lá, ele não tem um lápis da Faber Castell ou sei lá, ele é negro**”. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Quando se pensa na interseccionalidade do marcador social de classe com os demais marcadores elencados neste estudo, alguns elementos merecem destaque. Algumas entrevistadas relataram que durante suas vidas passaram por dificuldades econômicas, apontando algumas situações em que os marcadores de gênero, classe, raça e geração determinaram a relação com o mercado de trabalho, com as situações de violência e com a autonomia financeira.

Do ponto de vista do marcador de classe, em sua articulação com as problemáticas de gênero, destacamos o trabalho de Nancy Fraser (2002). Essa autora alerta sobre a necessidade de que, por meio das discussões teóricas feministas, seja visibilizada a importância das lutas por políticas de redistribuição da riqueza, bem como das lutas por políticas de reconhecimento das diferenças.

A questão econômica-cultural, nesta análise, não foi abordada na perspectiva marxista de classe, já que essa discussão acaba por sobrepor-se aos outros marcadores de diferenciação e, portanto, sendo incompatível com o conceito de interseccionalidade, onde não há um marcador superior a priori, mas sim, arranjos que vão se construindo e produzindo impactos singulares. Entretanto, as diferenças que a situação financeira impõe na vida das pessoas, dificultando o acesso a bens culturais mais valorizados e menos massificados, assim como intrincando o alcance a modelos de identificação mais igualitários entre homens e mulheres, não pode ser deixada de lado. (SILVEIRA, 2013)

Para Heleith Saffioti (2004, p.115), “as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. Por sua vez, uma série de transformações no ‘gênero’ é introduzida pela emergência das classes. Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão”. Desse modo, não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexa.

Segundo Silvana Mara de Moraes Santos e Leidiane Oliveira (2010), as relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mundo do trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho.

A agenda política feminista, numa perspectiva emancipatória, de acordo essas autoras, tende cada vez mais a considerar a realidade complexa da desigualdade social e como neste contexto a violação dos direitos das mulheres se particulariza.

Jessé Souza (2013) em seu artigo “Em defesa da Sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais” aponta que, ao se discutir sobre as classes sociais, é preciso partir da compreensão da existência de três capitais: o econômico, o cultural¹⁹ e o social. O autor traz como exemplo, a situação das famílias de “classe média” que possuem menos capital econômico que as de “classe alta”, mas que para garantir a reprodução de seus privilégios (empregos de maior prestígio e salários, por exemplo) precisam ter algum capital econômico para que consigam “comprar” o “tempo” livre dos filhos, que não vão precisar trabalhar cedo e terão possibilidade de voltar-se para o estudo de outras línguas e acessar um capital cultural mais “sofisticado”. Diferentemente da realidade dos filhos das classes populares, que desde muito cedo estão trabalhando. (SOUZA, 2013)

Neste ponto, alguns elementos se fazem presentes nas falas das entrevistadas. Ana, Eva e Francisca apontam que o trabalho fez parte de suas vidas logo cedo, iniciando quando criança no trabalho doméstico e depois se estendendo para as casas de outras famílias.

Eu sempre trabalhei em casa de família e como babá ou empregada mesmo desde os meus 13 anos. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Minha vida foi bastante sofrida, desde meus 12 anos. A mãe e o pai eram pobres, e nós tínhamos que trabalhar, sempre trabalhei em casa de família. Quando casei, meus filhos eram pequenos, não tinha o que comer. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

Com 8 anos eu já fazia comida, subia num banquinho porque eu sempre fui baixa, dava mamadeira para minha irmã, cuidei dos meus irmãos, lavava roupa no rio, carregava balde e trouxa de roupa, aprendi as horas sem relógio, porque a gente não tinha relógio. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

O trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres, no caso de Ana, Eva, Francisca e Rosa, era realizado por suas mães, segundo elas “erámos muitos”, as filhas mulheres

¹⁹ “Capital cultural” é um termo cunhado por Pierre Bourdieu (1997) que compreende o “conhecimento útil e altamente valorizado”, como a capacidade de pensamento abstrato técnico ou literário e o conhecimento de línguas, por exemplo. Nas palavras de Jessé Souza (2013 p. 141) seria “tudo aquilo que logramos aprender e não apenas os títulos escolares”.

“ajudavam”. As mães passavam seus aprendizados para as filhas. Como o exemplo da mãe de Ana que, em uma fala já trazida anteriormente, ressalta que as filhas mulheres não precisariam estudar, pois ficariam encarregadas de “limpar bunda de criança”. Jessé Souza (2013) sinaliza que “imitamos” quem amamos ao nos tornarmos “seres humanos”. Ao se referir à competição social, o autor diz que para que se tenha “desejo”, “capacidade” de apropriação e absorção de um conhecimento “sofisticado”, é preciso também que, no ambiente familiar, a socialização parta de estímulos afetivos.

Além disso, o autor salienta como parte desse processo de “apropriação e absorção de um conhecimento sofisticado” o avanço econômico obtido por intermédio das políticas sociais no atual contexto político. Porém, critica a deficiência no que diz respeito aos avanços em termos de capital cultural das pessoas beneficiárias destas políticas sociais.

Ana, Eva, Francisca e Rosa possuem ensino fundamental incompleto. A continuidade dos estudos não foi possível. Era necessário trabalhar e/ou cuidar dos afazeres domésticos que incluía cuidar dos(as) filhos(as). “Era um filho atrás do outro”, afirmou Eva ao se referir às dificuldades econômicas. Atualmente a renda individual mensal delas não passa de um salário mínimo, considerando que Francisca não possui renda individual e Rosa possui menos da metade de um salário mínimo que corresponde ao recebimento de benefício social (bolsa família) e o dinheiro recebido por algumas faxinas que realiza. O baixo nível de escolaridade dessas mulheres e as histórias de vida marcadas pelo trabalho infantil, principalmente vinculado às atividades domésticas, são fatores que contribuem para que as oportunidades de autonomia financeira entre as mulheres pobres seja algo mais difícil de ser alcançado, salienta Socorro Peixoto (2010).

De acordo com Jessé Souza (2013), as classes populares não dispõem dos privilégios de nascimento das classes médias e altas. Muitas vezes a socialização familiar é cheia de rupturas, assim como na escola. Os exemplos “bem sucedidos” não são tantos, ou até mesmo inexistentes. Na maioria dos casos, trabalhar cedo se faz necessário, diminuindo ou impossibilitando o tempo para a continuidade nos estudos. Desse modo, a tríade disciplina, autocontrole e pensamento prospectivo, que está pressuposta nos processos de aprendizagem na escola e no trabalho produtivo/competitivo, diante do cenário acima exposto, fica parcializada. Neste sentido, algumas falas remetem às vivências familiares, onde as dificuldades econômicas e afetivas fizeram parte da história de vida de algumas das mulheres.

Saí de casa, passei fome, passei necessidade, tive que trabalhar de doméstica, tive que morar na mesma casa que eu trabalhava, meu pai, por exemplo, ele tem bastante terra, nesse lado aí, no lado financeiro a gente não tinha problema, a gente tinha bastante condições de vida. Mas a violência tirou a gente de casa. Eu não tinha

experiência de vida, comprava tudo para dentro de casa e esquecia de deixar dinheiro para a comida. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Ela passou até necessidade de pedir esmola e comer resto das coisas assim, é bem complicada a história da minha mãe. Quando meu pai morreu, a gente passou necessidade, até então era tranquila nossa vida, lembro que no Natal a gente ia comer tomate, comemos tomate de noite, eu sei que a gente passou esses perrengue daí... A tia que nos ajudou. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Nossas condições eram bastante difíceis, porque era só meu pai que trabalhava e ele era alcoólatra e éramos uma família grande. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

Segundo Glória “a violência tirou ela e as irmãs de casa”. Ainda que ela dispusesse de condições econômicas por meio do pai, este mesmo pai era violento e agredia as filhas. A interseccionalidade de gênero e classe aparecem enfaticamente quando a questão do trabalho é pautada. Marisa conta que foi depois que o pai faleceu que “passaram dificuldades”, bem como Rosa pontua que somente o pai trabalhava, pois o mesmo não aceitava que sua mãe saísse de casa para trabalhar. Ao que parece trilhar percursos parecidos, Rosa ao se casar enfrenta as mesmas dificuldades.

A minha mãe até trabalhava, mas trabalhava escondida porque meu pai não aceitava. (...) Eu na época comecei a trabalhar, resolvi sair pra rua pra trabalhar e foi onde eu acabei me separando porque ele não aceitou. Quando me separei, peguei meu filho mais novo e saí de casa, criei ele sozinha com a ajuda da minha mãe. Depois que fui morar numa ocupação na Mathias Velho. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

Eu passei fome. Eu passei horrores e aluguei uma casa. No primeiro ano foi muito bem, depois no segundo eu não pude mais pagar o aluguel e o pai deles parou de me dar pensão, ele casou e parou de me dar pensão. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Além de Rosa e Lurdes, Marisa também comenta que enfrentou dificuldades quando o assunto se referiu ao pagamento de pensão aos filhos. Neste ponto, outras mulheres puderam auxiliá-las, no caso de Rosa e Marisa, suas mães aparecem novamente corresponsáveis pelos cuidados maternos, e no caso de Lurdes, uma grande amiga e vizinha.

No que corresponde a uma infância marcada por limitações materiais, culturais e afetivas, Camila, Joice e Tereza não relataram terem passado por tais limitações, pelo menos não diretamente vividas por elas. Lurdes, embora já adulta tenha passado por situações em que o dinheiro para a comida e o aluguel não eram suficientes, conta que quando criança teve uma infância pautada em uma educação de ótima qualidade, já que por alguns anos frequentou uma escola interna (dirigida pelos “patrões” de sua mãe), onde pôde ter aula de piano, de línguas estrangeiras, de culinária e esportes. Marisa, ainda que tenha enfrentado dificuldades financeiras com a morte de seu pai, também salienta que teve uma infância pautada em brincadeiras e na escola, sempre inspirada pelos ensinamentos e presença de sua

mãe. Assim como Glória, que ao enfrentar muitas dificuldades em sair de casa em função das violências do pai, conta que sempre contou com o apoio da mãe.

Neste sentido, faço destaque à escolaridade destas participantes. Camila está cursando uma graduação, Joice e Lurdes trancaram a faculdade, Glória e Tereza terminaram o ensino médio. Marisa interrompeu os estudos na metade do ensino médio. Camila conta com o suporte financeiro do pai e da mãe para o pagamento da faculdade. Atualmente ela está estagiando no próprio Centro Universitário que estuda, eventualmente consegue complementar sua renda tirando algumas fotos, pois possui curso e equipamentos de fotografia. Joice é educadora social e possui renda individual mensal de aproximadamente R\$1.300,00. Lurdes não está trabalhando no momento, mas contava com o apoio financeiro do marido para o pagamento da faculdade (antes de trancar) e com o desconto de 50% para quem tem mais de 50 anos, oferecido pela instituição educacional onde estudava. Ressalto que Joice e Lurdes, negras, mesmo com ensino superior incompleto, possuem uma renda individual menor do que Glória e Tereza, mulheres brancas. A interseccionalidade entre gênero, classe, raça e geração novamente salienta processos de subjetivação díspares e complexos, onde somente o marcador da classe social não dá conta sozinho de compreender os enlaces que oportunizam, mais para umas e menos para outras, a possibilidade de ter mais acesso a bens materiais, culturais e afetivos.

Ao se referir à classe média e alta, Jessé Souza (2013) aponta que as classes do privilégio não possuem apenas os capitais adequados para vencer a disputa social, possuem também a autoconfiança de quem dispôs dos cuidados de uma rede familiar, de quem “sabe” que frequentou a melhor escola, possuindo a “naturalidade” para “falar bem” outras línguas, que pode contar com a ajuda financeira de alguém (pai, mãe, avós) em qualquer eventualidade ou situações de fracasso. Neste meio também é possível contar com “exemplos bem sucedidos” na família. Elementos que, segundo o autor, compreendem também a fonte de recursos “valorativos”, como “crer em si mesmo”, resultado de uma autoconfiança de classe que se faz necessária no enfrentamento de situações de “derrotas” na vida sem que, por exemplo, se depare com o uso abusivo de álcool ou demais situações de desespero, podendo usufruir do reconhecimento social dos/as outros/as como algo “natural”.

A partir dessa afirmação, tomo os exemplos de Lurdes e Francisca, ambas mulheres negras, na mesma faixa de idade e que possuem 5 filhos, mas partilham de histórias de vida um pouco diferentes. Francisca já mencionou que “pobre e negro” não tem valor. Filha de um pai alcoolista, trabalha desde seus 8 anos, estudou até a 4ª série. Lurdes vivenciou uma infância em uma escola privada, num regime de internato, onde tinha aula de “tudo quanto é

coisa”. Cursava até pouco tempo a faculdade de Direito. Francisca reside em um apartamento próprio adquirido por sorteio do Programa Minha Casa Minha Vida, no bairro Guajuviras, um apartamento ainda pouco mobiliado. Já Lurdes, possui uma casa própria no bairro Estância Velha, casa grande, um sobrado com móveis planejados. Diferenças essas que pude presenciar durante as entrevistas, mas que não deixam esconder o fato das duas não terem renda individual. Mesmo trabalhando por anos, ambas não tiveram suas carteiras assinadas por muito tempo, enfrentando a falta de reconhecimento profissional e tendo que depender economicamente da renda dos companheiros. O marcador da raça pesa, ainda quando os privilégios das classes médias, consistentes em uma rede familiar presente e o acesso a uma escola de qualidade, estão presentes, como no caso de Lurdes.

Possuir lápis da “Faber Castell”, ter os privilégios da branquitude, exercer o papel de opressor, elementos citados na fala de Camila trazida no início no texto, expõem o domínio de uma classe social sobre a outra. Jessé Souza (2013) destaca que para a existência do domínio de uma classe sobre a outra, exige-se que as classes dominadas se vejam como “inferiores”, “preguiçosas”, “menos capazes”, “menos inteligentes”, não somente, portanto, a retirada de “meios materiais”. Neste sentido, se a classe dominada não se convence de sua inferioridade a dominação social não é possível. (SOUZA, 2013).

A seguir elenco a questão da bolsa do Projeto Mulheres da Paz e sua relação com a participação das mulheres no programa, bem como destaco alguns pontos trazidos por elas sobre suas percepções acerca das diferenças socioeconômicas entre as mulheres da paz. Saliento que foram feitas perguntas sobre a diferença das classes sociais no Projeto Mulheres da Paz: “Como você percebe a questão da classe social no Projeto Mulheres da Paz?” e “O que você pode dizer sobre a sua situação socioeconômica e seu envolvimento com as atividades do programa?”.

A participação no Projeto Mulheres da Paz previa, durante a capacitação inicial de 12 meses do Ministério da Justiça, o pagamento de uma bolsa de ressarcimento no valor de R\$190,00 mensais, provenientes de uma verba do governo federal. Após a conclusão da capacitação inicial, as bolsas passariam a ser pagas pela prefeitura municipal, que seguiria fazendo os pagamentos para aquelas mulheres que quisessem dar continuidade às ações previstas pelo programa, porém, com um valor inferior de R\$100,00.

Este elemento apareceu nas narrativas de algumas entrevistadas quando questionadas sobre a questão socioeconômica e o engajamento delas nas atividades do Projeto Mulheres da Paz. Algumas entrevistadas pontuaram que seu interesse pelo programa foi motivado também pelo fato de receberem a bolsa.

Eu não vou ser hipócrita, porque até então me chamou até um pouco de atenção, porque a pessoa ia tá fazendo algo pra outro e estaria recebendo também um auxílio, porque era uma bolsa de R\$190,00 que também me chamou a atenção. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

O que me chamou atenção é que eu tava muita apertada de dinheiro, não sei se eu podia falar isso, tava muito apertada, então aquele dinheirinho que eu recebia eu me sentia muito orgulhosa, muito feliz, me ajudou em muitas coisas, então aí esse mês preciso pagar telefone, eu tenho um dinheirinho e esse tá me fazendo falta. O dinheiro pra mim faz falta porque, eu preciso muito, eu só tô com 800 pila. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

Influncia a gente a ter o que é teu Michele, eu recebo 30 reais Michele, eu fico tranquila, porque é meu não é dos outros, que hoje eu só tenho renda dos outros, mas o que é meu eu sei o que fazer, eu sei como comprar uma coisa pra mim, porque é do meu dinheiro, eu sei como comprar um brinco pra mim, que eu sou vaidosa. Tu acha que eu me sentia bem em não levar uma coisa pra nós compartilhar lá, eu não me sentia bem. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Tava na cara de muitas que elas estavam contando com aquele ganhozinho ali até mesmo assim ó, que tenha um marido que dê a comida, mas ela queria ter o dinheirinho dela, além do conhecimento, aí eu vou ganhar esse dinheirinho, eu posso fazer tal coisinha aqui pra mim ou tal coisinha ali, isso aí influi muito. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

A bolsa para algumas mulheres era o único meio de renda própria. Algumas, ainda que contassem com o suporte financeiro do companheiro ou de outras pessoas, não tinham o “seu” dinheiro. Essa quantia possibilitava que elas utilizassem de sua autonomia para comprar algo para si, como o exemplo trazido pela Francisca, ou ainda pagar alguma despesa como no caso de Eva. Neste ponto, podemos relacionar essa discussão com alguns estudos que abarcam a questão do Programa Bolsa Família como elemento importante no empoderamento das mulheres²⁰. Nathalia Moreira et al. (2012), em estudo realizado com agentes dos Centros de Referência de Assistência Social de Minas Gerais, afirma que o recebimento do Bolsa Família reflete na autonomia, autoestima e empoderamento das beneficiárias, salientando que muitas dessas mulheres nunca haviam possuído sequer uma conta no banco ou mesmo frequentado uma agência bancária. Concluindo, assim, que o recebimento da bolsa valoriza essas mulheres, possibilitando a elas uma legitimação como cidadãs.

Do mesmo modo, algumas mulheres da paz passaram a ter uma conta bancária em seu nome, podendo administrar individualmente o valor da bolsa recebida, já que algumas, anteriormente à inserção no Projeto Mulheres da Paz, ou não tinham conta no banco, ou

²⁰ Diante desta ampla e complexa temática que diz respeito às beneficiárias do Programa Bolsa Família, neste momento não me aprofundarei neste ponto. Porém, vale salientar que existem muitos estudos críticos à questão do Programa Bolsa Família no que diz respeito às relações de gênero. Algumas pesquisas apontam que tal política pode reforçar lugares sociais marcados por papéis tradicionais de gênero, onde a mulher segue sendo a responsável pela cuidado dos filhos e da família, encontrando desta forma algumas dificuldades por meio do programa federal em reduzir de fato as desigualdades. Deste modo, a luta pela diminuição das desigualdades seria possível com a incorporação de concepções mais críticas acerca dos papéis de gênero na nossa sociedade (MARIANO; CARLOTO, 2009).

possuíam contas vinculadas as dos maridos e/ou dos(as) filhos(as). Além disso, de acordo com o relato das entrevistadas, a bolsa servia como fonte de pagamento das passagens e alimentação, fatores esses imprescindíveis para a participação nas atividades semanais. Francisca cita, inclusive, que “não se sentia bem em não poder levar algo para compartilhar”, referindo-se ao momento do lanche. Isso demonstra que ir às reuniões somente não bastava para que se sentissem efetivamente participando do programa. Há, além disso, uma necessidade de sentimento de inclusão, que se manifesta, por exemplo, na preocupação de poder contribuir com o lanche, vestir-se de modo a se sentir bem diante das outras colegas, poder pegar o ônibus junto com a vizinha sem precisar caminhar quilômetros por não ter o dinheiro da passagem. A seguir, as falas de Glória e Tereza, ao se referirem as colegas, evidenciam essa situação.

Contribui, porque se eu não tivesse isso eu não tinha condições de vim frequentemente, de repente eu não tinha o dinheiro pra passagem, eu não tinha dinheiro pra um lanche, eu não tinha, não tinha condições de ajudar muitas colegas que eu ajudei com passagem, a gente ajuda porque quer ajudar, mas assim eu acho que é importante tu ter uma condição financeira pra tu poder te movimentar também, participar mais. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Muitas que fazem não têm dinheiro né, acabam não vindo, tem muita gente que chega a vim de a pé né, como eu cansei de ver a Francisca. Muitas vezes eu reclamava do dinheiro até por pena delas da situação, entendeu? Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Se ela tivesse condições ou até mesmo ali dentro do projeto que ela ganhasse alguma coisa a mais, que desse pra ela ir levando o projeto e tendo ou podendo sobreviver lá fora, ela não sairia. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Lurdes lembra de uma mulher da paz que precisou se desligar do programa pois precisava trabalhar “fazendo bicos”. Já que o valor da bolsa de R\$100,00 não cobria suas despesas de alimentação, não conseguindo, dessa forma, conciliar o trabalho com a participação nas atividades. Como este caso, outras participantes também não conseguiram seguir envolvidas com o Projeto Mulheres da Paz, até porque as reuniões, encontros e ações, aconteciam durante as manhãs e/ou tardes, mesmos turnos de trabalho para quem possui uma carga horária de 40h semanais.

Existe outro aspecto que vale ser salientado que igualmente tem relação com a renda das participantes, mas que não se refere necessariamente à bolsa. Esse aspecto é a possibilidade de participar de um curso de capacitação gratuitamente. Joice elenca este fator como algo que também a motivou naquele momento a inserir-se no Projeto Mulheres da Paz.

Alguns espaços tu tem que pagar pra ter conhecimento. Aqui eu não teria que pagar, essa é a questão, o que me trouxe aqui na verdade não seria a bolsa, seria o conhecimento que eu estava buscando, então a baixa renda foi um dos fatores de eu ter buscado o espaço. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Algumas mulheres tiveram acesso ao primeiro certificado de conclusão de um processo formativo, por meio do Projeto Mulheres da Paz. Por conseguinte, e pela primeira vez também, tiveram a possibilidade de realizar uma formatura. Esse elemento permite problematizar o acesso ao sistema formal de ensino que, embora seja público, é atravessado por barreiras que fogem à ideia de que “a escola tem portas abertas”. Como já citado por algumas mulheres da paz, por vezes os espaços de ensino carregam históricos que excluem de modo violento àquelas(es) que não correspondem às normas reconhecidas e legitimadas socialmente. Novamente, ser mulher, ser negra, ser pobre, ser velha, podem ter significados que inviabilizam a escola como uma porta de acesso à cidadania de forma universal e integral.

Quanto a quem pode ser mulher da paz, sob a perspectiva socioeconômica, explicita-se que o tempo disponível é uma condicionalidade. Ana ressalta que dispunha do tempo necessário para estar nas atividades do Projeto Mulheres da Paz, pois não estava trabalhando e estava recebendo o benefício de auxílio-doença.

Eu acho que influencia só no sentido de ter tempo pra fazer as coisas porque tipo, antes eu trabalhava e eu não iria participar porque eu trabalhava, se eu não tivesse encostada eu acho que eu não teria participado, não tem fins lucrativos e seria só mais coisas pra passar adiante né, se eu tivesse trabalhando, por exemplo, eu não faria. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Eu acho assim... Se eu estivesse com saúde eu não estaria no projeto, eu estaria trabalhando daí não ia conseguir conciliar por causa do horário, porque eu estaria vindo pra casa né, daí eu não teria conhecido o projeto. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Ao alcance desta temática do tempo, lanço mão outra vez de colocações do autor Jessé Souza (2013), que afirma que as classes do privilégio exploram as pessoas que se dispõem a fazer “de tudo”. Ele cita como exemplos, o motoboy que entrega a pizza em casa, o lavador de carros, a prostituta que usa da venda de seu corpo para pagar as contas, as milhares de domésticas (assim como foi Ana e Marisa) que cuidam dos(as) filhos(as) da classe média e alta, que limpam suas casas, vão no mercado e preparam sua comida, para que então as classes de privilégio tenham tempo para os estudos e trabalhos mais rentáveis. Desta forma, este “tempo roubado” das classes populares permite que a relação de exploração se perpetue, cabendo às classes de “tempo roubado” o abandono e a humilhação para a garantia da preservação do tempo das classes do privilégio. Ainda que o Projeto Mulheres da Paz fosse algo que agradasse Ana e Marisa, seu tempo, caso trabalhassem, não seria suficiente para frequentar o programa.

Neste ponto, esse tempo é fruto da aposentadoria, do trabalho autônomo, mesmo sendo disputado, já que enquanto mulheres, muito do seu tempo é roubado em função de

serem “obrigadas” historicamente e socialmente a usar de “seu” tempo para o cuidado de outrem. Mesmo aquelas que aparentemente possuem uma situação econômica mais abastada, como no caso de Tereza, seguem tendo seu tempo livre tomado pela responsabilidade de manter a organização da família.

O marcador social da idade aparece também como algo que possibilita que as mulheres possam se fazer valer do transporte público gratuito, por exemplo. Com isso, ganham tempo para o lazer, como cita Francisca, bem como podem frequentar o Projeto Mulheres da Paz sem pagar a passagem, tornando possível que o valor da bolsa seja destinado para outras despesas.

Tem gente que não pode ir porque ainda não tem 60 anos, que ai não tem a carteirinha né. Não pagar passagem, isso ai é muito bom pra nós, pra mim pelo menos, eu posso andar pra cima e pra baixo, vou ver meus netos, vou dar conselho pros meus filhos, vou tomar um chimarrão lá na Rio Branco, vou lá em Esteio, então pra mim me faz bem. Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

A percepção das diferenças de classes sociais no cotidiano do Projeto Mulheres da Paz emergiu durante as narrativas. Algumas entrevistadas reconheceram que, neste quesito, diferenças existiam. Ana, Camila, Joice, Marisa e Tereza falam sobre essas percepções.

Noto assim pelo jeito delas mesmo né, mania se de vestir, tu vê que a pessoa é bem mais né, o que elas contam também que sempre trabalharam em casa de família aquela coisa toda, nota assim que algumas estudam e trabalham, tu vê pelas roupas que são bem mais, roupas boas as bolsas boas, calçado bom eu noto por isso. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Assim, dentro do projeto, dá pra ver que tem vários tipos de classes sociais aqui dentro, mas eu acho que não é nada gritante que interfira assim, o desenvolvimento e tudo mais, eu acho que todas estão engajadas iguais. É claro que a gente vê que tem as classes mais baixas, tem um pessoal que é tipo classe média, tipo eu assim. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Diferenças de classe aqui no projeto... Tem algumas diferenças de classes assim não gritante, mas claro que tem, com certeza, mas essas diferenças são boas, eu enxergo assim como positivo, cada uma tem uma bagagem pra agregar pra nós né, então pra mim, na minha opinião é muito bom. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Eu não vejo diferença assim de classe social, não vejo mesmo, embora que até tem pessoas que tem menos que eu ainda e eu se eu pudesse eu ajudaria bem mais aquela pessoa. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Ai, olha, a maioria bem abalada né, bastante dificuldade, não querendo ser mais que os outros nem menos, mas eu noto que tem bastante problema, da pra conta nas mãos as que não tem né. Existe diferença, são poucas que tem, vamos supor, uma condição financeira melhor entende. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Ainda que as diferenças socioeconômicas sejam reconhecidas pelas participantes, os relatos que indicam que estas diferenças são “boas” entoam por alguns momentos as falas de Camila e Joice que não são mulheres que enfrentam dificuldades econômicas. Outro fator apontado por Ana, no que diz respeito a essas diferenças, é que ela não vê a discriminação.

Uma coisa que eu acho legal lá é que não tem discriminação. Eu pelo menos não vejo sabe, todo mundo se abraça junto, todo mundo conversa junto, todo mundo dá risada junto, não é aquela coisa assim: “olha aquela lá é pobrona”. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Um outro ponto que faço destaque, é sobre a fala de Rosa, uma das mulheres da paz que vivencia a escassez de recursos materiais, já que contando com a bolsa de R\$100,00 recebida pelo Projeto Mulheres da Paz, sua renda familiar mensal é de R\$219,00. Ela afirma que sua “situação econômica não teve influência na sua participação no programa”. Porém, o valor da bolsa é praticamente metade de sua renda, o que me coloca a pensar nas implicações do corte da bolsa que aconteceu no mês de dezembro do ano passado (2015). E no quanto esse corte inviabiliza de fato a ida de algumas mulheres às atividades. Contudo, é necessário situar que Rosa segue frequentando semanalmente a sede do projeto, agora, Casa da Cidadania. Outros fatores que não se referem exclusivamente com o pagamento da bolsa mobilizam sua participação nas atividades. Rosa é uma mulher da paz há quase 6 anos e nunca se afastou do programa. Neste momento, semanalmente ela busca a equipe a fim de obter informações sobre a situação do filho que está preso. O mesmo filho que, de acordo com ela, estava preso no momento em que ela se interessou pelo Projeto Mulheres da Paz. Rosa mora há alguns quilômetros da sede do Projeto, vai caminhando até lá, em nenhum momento se opôs ao corte das bolsas e, quando perguntada sobre a questão do trabalho, diz que não consegue emprego em função de precisar das tardes de terça-feira livres para visitar eventualmente o filho no Presídio Central de Porto Alegre, bem como afirma que é bastante envolvida com atividades da igreja, frequentando os cultos e grupos quase todos os dias.

A socialização religiosa também é uma temática discutida por Jessé Souza (2013) sobre as classes populares. Ele menciona que a religiosidade pentecostal, por exemplo, nas classes populares brasileiras, é fonte importante de “autoconfiança” individual e de solidariedade familiar. Por vezes, possibilitam conquistar tardiamente estímulos morais e afetivos. Considerando que, de acordo com o autor, as pessoas precisam conceber às suas vidas “sentidos”, de onde acessam a autoestima e o reconhecimento social para o que são e o que fazem, a religião, neste caso, pode ser mais uma ferramenta possível para significar a vida de Rosa.

8 – “VÁRIAS MULHERES, VÁRIAS IDADES”: Juventude e envelhecimento no cotidiano das mulheres da paz

A interseccionalidade dos marcadores de gênero, classe, raça e geração/idade permite uma análise infinita de inter cruzamentos pela riqueza que essas articulações ensejam vislumbrar nos processos de subjetivação. A geração/idade é uma categoria que também foi trazida para análise nesta pesquisa por meio das trajetórias de vida das mulheres da paz.

Este marcador social possui um peso importante para que pensemos as políticas públicas voltadas para as mulheres, considerando que ser uma mulher jovem, adulta ou velha representa modos muito diferentes de se viver. Mulheres que nasceram há mais de 60 anos vivenciaram períodos históricos diferentes daquelas que hoje possuem 18 anos, por exemplo, implicando muitas vezes relações distintas a partir das construções sociais de cada tempo, mesmo que algumas experiências se repitam independentemente da geração/idade.

De acordo com Ana Amélia Camarano (2013) é inegável que a idade traz vulnerabilidades que são diferenciadas por gênero, raça e classe social. Levando com isso a dificuldade em se encontrar um corte etário apropriado para definir a população idosa. No Brasil essa população é representada por pessoas acima de sessenta anos, de acordo com Política Nacional do Idoso. Nos países desenvolvidos é representada por pessoas acima de sessenta e cinco anos.

Existem trabalhos relevantes quanto aos estudos geracionais, principalmente na antropologia brasileira, como os de Guita Debert (1998), Alda Britto da Motta (2002) e Cornélia Eckert (1998). Através destas autoras, podemos perceber dois empregos distintos do termo geração como categoria analítica. Num caso, indica-se a geração como posição no interior da estrutura de parentesco, alinhada à organização social do ciclo de vida. Em outro caso, a geração “designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência” (MOTTA, 2004 p.350). É a partir dessa segunda compreensão referida que o marcador social da geração será analisado e discutido no presente estudo, tendo em vista sua imbricação com as categorias de gênero, classe e raça.

Idades e gerações são importantes fatores de organização social. Sendo um marcador fundamental quando trabalhamos com produção de subjetividade e sua historicidade nas condições de possibilidade da vida. A condição etária e, principalmente, o envelhecimento, ainda são, como assinala Guita Debert (1994 p.22) “mecanismos fundamentais de

classificação e separação de seres humanos”. Numa perspectiva de idade/geração, ser jovem ou ser velha/o é uma “situação” vivida, em parte homoganeamente e, em parte, diferencialmente, segundo o gênero, a classe social, a raça das pessoas.

É preciso destacar que apesar da vulnerabilidade possivelmente associada ao marcador geracional, ele é reconhecido e mais facilmente aceito como hierarquizador, pois conta com o respaldo do discurso biomédico que compreende a decadência do corpo físico e suas conseqüências (limitações orgânicas). Com isso a idade é reconhecida sem contestação como determinante social de saúde, enquanto que o gênero, a classe e a raça enfrentam maior resistência no campo da saúde, pois não são necessariamente reconhecidos como “biológicos”. (DEBERT, 1994)

O Brasil, numa velocidade maior que os países europeus, dobrou a expectativa de vida. Em 1900 a expectativa de vida era de 33 anos, em 1950, 43 anos, 65 anos em 1990, atualmente já ultrapassa os 75 anos (indicador que pode ser questionado no que se refere, por exemplo, a expectativa de vida de homens negros e de travestis). (MINAYO; COIMBRA, 2002). Dados que nos convocam a problematizar os fatores de organização social que não se restringem somente à questão da geração/idade e o aumento dos anos de vida, mas alçam questões que circulam por outros marcadores sociais assim como assinala Debert (1998).

Quanto à perspectiva de gênero, Alda Britto da Motta (1999), em seu artigo “As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento”, sinaliza que a trajetória de vida das mulheres, como construção social e cultural, vem determinando diferentes representações e atitudes em relação à condição de ser velha. Dessa forma, gênero e idade/geração são dimensões de análise da vida social, expressas por relações, onde se (entre)tecem subjetividades, identidades e se traçam trajetórias.

De acordo com Márcia dos Santos Macedo (2008), a categoria geração, a despeito de seu poder explicativo à construção social da periodização das experiências dos sujeitos, ainda não é vista consensualmente com o mesmo estatuto teórico atribuído ao gênero, a classe e a raça. O argumento utilizado nas suas críticas entende que gênero, classe e raça produziram polaridades e ou contradições, enquanto a geração seria “apenas” hierárquico, não gerando processos de diferenciação entre os sujeitos, podendo homogeneizar experiências. (MOTTA, 1999). Em contraponto, os estudos que ressaltam este marcador como importante referência teórica e política para o desvelamento dos sistemas de hierarquização social que determinam relações entre diferentes grupos etários na sociedade vêm crescendo. (MOTTA, 1999; DEBERT, 1994).

Alda Britto da Motta (1999) salienta que a categoria geração/idade precisa ser discutida no marco das relações de poder, considerando sua complexidade analítica. O tempo das pessoas vivido como idade e geração, é tempo biográfico e tempo histórico. Através da noção de tempo social é que será possível se situar, numa linha cronológica, enquanto criança, adolescente, adulto(a), velho(a), categorias/grupos de idade aos quais é permitido ou não, desejar, expressar, realizar ou não tal ou qual ação social.

A seguir elenco alguns trechos das narrativas das participantes da pesquisa que mencionam a questão da geração/idade. Estes trechos apareceram durante as falas de modo espontâneo, sem que o suporte prévio de perguntas diretas sobre o tema fosse feito. Eva de 73 anos é a mulher da paz que mais faz referência a sua compreensão sobre ser idosa, dando ênfase aos seus esquecimentos. Lembro que ela foi a entrevistada mais velha.

Eu tô numa fase ainda, um pouco de esquecida das palavras. Vocês tiveram um saco de paciência com essas pessoas idosas. Sim, porque o idoso ele é complicado às vezes, ele custa entender, ele quer falar mais do que pensa, o idoso ele não escuta muito, ele toca o barco, ele quer falar e falar, mas ele não pensa pra falar e a gente muitas vezes tem que pensar pra falar, porque às vezes a gente fala coisa que fica no ar, daí isso é ruim, isso aí é o defeito do idoso, eles querem falar, falar, falar. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

Eva, logo no início de sua fala ressalta a diferença de idade da jovem equipe técnica: “vocês tiveram um saco paciência com essas pessoas idosas”, referindo-se aos espaços dos encontros e oficinas. Eva carrega em sua fala a compreensão de que ser uma pessoa idosa pressupõe a necessidade excessiva de falar, mas falar “sem pensar”, bem como “custar para entender”. Elementos esses que nos dizem de um determinado lugar que esta compreensão de idosa ocupa. Lugar que pode ser marcado pelo silenciamento compulsório de alguém que não esta mais inserida num campo de trabalho, que vivencia a solidão vinda dos filhos(as) crescidos(as) e da morte do companheiro, que possui ensino fundamental incompleto e que possui a renda de um salário mínimo. Fatores que Eva conhece bem. Por vezes, o espaço do Projeto Mulheres da Paz pode ser o único canal onde se “fala, fala e fala” e não necessariamente onde se escute, já que “algumas coisas ficam no ar”.

Alda Britto da Motta (1999) sinaliza que diferentes expectativas sociais norteiam a trajetória dessas mulheres de mais idade, onde gênero, geração/idade, se entrecruzam. Dependendo da classe social e dos arranjos familiares, ser velha pode significar viver em grande pobreza, ou até na miséria, mesmo para aquelas originalmente de classe média, por tratar-se de uma geração de escassa participação no mercado de trabalho e, portanto, com poucos recursos pessoais de sobrevivência. Pode significar, também, falta de companheiro ou

solidão mais frequente, devido ao maior número de viúvas, ao crescente número de separadas, ou de solteiras com filhos.

Somados aos problemas próprios do envelhecimento, estão os problemas de uma população cujas experiências, ao longo de todas as etapas da vida, foram marcadas por condições de vida amplamente desfavoráveis que tendem a se agravar na velhice, de acordo com Guita Debert (1998). Francisca, 60 anos, que desde criança enfrenta dificuldades econômicas, afirma que “com a idade dela não vai estar deixando de comer para comprar roupa”. O fator da idade aparece como elemento que dificulta ainda mais o acesso aos recursos materiais, bem como alerta que algumas prioridades (alimentação) precisam ser revistas quando “se é mais velha”.

Eva também conta que tem passado por algumas dificuldades econômicas. Ela recebe um salário mínimo, mas vive em uma casa em um bairro de classe média. Há alguns meses perdeu o marido que a deixou com algumas dívidas. Era ele quem mantinha o pagamento das contas da casa. Ela conta também que sente falta da companhia dele, mesmo que antes de sua morte estivessem “brigados” em função de ele ter traído ela. A equipe técnica do Projeto Mulheres da Paz encaminhou Eva ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde por meio de uma avaliação sócio assistencial, ela passou a receber uma cesta básica e a participar de outros grupos e oficinas oferecidos pelo CRAS. Para isso, foi preciso, conjuntamente com Eva, pensar em alternativas para ela conseguir levar a cesta básica para casa, já que usa bengala e tem dificuldade de locomoção, possuindo apenas acesso ao transporte público. Por vezes, tivemos o apoio de um dos seus filhos que morava na cidade vizinha. Em outras oportunidades, contamos com transporte por parte da SMSPC. Quando não restavam alternativas, até mesmo a própria equipe, de maneira informal, mobilizava-se para conseguir um carro emprestado.

Fatores que no cotidiano do trabalho nos lançam a pensar na interseccionalidade dos marcadores sociais, que produzem modos de operar os serviços de uma política pública de determinada forma, como o exemplo trazido acima, onde um encaminhamento (corriqueiro) ao CRAS para o cadastro único e recebimento de benefício social pode implicar em limitações para alguém que possui dificuldade de se locomover, não necessariamente idosas, mas vale mencionar a questão das deficientes físicas. Não irei aprofundar essa questão, mas preciso citá-la já que, por exemplo, na sede do Projeto Mulheres da Paz, não temos acessibilidade, fazendo com que o serviço, que se embasa da discussão e atendimento aos direitos humanos, torne-se prejudicado, excluindo esse público ou ainda o expondo em casos em que se é preciso “acolher” na recepção.

Tereza, 68 anos, também traz alguns apontamentos sobre “ter mais idade”, abordando fatores que dizem da relação da geração/idade com o Projeto Mulheres da Paz. Ela afirma (e lamenta) que deveria ter entrado no programa quando era jovem, pois assim teria “dado um jeito na sua vida”. O tempo para “mudanças”, de acordo com ela, parece ter expirado, e agora “se sente muito velha para estar num projeto como este”.

Destaco que Tereza foi a única entrevistada que não relatou nenhuma mudança em sua vida depois de ter participado do programa. O fator da idade atravessou o modo com que ela se percebeu no grupo de mulheres da paz, autorizando-a ou não a realizar algumas atividades ou, ainda, sentir-se à vontade naquele espaço.

Muitas vezes eu me achava muito velha pra estar aqui no projeto, e mais me apavorava com a dona Eva e a dona Maria, brigando pra ficar entende (...) Devia ter entrado quando era mais nova. Sei eu, acho que até tinha dado um jeito na minha vida, diferente. Muitas vezes, quando tu tem mais idade tu te sente mais cansada. Muitas vezes como eu, eu cuido da minha casa, eu limpo, então cada vez que eu venho é uma corrida pra vim, aí se tem que levar meu marido no médico é eu que vou entende, porque **todos trabalham**. Tereza, 68 anos, branca, R.I 3S e R.F +20S

Tereza mora com o marido, com a filha, o genro e quatro netos(as) adultos(as), em uma casa que tem 26 cômodos. A renda mensal familiar ultrapassa 20 mil reais. O marido de Tereza é muçulmano, assim como era seu pai. Ela afirma que o “valor da família” sempre foi algo que permeou sua vida, fazendo-a sempre “manter esses valores”. Neste cenário, ela realiza as tarefas domésticas, prepara a comida para todos(as), lava a roupa de todos(as), “cuida” da saúde do marido que tem 82 anos e ainda trabalha na criação e venda de cachorros, de onde maior parte da sua renda extra (além da aposentadoria) é adquirida.

Mesmo com todos esses afazeres, Tereza comenta que “é corrido” porque “todos” trabalham. Ela parece não se incluir na categoria dos(as) trabalhadores(as) da casa, o que está novamente relacionada a construção social envolta ao gênero feminino que determina a desvalorização do trabalho doméstico, bem como sua obrigatoriedade enquanto atividade realizada somente pelas mulheres, além do papel “cuidador e maternal” que também fica a cargo delas. Tereza não contrata empregada doméstica, mesmo possuindo uma renda mensal elevada. Esses aspectos, por diferentes gerações e idades, entrecruzam-se ligados socialmente e historicamente ao gênero. Por esse motivo, Tereza relaciona o cansaço ao fato de “ter mais idade” e não necessariamente ao fato de ter que “dar conta” de uma gama de tarefas que toma seu tempo (mesmo sendo de uma classe média alta).

A interseccionalidade de gênero, classe, raça e geração, aparece na vida de Tereza de maneira entrelaçada, fazendo com que o fato de ser mulher, ainda que branca e de classe média alta, signifique “não medir esforços”, quando o assunto é o cuidado da casa e da

família. Por conseguinte, o cansaço, possivelmente “não permitido às mulheres responsáveis pelo âmbito doméstico”, é e/ou “precisa” ser justificado pela idade, que também carrega em si a construção social pautada em um sistema capitalista que relaciona “ser velha” com ser “improdutiva”, “incapaz”, produzindo a desvalorização e abandono por parte do Estado e da sociedade. (DEBERT, 1998)

Para ilustrar e agregar às discussões envoltas na categoria geração/idade, trago algumas falas de mulheres da paz mais jovens que Eva e Tereza. Ressalto que os trechos apontados na sequência foram instigados por questões diretas feitas por mim às entrevistadas, na seguinte pergunta: “como você percebe a questão da geração/idade das mulheres que participam do Projeto Mulheres da Paz?”.

A idade eu já acho que chega ser assim quase que um agravante, porque noto assim que as mais velhas tem uma certa dificuldade pra captar o que é passado sabe, por mais que elas tenham boa vontade. Na compreensão, eu noto bem forte assim que elas ficam meio que boiando, tu explica, tu explica,... Agora eu tava no eixo da educação, daí eu fui e pediram pra mim ajudar elas pra contar histórias, ensinar elas. Daí eu fui lá, mas **até uma coisa simples como contar uma história infantil né**, elas não entendiam aquilo ali, liam, não é assim, é assim, liam de novo, coisa assim que parece que não entra muito na cabeça por causa da idade. Uma que tu tem que ter disposição que daí tu já nota que não tem né, não tem disposição física, até mesmo pra passar alguma coisa que não é bem aquilo ali, pelo fato de não ter entendido. Outra coisa que eu noto assim é que tem muitas que até mesmo estão ali trabalhando, estão ali aprendendo que não é assim, mas acabam achando que é assim porque foi criada, que nem eu fui criada num mundo machista, **mas eu me polio bastante, algumas já não tem essa percepção até mesmo por serem mais velhas**, quando vê acabam falando, por exemplo, uma mulher dirigindo: “a tinha que ser mulher mesmo” sabe, tá sendo machista, mas eu acho que até elas mesmo não notam que tão fazendo. Ana, 44 anos, branca, R.I 1S e R.F 5S

Ana têm 44 anos, é extremamente ativa nas atividades do Projeto Mulheres da Paz. Embora não tenha concluído o ensino fundamental, é uma participante que desenvolve com facilidade a escrita e a leitura, fazendo anotações de todos os encontros e lendo com frequência textos que se relacionam com as temáticas estudadas. No exemplo citado em sua fala, ela relaciona a “dificuldade de entendimento de alguns assuntos” com “ser mais velha”. Para Ana, contar uma história infantil é “coisa simples”. Neste sentido, cito a questão do iletrismo e a falta de capital cultural que ultrapassam a categoria da idade. O acesso à literatura, neste caso, a literatura infantil, não está disponível para todas as pessoas. Com isso, evidencia-se o lugar do qual Ana fala e percebe as diferenças de idades entre as mulheres da paz de modo isolado, onde a classe social e o gênero parecem não englobar sua compreensão sobre os fatores que entrelaçam o processo de subjetivação das mulheres. De acordo com Ana, as atitudes machistas não são percebidas da mesma forma pelas colegas mais velhas.

Neste ponto, retomo a autora Alda Britto da Motta (2002) que ressalta o feminismo como um movimento que inicialmente foi liderado por mulheres brancas ocidentais e

“burguesas”, sem esquecer que eram mulheres jovens ou adultas. Faixa etária que diz de posições geracionais de onde saíam as lideranças da política partidária, dos movimentos sociais urbanos e dos sindicatos. Deste modo, a proposição de políticas, os depoimentos pessoais, os trabalhos de grupos, voltaram-se a uma faixa etária específica. Essa mesma autora, amparada em Bourdieu (1983), destaca que o conflito de gerações e as formas de desigualdades e exercícios de poder geradas por esses embates, historicamente puseram cada uma “em seu lugar”. Pois todas as categorizações e posições concebem diversidades, diferenças e posições entre indivíduos e coletivos, portanto, separando as mulheres, dificultando a luta pela equidade.

Em consonância com Ana, Joice de 33 anos também situa as mulheres mais velhas, como as “mais machistas”. Salientando que existem diferenças nos modos de participação no Projeto Mulheres da Paz a partir das gerações/idades.

É bem diferente, às vezes até nas reuniões, porque às vezes as pessoas, vamos dizer assim, mais antigas, em certos assuntos tem algumas coisas mais enraizadas, até mesmo a questão do empoderamento, a questão também de mulheres machistas, até mesmo no grupo tem muitas mulheres machistas e geralmente são mulheres mais velhas. Joice, 33 anos, negra, R.I +1S e R.F 3S

Camila, 18 anos, diz que é diferente o olhar de uma mulher de “17 anos para aquelas que já têm quarenta e poucos”, mas que é essa diferenciação, entretanto, que permite a troca de aprendizados. Ela ressalta que “independente da idade” todas “dão o seu melhor” enquanto mulher da paz.

A gente vê várias mulheres de várias idades aqui dentro e é claro que assim, uma guria de 17 anos vai ter outro olhar do que as outras mulheres que já tem quarenta e poucos anos, eu acho que independentemente da idade, todo mundo sabe dá o melhor de si aqui dentro e eu acho que é muito bom ter essa diferenciação de idades, porque coisas que eu nunca saberia eu estou aprendendo com elas, coisas que elas não sabem, elas tão aprendendo comigo. Aí é legal essa coisa de dividir informações que eu acho que **a gente faz um trabalho muito melhor, quando a gente não tá fechado só naquilo que a gente conhece.** Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Camila, ao final de sua colocação, nos permite referenciar Michel Foucault (1986), ao alertar sobre a necessidade de pensar diferentemente do que se pensa e perceber diferentemente do que se vê, para que continuemos a olhar e refletir. Foucault aponta a curiosidade como uma prática que nos permite separar-nos de nós mesmos, sem que escorreguemos numa curiosidade que procura assimilar o que convém conhecer. Camila, a participante mais jovem do Projeto Mulheres da Paz, reforça a necessidade de compartilhar de outras visões (diferentes das nossas), que dizem de lugares socialmente distintos, para que se possa “fazer um bom trabalho”.

Francisca também sinaliza as várias idades/gerações que participam do programa, dando destaque à Camila. Assim como Tereza, ao afirmar que devia ter entrado no Projeto Mulheres da Paz quando fosse mais jovem, Francisca relata a importância da participação das meninas/jovens em ações como as desenvolvidas pelo programa. Ela cita um caso onde três mulheres jovens foram degoladas na cidade onde ela nasceu, em San'tana do Livramento, por “terem feito algo que os homens não gostaram”.

São várias idades, eu fico tão abismada assim daquela guriazinha a Camila, eu digo, a cabecinha dela já tá começando a mudar hoje, e é assim que tem que começar as meninas. A mulher tem que começar desde cedo, a ter o valor dela, a saber qual é o valor dela, a não apanhar, a não degolarem ela tchê, mas o que é isso? A gente tá num mundo que a mulher não tem valor, mulher é só pra cama, mas o que é isso?
Francisca, 60 anos, negra, sem R.I e R.F 1S

Para Glória, 52 anos, a idade avançada das mulheres da paz não pressupõe que elas deixem de se engajar nas atividades do programa. Ela sinaliza que as colegas “não aparentam a idade que têm”, o que indica de certo modo, que a “inteligência (cabeça)” não é um fator que contempla o “ser velha” na nossa sociedade.

Eu acho assim que as pessoas mais velhas não aparentam as idades que têm pelas cabeças delas. Eu vejo assim senhoras de idades muito inteligentes aqui dentro, a idade delas não tá afetando elas. Glória, 52 anos, branca, R.I 3S e R.F 6S.

Nessa mesma direção, Eva aponta que se acha inteligente como (as)os jovens, mas na mesma fala, comenta que existe muita diferença nas formas com que a juventude se apropria, por exemplo, da escrita, o que para ela é percebido como dificuldade. O trecho se mostra contraditório, pois abarca conteúdos com significados diferentes. Ao mesmo tempo em que Eva afirma “ser igual aos jovens”, ela também reforça que as diferenças entre as gerações aparecem com evidência. Ela ilustra sua colocação com o exemplo das novas tecnologias, mencionando os smartphones e o uso do “Whatsapp”, dizendo que seus netos e netas “não largam aquilo e escrevem bem rápido por ali” e que ela “não sabe mexer em nada disso”.

Eu me acho super inteligente igual as outras, nada mais e nada menos. Eu sou igual aos jovens, eu procuro acompanhar os jovens, porque eu sou velha, mas velha não é doença, todo mundo chega lá e tu não vai chegar? Muitas vezes não conseguia escrever as palavras, eu entendia melhor tu falando do que eu escrevendo, pra tu ver que o idoso tem uma diferença bastante pra isso, muita diferença do jovem, porque hoje o mundo tá muito avançado, os jovens eles são muito inteligentes. Nós temos que aceitar os jovens, temos que procurar se entender com eles e eles têm que escutar o que a gente ensina, porque a gente tem mais conhecimento assim em vida, de convivência e vocês são mais inteligentes, porque vocês têm uma cabeça melhor, se adaptam rápido às coisas novas que aparecem, **tem coisas que eu não sei pronunciar**, porque a gente não foi criada assim. Agora, eu vejo que o jovem é muito inteligente e eu gosto que o jovem dê atenção para os idosos. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

Neste ponto ressalto a visão universal de idoso/a, que desconsidera a interseccionalidade com o marcador de classe, por exemplo. No caso de Eva, saber pronunciar

palavras em inglês corresponde ao capital cultural que marca sua vivência, impossibilitando-a conhecer outras línguas. Esta dificuldade pode não ser uma questão para uma idosa que seja de classe social média e alta, com outro capital cultural, como por exemplo, uma professora universitária, que fala outras línguas e conhece outros países.

Lurdes afirma que sente “ter todas as idades”, mas explica que cada geração/idade possui suas particularidades. Para ela, a atuação nas atividades das mulheres da paz precisa contar com essa atenção às variadas faixas etárias, já que, de acordo com ela, “lidar com criança” é completamente diferente do que “lidar com jovens”, do que “lidar com adultas” e “lidar com idosas. Assim como essas diferenças estendem-se às demais interseccionalidades.

Ah, eu não tenho 64 anos, eu tenho todas as idades ali. Pra mim o mais importante é isso, eu não tenho 64, eu me encaixo em todas. Em partes eu acho que cada um tem que ter um envolvimento a cada idade, até mesmo pra ti, no caso debater com a pessoa, entender a pessoa, tu pode se dar com todos, mas cada um tem uma diferença. Lurdes, 64 anos, negra, não possui R.I e R.F 3S

Neste mesmo sentido, Camila conta sobre uma situação em que foi contatada, por meio das redes sociais, por uma jovem que estava sofrendo violência, que só se sentiu confortável em falar da situação porque Camila tinha a mesma idade que ela. Além disso, a interação pela internet também se mostrou como um importante elemento nesse contato, visto que Camila está sempre conectada, fazendo das redes sociais um dos seus principais espaços de atuação enquanto mulher da paz.

Uma guria de Porto Alegre, ela me disse que se eu fosse um pouco mais velha ela não teria confiado em mim, porque ela disse que se sente muito mais à vontade de se abrir comigo, que tenho a mesma idade que ela, do que se abrir com uma pessoa mais velha, porque enfim, ela sofria repreensão dos pais e tudo mais. Aí eu acho que essa interação pela internet, ter a mesma faixa etária deles, influencia bastante, porque eles se sentem mais confortáveis falando comigo do que falando com uma pessoa mais velha, porque muitas vezes a repreensão vem das pessoas mais velhas. Camila, 18 anos, branca, R.I R\$300,00 e R.F 7S

Ao trazer esse exemplo da jovem que procurou Camila, me coloquei a pensar na própria Camila, que durante a entrevista chorou muito. Algo que me chamou atenção, pois considerando os mais de dois anos no Projeto Mulheres da Paz, nunca havia visto ela se emocionar do mesmo modo. Lembrei que em todos os encontros da capacitação a mãe dela esteve presente, ou ainda mulheres mais velhas que ela. Percebi que foi no momento em que ficamos sozinhas que ela chorou pela primeira vez naquele espaço (que também era outro espaço, já que se tratava de uma entrevista para uma pesquisa). Fiquei refletindo sobre a possibilidade dela se sentir oprimida nos espaços de grupo, uma vez que era a mais nova em um lugar com mulheres bem mais velhas. O fato de eu ser jovem (27 anos), também pode ter contribuído para que ela se sentisse “confortável” para chorar. Deste modo, destaco a importância da representatividade no trabalho com direitos humanos, em que mulheres falem

para mulheres (ressaltando a importância de levar em consideração também a interseccionalidade dos marcadores sociais), ainda que não se garanta uma escuta não machista. Nesta situação, o espaço da pesquisa possibilitou emergirem as emoções que não apareciam nos locais de formação militante do projeto.

Para Marisa, 46 anos, o Projeto Mulheres da Paz possivelmente não chamaria sua atenção caso ela fosse mais jovem. Ela diz que agora existem muitas oportunidades (trabalhos, estágios, cursos) que poderiam ser mais “interessantes” para ela do que o programa.

Se eu fosse mais jovem... Bá, porque agora tem tantas oportunidades de coisas, não sei assim te dizer sinceramente se me chamaria atenção o Mulheres da Paz. Marisa, 46 anos, negra, R.I 1S e R.F +2S

Essa afirmação de Marisa pode estar relacionada ao fato de que o Projeto Mulheres da Paz é um espaço que é formado, em sua maior parte, por mulheres acima de 45 anos. Além disso, não é uma atividade que gera renda, aspecto essencial no processo de autonomia financeira almejada pelas jovens que estão se inserindo no mercado de trabalho. Grande parte das mulheres da paz não estudam e não trabalham formalmente. Muitas são aposentadas, recebem algum tipo de benefício social, são autônomas, algumas são donas de casa ou estão desempregadas. Fatores que contribuem para a construção de um “perfil” das participantes. Perfil este que não corresponde, por vezes, a realidade das jovens. Camila e Joice, por exemplo, não conseguem participar de algumas atividades por estarem estudando e fazendo estágio. Elas são jovens de classe média, mas também podemos considerar que as jovens das classes populares se voltam para as oportunidades de trabalho, não conseguindo também conciliar os horários com as ações do programa.

Pensando ainda no “perfil” das mulheres da paz, podemos afirmar, a partir de Alda Britto da Motta (1999), ao se referir ao Brasil, que são realmente as idosas que mais têm participado de grupos e propostas culturais de lazer, bem como de associações voltadas para a luta por direitos sociais. São as idosas que mais participam de atividades extra domésticas, envolvendo-se em organizações, em movimento de mulheres e em cursos (CAMARANO, 2013). A autora complementa dizendo que, por vezes, é na velhice que as mulheres consolidam suas experiências, se “libertando” das obrigações e controles reprodutivos, conseguindo encontrar um tempo social disponível à mudança, inclusive, inserindo-se em espaços que propõem discussões feministas, como no caso do Projeto Mulheres da Paz, fazendo com que essas mulheres experienciem novos modos de vida.

Muitas das mulheres velhas atuais, não tiveram uma vida profissional formal ativa e sua vida social era bem mais restrita do que os homens da sua geração. Essas mulheres falam,

então, em liberdade, como se uma “liberdade de gênero” se sobrepusesse à condição (menos favorável) geracional ou de classe (MOTTA, 2002). De acordo com as colocações da autora, Eva ressalta que “sendo mulher, tem muita coisa ainda pra enxergar” e que se preocupa com seus “esquecimentos da idade” porque “precisa estar lúcida” para seguir participando da luta feminista.

Estou muito esquecida, não sei o que eu vou fazer Michele, eu ando muito, muito esquecida. Mas diz que é da idade, mas eu vou ter que melhorar, **não posso, tenho que ficar ainda lúcida, sendo mulher, tenho muita, muita coisa pra enxergar e muito pra dizer pra alguém** o que é mulher, muita mulher passa trabalho, muita, muita, muita, meu deus, se a gente não correr o bicho pega, se tu parar o bicho come e agora? Mulher tem que pensar e tem que agir e tem que fazer, não adianta, a vida foi feita assim e vamos embora assim mesmo. Eva, 73 anos, branca, R.I 1S e R.F +2S

A interseccionalidade de geração/idade com outros marcadores sociais permite entender como as hierarquias que atravessam a vida das mulheres definem um conjunto de limites e possibilidades para aquelas que a constituem. Neste sentido, ser mulher da paz jovem, adulta ou velha, pode ter representações diferentes dependendo do momento do ciclo de vida dela. Portanto, as formas com que elas se engajam no projeto pode representar o que Guita Debert (1998) identifica como enriquecimento e ganho de novos papéis sociais, em que possam problematizar os preconceitos que marcam a velhice nas sociedades modernas, assumindo a luta por uma existência produtora de outros sentidos.

As pessoas aqui, nem sei quantas pessoas são mais idosas, nunca me importei com essa parte. E eu acho que elas são bem participativas, todo mundo, embora algumas pessoas tenham problemas de saúde, a gente vê que elas tão contribuindo. Eu até acho que participar do projeto contribui no fato da pessoa não se sentir inútil, poder contribuir, viver né, bem dizer. A pessoa quando fica muito sem fazer nada, fica mais doente, muita solidão, estar em algum lugar, ou conversar com uma colega... Problemas todo mundo tem, não é só os velhos, mas tem uns que se fecham mais e ficam com depressão. E isso (falar), contribui para as pessoas não ficarem tão depressivas, desanimadas, achando que estão no fim da vida, que não pode fazer mais nada. Rosa, 54 anos, branca, R.I/ R.F R\$219,00.

O Projeto Mulheres da Paz, de acordo com a colocação de Rosa, pode ser uma alternativa de atividade para as mulheres de mais idade. Eva e Tereza são duas mulheres idosas que relatam não frequentar atividades ditas “da terceira idade”, como os bailes, centros de convivência, oficinas de artesanato, atividades físicas. Mas costumam dizer que gostam de distribuir materiais (Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Cartilha sobre os tipos de violência e informações sobre a rede de serviços especializados) no ônibus que pegam para ir até o Projeto Mulheres da Paz.

Elas reforçam que “essa é a forma delas de serem mulheres da paz”. Podendo ocupar espaços de participação social, incidindo na vida de sua comunidade. Assim como Camila afirma que “a internet é sua comunidade e que é lá o seu espaço de atuação”, onde participa

de grupos de discussão de outros estados. Jovens, adultas e idosas indicaram notórios fatores que as diferem como mulheres da paz, advertindo que os cruzamentos entre os marcadores elencados até aqui, constituem somente parte de um terreno à margem da abertura de outras e novas vias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Glória Anzaldúa (2000, p.231) “é preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisível”. Inspirada nessa frase destaco os encontros que este estudo propiciou. Encontros que me permitiram produzir sentido às práticas de trabalho/pesquisa no campo da psicologia social. Encontros conceituais/teóricos que intercalados com as histórias de vida compuseram uma poderosa fonte de análise social.

Assim como refere Sofia Neves (2012) o método das histórias de vida, pertinente à investigação feminista, pode servir como estratégia de resistência, na medida em que torna público conteúdos até então mantidos no âmbito privado. Dessa forma, se traz para o espaço político, que é também o espaço da ciência, a reivindicação de direitos.

Sendo assim, foi crucial a utilização dos relatos das trajetórias de vida, em que elementos do cotidiano das mulheres puderam avivar a discussão sobre as interseccionalidades e os processos de subjetivação. Além disso, as narrativas deram conta de percorrer por uma rede de realidades que evidenciaram os diferentes olhares e possibilidades de ser, que não cabem aos contornos de categorias isoladas.

A própria criação do Projeto Mulheres da Paz foi marcada por tensões entre o movimento feminista e demais grupos de mulheres. Justamente porque correspondem a mulheres que se diferem no que diz respeito aos marcadores sociais, implicando em posicionamentos e lutas diversas, e que infelizmente, por vezes, impede o diálogo entre elas. Para além da perpetuação dos silêncios, o distanciamento resultante das formas de ver e agir no mundo, pode enfraquecer parcerias e romper definitivamente com pontes (ou rotas alternativas) que nos permita “caminharmos juntas”.

É necessário reforçar que a trama das nossas histórias, atravessadas pelo gênero, pela classe, pela raça e pela geração/idade nos separa em muitas situações, fazendo com que ocupemos lugares distintos nos jogos de poder vigentes na nossa sociedade. Entretanto, “um pouco de possível, senão eu sufoco” (DELEUZE, 1996) nos consente admitir que caminhos podem se cruzar, fazendo com que a potencialidade das marcas compartilhadas, possam ressignificar trajetórias, como as mulheres da paz trouxeram em algumas de suas falas.

Nesse sentido, cabe problematizar o terreno das políticas públicas como importante participante desses (des)encontros. E através dele, nossos movimentos e perspectivas que possibilitam (ou não) trazer a ética para o campo das relações cotidianas que marcam a

microfísica do poder (SILVEIRA; NARDI; SPINDLER, 2014), desbravando brechas que operem como prática reflexiva de liberdade, incidindo nas relações de saber-poder de modo a tensionar relações de forças mais equânimes.

Foi possível com este estudo, propor conforme Kimberlè Crenshaw (2002 p182) “uma análise de baixo para cima”, em que o ponto de partida foi compreender como as mulheres da paz vivem suas vidas, dando conta das múltiplas influências que às imbricam. Também se conseguiu discorrer pelos arranjos envoltos na relação delas com o Projeto Social Mulheres da Paz, que determinaram novas modelagens às condições de ser e estar a partir das combinações de fatores vivenciados por cada uma delas.

Ainda de acordo com Crenshaw (2002), ter abarcado às dimensões das relações de gênero, das relações raciais, de classe e geração/idade, revelou que a análise da discriminação interseccional, está nas descrições sobre as experiências vividas por mulheres racializadas. Contudo, não só diante das descrições dessas experiências que a garantia de intervenções eficazes é dada. É indispensável que abduquemos de compreensões parciais (e até distorcidas) das condições das mulheres, lançando-se a uma análise mais detalhada das dinâmicas que compõem a subordinação destas. Caso contrário, podemos escorregar em percepções ineficientes ou até contraproducentes.

Faço destaque à dificuldade que a operacionalidade do conceito de interseccionalidade impõe. Já que nos impele à artifícios que tendem a fragmentar o entendimento dos marcadores sociais, nos direcionando a “separá-los” em alguns momentos (como fiz em alguns trechos). Sua amplitude parece sempre escoar diante da tentativa de “fazer caber” tamanha complexidade em um recorte analítico e descritivo. Entretanto, vale reconhecer que sendo um recorte, estamos pautando-nos na parcialidade do conhecimento que nos implica. Sempre passível de críticas, outros olhares e posicionamentos.

Por *fim*, considero este estudo como parte de um conjunto de “forças”, que buscou unir outras vozes à luta do movimento feminista interseccional que vem tentando gritar, vem tentando se fazer enxergar, num cenário (de disputas) que possui surdez e cegueiras. Além disso, preciso dizer que este percurso de pesquisa me foi valioso, pois mergulhei em desafios e aprendizados que não marcam só o papel desta escrita, mas agarram-se aos meus processos subjetivos, transformando minha forma de perceber o mundo e meu lugar nele.

O Projeto Mulheres da Paz deixou muitas contribuições que certamente poderão servir à outras iniciativas no campo das políticas públicas de segurança pública para as mulheres. Entretanto, vale mencionar que assim como a inserção neste programa operou mudanças nas vidas das participantes, seu término não foi e nem seguirá isento de implicações.

Meu percurso enquanto trabalhadora/pesquisadora segue diante de novos desafios. Levarei comigo o tanto de incertezas e dúvidas que abastecem outros planos e sonhos nesse “descaminho do conhecer”. Irá comigo também o enovelado de experiências e trajetórias que me enredaram, de modo a trançar minha história em outras histórias, onde a costura cuidadosa das interseccionalidades enlaça muitos pontos, cores e formas que criam no corpo da arte muitos “*nós*”.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p.229-236, 2000. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>>. Acesso em: 24 abr. 2015

_____. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 704-719, Dec. 2005. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000300015&lng=en&nrm=iso

ARAÚJO, Maria José de Oliveira. Saúde Mental das Mulheres. In: Coletivo Feminino Plural. Projeto Girassóis: Gênero e saúde mental. Porto Alegre, 2014.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIÃO SUL DO BRASIL. Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. AMTR-SUL. Ministério da Saúde, Chapecó/SC, 2008)

BANDEIRA, Lourdes. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. BRASIL, CEPAL, SPM, Brasília, 2005.

BANDEIRA, Lurdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos. A transversalidade de gênero nas políticas públicas. **Revista do Ceam**, Brasília, v. 2, n. 1 jan/jun, 2013

BARROS, Regina Benevides. PASSOS, Eduardo. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. In: Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 16 n. 1, pp. 071-079, 2000.

BATISTA, Carla Gisele; MOTTA, Alda Britto da. Velhice é uma ausência? Uma aproximação aos feminismos e à perspectiva geracional. Ver. Feminismos. Vol.2, N.1 Jan. - Abr. 2014

BENEVIDES DE BARROS, Regina. Dispositivos em ação: o grupo. In: SILVA, A. do E. et al. **Subjetividade: questões contemporâneas**. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 183-191.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58

BERTAUX, Daniel. Biography and society. Beverly Hills: Sace Publications, 1981.

BONETTI, Alinne. **Entre feministas e mulheristas - uma etnografia sobre promotoras legais populares e novas configurações da participação política feminina popular em Porto Alegre**, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre "A 'Juventude' é apenas uma palavra". In: **Questões de sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, pp. 112-121, 1983.

_____. Capital Cultural. **Escuela y Espacio Social**. México: Siglo Veinteuno, 1997

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, June 2006. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100014&lng=en&nrm=iso

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Pacto Nacional de Enfrentamento à violência contra a mulher. Brasília, 2011

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra as mulheres. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Brasília, 2007.

_____. Lei ordinária Nº 11530, de 24 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública Com Cidadania - Pronasci e da Outras Providencias. Disponível em:<
<http://portal.mj.gov.br/pronasci/main> >

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança. Manual de orientações aos proponentes para elaboração de propostas Via SICONV nas ações Mulheres da Paz e Protejo edital/2012, Anexo IV. 2012.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança. Diretrizes Nacionais Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO ANEXO I. 2012.

_____. Mulheres da Paz: Capacitação para cultivar a paz nas comunidades. PRONASCI. Ministério da Justiça. Brasília, 14 pp. 2009.

_____. Mulheres da Paz: Levando a cultura da paz para a sua comunidade. PRONASCI. Ministério da Justiça. Brasília, 20 pp. 2009

BRIOSCHI, L.R, TRIGO, M.H.B. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. *Ciência e Cultura* 1987; 39 (7): 631-7.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **ESTATUTO DO IDOSO: AVANÇOS COM CONTRADIÇÕES**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea: Rio de Janeiro, junho de 2013.

CAMARGO, Aspásia. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 27, n. 1, 1984. pp. 5-28.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o Feminino: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Revista LOLA*, Press nº16, novembro de 2001. Disponível em: [HTTP://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf](http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf)

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100016&lng=en&nrm=iso>.

COIMBRA, Cecília; NASCIMENTO, Maria Lívia. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. *Revista Saúde Coletiva*. Porto Alegre, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. The Social Construction of Black Feminist Thought. In: JSTOR. **Common Grounds and Crossroads: Race, Ethnicity, and Class in Women's Lives**. 4. ed. Chicago: The University Of Chicago Press, 1989. p. 745-773.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Referências técnicas para prática de psicólogos(os) em políticas públicas de relações raciais. Brasília: CFP, 2013. p.58

COSTA, Ana Alice Alcântara. O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas De Uma Intervenção Política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, p.9-35, 2005.

COUTO, Mia. **Confissões da Leoa**. Companhia das Letras: São Paulo, 2012.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso>

DEBERT, Guita. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. Velhice ou terceira idade? **Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 49-68

_____. Gênero Envelhecimento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n1, 1994.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. 2ed. Editora 34: São Paulo, 1996.

ECKERT, Cornélia. A Cultura do Medo e as Tensões do Viver a Cidade: narrativa e trajetória de velhos moradores de Porto Alegre. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Carlos E. A. Coimbra Jr. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 1998

FERREIRA, Amauri; GROSSI, Yonne. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, (7), 41-59, 2004.

FORTE, Francisco Alexandre de Paiva Forte. Análise Sobre O Programa Nacional De Segurança Pública Com Cidadania – PRONASCI – INSTITUÍDO PELA LEI 11.530/07 E MP 416/08. Estudos, Goiânia, v. 35, n. 4, p. 575-587, jul./ago. 2008

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. 7ed, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994

_____. Etica, sexualidade, política / Michel Foucault: org Manoel Burros da Moita; tradução Elisü Monteiro, Inês Autmn Dourado Barbosa. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

_____. **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1994.

_____. O sujeito e o poder". In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault " uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-249

_____. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização. Redistribuição, reconhecimento e participação, Ver. Crítica de Ciências Sociais [online], 63, 2002.

GLAT, Rosane. Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984, p 223-224. São Paulo, 1984

GUARANHA, Camila. "Política(s) de saúde para quem? O acesso de travestis e transexuais ao Sistema Único de Saúde". Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional Março de 2014. 145p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 22, p. 201-246, June 2004 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=en&nrm=iso>.

_____. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** (5), 1995 pp. 07-41.

HEILBORN, Maria Luiza et al . Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 8, n. 17, p. 13-45, June 2002 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 10 May 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832002000100002>.

JUNIOR, Francisco Francinete Leite; POCAHY, Fernando Altair .(trans) envelhecimento: uma cartografia das pesquisas em ciências humanas e sociais que versam sobre interseccionalidade. In: 18 REDOR Perspectivas Feministas de Gênero: desafios no campo da militância e das práticas. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE, 2014.

KOHLI, M. Biografia, texto, método. In: BIOGRAPHY and society. Beverly Hills: Sace Pulications, Inc, 1981.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242

LEON, Magdalena. El empoderamento de las mujeres: encuentros del primer e tercer mundos em los estúdios de género. La Ventana, nº13. Pp 94-16, 2001.

LOURAU, R. Análise Institucionnal e práticas de pesquisa, Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MACEDO, Márcia dos Santos. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008

MANSANO, Sonia Regina Vargas. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade**. Londrina: Revista de Psicologia da Unesp - Universidade Estadual de Londrina, 2009.

MARIANO, Silvana; CARLOTO, Cássia. GÊNERO E COMBATE À POBREZA: PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009

MAYORGA, Claudia. Algumas contribuições do Feminismo à Psicologia Social Comunitária. *Athenea Digital*, 14(1), 221-236, 2014.

MENEGHEL, Stela Nazareth. Contadores de histórias – uma experiência de grupos de mulheres. *Athenea Digital* - 14(4): 113-128 (diciembre 2014)

_____. Histórias de vida – notas e reflexões de pesquisa. *Athenea Digital* n.12 115-129 (2007).

_____. Situações limites decorrentes da violência de gênero. *Athenea Digital*, 12(3): 227-236, 2012.

MENEGHEL, Stela Nazareth; BAIROS, Fernanda; MUELLER, Betânia. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 27, p.743-752, jan. 2011

MENEGHEL, Stela Nazareth; VIAL, Sandra Regina Martini. Rotas críticas: mulheres enfrentando as violências. *Athenea Digital*, n. 14: 199-213, 2008.

MENEGHEL, Stela Nazateh; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. História de Resistência de Mulheres Negras. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(3): 320, setembro-dezembro/2005

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação: Teoria e Política. In: *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*, 2005

MNAYO, Maria Cecília; COIMBRA, Carlos E. A.. Antropologia, saúde e envelhecimento. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002

MOARES, Cristina Gross; CAMARGO, Eric Seger; NARDI, Henrique Caetano. Formações sobre Gênero e Diversidade Sexual. In: NARDI, Henrique Caetano; MACHADO, Paula Sandrine e SILVEIRA, Raquel da Silva (Orgs), *Diversidade Sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?* Porto Alegre: Deriva/Abrapso, 2015.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al . Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 46, n. 2, p. 403-423, Apr. 2012 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000200004&lng=en&nrm=iso

MOTTA, Alda Britto. Gênero e Geração: de articulação fundante a “mistura indigesta”. In: *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Sílvia Lúcia Ferreira e Enilda Rosendo do Nascimento Orgs. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *cadernos pagu* (13) 1999: pp.191-221

MUELLE, Camila Esguerra; RAMIREZ, Jeisson Alanis Bello. Interseccionalidad y políticas públicas LGBT em colombia: usos y desplazamientos de una noción crítica. In: *Revista de Estudios Sociales* n 49, 19-32, 2014.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

NARDI, H. C. Ética, trabalho e subjetividade: trajetória de vida no contexto das transformações do capitalismo contemporâneo. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. Nas bordas do humano: lutas pelo reconhecimento e capturas identitárias. In: RODRIGUES, Alexsandro, DALLAPICULA, Catarina e FERREIRA, Sérgio Rodrigo (Orgs). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EDUFES, 2015

NARVAZ, Martha Giudice; NARDI, Henrique Caetano; MORALES, Blanca. NAS TRAMAS DO DISCURSO: A ABORDAGEM DISCURSIVA DE MICHEL PÊCHEUX E DE MICHEL FOUCAULT. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 6, n. 12, p.1-19, dez. 2006.

NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres Negras – Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (Org.) **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012

NEVES, Sofia. Investigação feminista qualitativa e histórias de vida: a libertação das vozes pelas narrativas biográficas. In Magalhães, Maria José (ed.), Lima Cruz, Angélica (ed.), Nunes, Rosa (ed.) Pelo fio se vai à meada: percursos de investigação através d histórias de vida Lisboa: Ela por Ela, 2012.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, São Paulo, v. 19, n. 1, p.237-308, nov. 2006

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados - A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex aequo**, Vila Franca de Xira , n. 22, 2010 .

OLIVEIRA, Maria Luisa Pereira de; MENEGHEL, Stela Nazareth; BERNARDES, Jefferson de Souza. Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial. **Psicol. Soc.**, Florianópolis , v. 21, n. 2, p. 266-274, Aug. 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200014&lng=en&nrm=iso>..

OMS – Organização Mundial da Saúde. Resumem Analítico: Las Mujeres e la Salud – los datos de hoy la agenda de mañana. Ginebra, 2010.

PEIXOTO, Socorro. Os **Significados do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória**. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, 2010

PINHEIRO, Ana Carla de Oliveira. Gênero e segurança pública: uma análise da ação de segurança pública “Projeto Mulheres da Paz”. 2013.133p. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campo dos Goyatacazes/RJ, maio de 2013.

PINHEIRO, Verônica de Souza. Repensando a maternidade na adolescência. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 5, n. 1, p. 243-251, June 2000 Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2000000100011&lng=en&nrm=iso>.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B; SZWAKO, J. E. (Orgs.). Diferenças, igualdades. São Paulo, 2009.

_____. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiência de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. V.11, n.2, 2008. p.263-274

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Humano, 2013.

POCAHY, Fernando Altair. Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento. Tese (doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, RS, 2011. 167p.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. Ed SOS Corpo: Recife, 1993

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Acesso através da apostila: Gênero, Violência e Sistema penal do Coletivo Iara

_____. Gênero e Patriarcado: a necessidade da violência. In: CASTILLO-MARTÍN, Márcia e OLIVEIRA, Suely. **Marcadas a ferro: violência contra mulher uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **EM PERSPECTIVA**, 13(4): São Paulo, 1999

_____. Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, 2009

SAGOT, Montserrat. Ruta crítica de lãs mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, June 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso>

SCHWARCZ, Lilian. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2001

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Educação & Realidade, 1995.

SILVEIRA, Raquel da Silva. Interseccionalidade gênero/raça e etnia e a Lei Maria da Penha: discursos jurídicos brasileiros e espanhóis e a produção de subjetividade. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, 2013. 242p.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Violência doméstica contra as mulheres e a lei Maria da Pena: uma discussão que exige reflexão e formação permanentes. In: Diversidade sexual, relações de gênero e políticas públicas. Orgs. Henrique Caetano Nardi, Raquel da Silva Silveira e Paula Sandrine Machado. Porto Alegre: Sulina, 2013.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano; SPINDLER, Giselle. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 323-334, ago. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000200009&lng=pt&nrm=iso

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000300006&lng=en&nrm=iso>.

SORJ, B; GOMES, C. O Gênero Da “Nova Cidadania”: O Programa Mulheres Da Paz. **Sociologia&Antropologia** .V.01.02: 147 – 164, 2011

SOUZA, Jessé. Em defesa da sociologia: O economicismo e a invisibilidade das classes sociais. **Revista Brasileira de Sociologia**, Sergipe, v. 01, n. 01, p.129-158, 2013. Semestral. Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/revista/index.php/RBS/article/view/27/7>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

TEIXEIRA, Analba Brasão. As políticas de segurança e a violência contra as mulheres: a luta por visibilidade, direitos e reconhecimento da diversidade. In: Cadernos Temáticos da Conferência de Segurança. Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos. Ano1. Nº 9. Ministério da Justiça. 2009.

VIGOYA, Mara Viveros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual. 2008. Disponível em: http://ucaldas.edu.co/docs/seminario_familia/Ponencia_MARA_

WASELFISSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência, 2012. – Atualização: Homicídios de Mulheres no Brasil**. São Paulo: CEBELA- CENTRO DE ESTUDOS LATINO AMERICANOS/FLASCO, 2012. Disponível em: HTTP://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf